

## **Relatório Técnico**

Pesquisadora responsável- Theresa Adrião

Processo nº 2010/00490-0

Fapesp

Sistemas apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre  
a política educacional local

Faculdade de Educação

Unicamp

2011

## **Introdução**

Este relatório refere-se às atividades relativas ao Projeto de pesquisa **Sistemas apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local** desenvolvidas no período de fevereiro de 2010 a abril de 2011 Etapa 1 da pesquisa para a que se contou com apoio financeiro da FAPESP, processo 2010/00490-0. Informa-se que a fase 2 desta pesquisa encontra-se financiada pelo CNPq por meio do Edital Ciências Humanas. Sua origem integra questões suscitadas pela pesquisa **Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo**, desenvolvida entre 2007 e 2009.

A pesquisa integra o conjunto das atividades de investigação desenvolvidas no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas Educacionais (GREPPE) vinculado ao Laboratório de Gestão Escolar/LAGE,, razão pela qual contou com a colaboração de pesquisadores da UNESP de Rio Claro e da USP de Ribeirão Preto: professoras doutoras Teise Garcia; Bianca Correa; Regiane Bertagna e Raquel Borghi. Contou com duas bolsistas de Iniciação Científica, modalidade PIBIC: Kátia Tamara Luiz e Roberta Gobi; uma bolsista IC da Fapesp - Luciana Galzerano, todas do curso de pedagogia da FE-UNICAMP. Duas pesquisas de mestrado vinculam-se a este projeto, ambas financiadas pela Fapesp: Vitor Mizuki e Inajara Iana da Silva. A pesquisa contou ainda com o apoio técnico de Alexandra Damaso e Debora Gomes e Denise Pinheiro, pedagogas e integrantes do Greppe e de Lorraine Pereira.

A atualização do **Banco de Dados Municípios Paulistas e Parcerias Público-Privadas** envolveu a identificação dos municípios que adotam/adotaram os “sistemas apostilados de ensino” para o ano de 2010, uma vez que os dados relativos a anos anteriores já integravam o Banco. Para tal, contou-se com bolsistas de iniciação científica ou de apoio ao estudante (SAE) Kátia Tamara Luiz, Luciana Sardenha Galzerano e Lorraine Pereira e dos pesquisadores Alexandra Damaso, Vitor Mizuki, Debora Gomes, Inajara I Silva e Rosilene Rodrigues da Silva. O conjunto, sob a coordenação da Pesquisadora responsável, desenvolveu atividades como contatar os municípios por ligações telefônicas realizadas a partir da UNICAMP ou pelo SKipe,

atualizar dados de matrículas com base nos Censos escolares e dos indicadores municipais com base no IBGE. Tais informações foram inseridas no **Banco de Dados Municípios paulistas e Parcerias Público-Privadas** disponível em <http://www.fae.unicamp.br/grepe/bd/pesquisas/pesqdados.php>.

Informa-se por fim que os dados relativos às parcerias firmadas pelos municípios foram incluídos ao longo do período de vigência deste projeto 2010- 2011.

## **Relatório da pesquisa *Sistemas apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local***

### **Apresentação**

Os objetivos previstos para esta pesquisa, financiada pela FAPESP, em sua fase inicial e coordenada por Theresa Adrião, foram:

- a- Caracterizar a origem, o funcionamento e a inserção no mercado educacional paulista dos grupos empresariais POSITIVO, COC e Objetivo;
- b- Caracterizar os produtos e serviços que integram os “sistemas educacionais” oferecidos pelos três grupos privados aos municípios;
- c- Identificar e caracterizar os municípios paulistas com até 100 mil habitantes que adquiriram os sistemas apostilados no período indicado;
- d- Identificar, na série histórica selecionada, os anos com maior incidência de compra de material;
- e- Identificar a existência de notificações, pareceres e ou diligências previstas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em relação aos gastos com aquisição de sistemas de ensino por parte dos municípios que integram a amostra intencional;
- f- Analisar as conseqüências desse tipo de relação entre a esfera pública e o empresariado educacional para a educação pública paulista. “

Para atender ao o primeiro objetivo procedeu-se à realização de entrevistas com representantes dos três grupos empresarias que se constituem no objeto de nossa investigação. Tais atividades demandaram viagens às cidades sedes dos três grupos.

Complementarmente buscou-se informações nos sites dos referidos grupos e em matérias publicadas na mídia impressa de abrangência nacional.

Foram grandes as dificuldades para a coleta de informações por meio de entrevistas, tendo em vista a resistência dos representantes das empresas contatados em concedê-las. Por essa razão tivemos que retornar à sede dos grupos empresariais em número de vezes acima do inicialmente previsto e recorrer a outros sujeitos para o levantamento das informações. Tais atividades integravam os projetos de IC vinculados a este projeto matriz e foram desenvolvidas pelas bolsitas auxiliadas por outros pesquisadores envolvidos com a pesquisa. Exceção deve ser feita aos representantes do GRUPO COC, os quais desde o início colaboraram com a pesquisa.

As entrevistas semi-estruturadas pautaram-se em um roteiro orientador elaborado pelo grupo de pesquisadores que incluía os seguintes tópicos:

**I- Inserção do entrevistado na instituição:** função; formação tempo de atividade na empresa

**II - Instituição privada:** Histórico; Setores de atuação; Diferencial em relação às concorrentes; Área (geográfica) de atuação; Porte; tipo de capital.

**III - Instituição privada e poder público:** Histórico de realização de parcerias com o poder público para além dos município; Atividades desenvolvidas; setor responsável; produtos e serviços; Processos de negociação;

**IV- Sobre os profissionais da educação:** tipo de atuação; formas e usos de sistemáticas de avaliação; posição sobre o IDEB; posição sobre o PNLD;

**V- Sobre o processo de elaboração do material apostilado:** é terceirizado; quem são os autores etc

Todas as entrevistas foram concedidas depois da anuência expressa do entrevistado mediante a apresentação do Termo de Consentimento, de forma a garantir a necessária ética na conduta da investigação.

O resultado desta investigação pode ser percebido também por meio do trabalho exaustivo desenvolvido pelo grupo de alunos e pesquisadores da FE-UNICAMP para atualização do Banco de Dados **Banco de Dados Parcerias Público-Privadas e municípios paulistas**, o qual foi transferido do provedor da UNESP-RC para o da FE-UNICAMP e cujo detalhamento encontra-se no item 3 deste relatório e disponível em <http://www.fae.unicamp.br/grepe/bd/pesquisas/pesqdados.php>, conforme indicado na apresentação deste relatório.

Para efeito de apresentação da análise dos dados, o texto é apresentado na forma de subitens, uma vez que em parte ou na sua totalidade os temas abordados em cada segmento foram apresentados em eventos ou publicados em periódicos.

## **1- Indicações e reflexões sobre as relações entre esferas públicas e privadas para a oferta educacional no Brasil<sup>1</sup>**

**Theresa Adrião**

### **Introdução**

O início do Século XXI assistiu a um conjunto de medidas que visavam responder às crises decorrentes das contradições impostas pelo capitalismo. (HARVEY, 2005; HOBBSAW,1997) Para efeito da reflexão aqui proposta interessa-nos frisar as respostas dos setores hegemônicos que incidiram sobre os direitos sociais, conquistados e ampliados na medida em que os setores populares lograram inscrever no âmbito das democracias liberais, ainda que de forma bastante desigual em amplitude e duração, o atendimento às suas reivindicações.

Entendemos que esse atendimento, por razões históricas, só poderia ter sido efetivado no capitalismo pelo Estado. Ainda que não nos caiba debater no âmbito desta reflexão a natureza do Estado liberal, acreditamos ser necessário delinear nosso entendimento a respeito de sua organização e *modus operandi*, a fim de esclarecermos de que ponto de vista o debate entre o público e o privado se efetivará. Para tanto, retomamos Poulantzas, para quem o Estado não constitui

um simples conjunto de peças descartáveis: ele apresenta unidade de aparelho, isso se designa comumente pelo termo de centralização ou centralismo, ligada desta vez à unidade, através de suas fissuras, do poder de Estado. (...) Essa unidade-centralização está inscrita na ossatura hierárquica-burocratizada do Estado capitalista, efeito da reprodução no seio do Estado da divisão social do trabalho (inclusive sob a forma de trabalho manual-trabalho intelectual) e de sua separação específica das relações de produção. Ela resulta também de sua estrutura de condensação de uma relação de forças, logo do lugar

---

<sup>1</sup> Texto publicado na forma de artigo em ADRIÃO, T. Indicações e Reflexões sobre as Relações entre Esferas Públicas e Privadas para a Oferta Educacional no Brasil. In Política Educativas V.3, n.1 (2009). (on line)

preponderante em seu seio da classe ou fração hegemônica sobre as outras classes e frações do bloco no poder.” (POULANTZAS, 1981, p.157)

Se o Estado condensa as lutas existentes entre os setores da classe hegemônica, também expressa as relações entre esta e as classes dominadas. Como condensação de relações sociais, as lutas e contradições internas ao Estado expressam o papel estratégico das mesmas na própria organização da ossatura e dinâmica estatal:

Rigorosamente falando, se as lutas populares estão inscritas no Estado, não é porque sejam absorvidas por uma inserção num Estado-Moloch totalizante, mas sim antes porque é o Estado que está imerso nas lutas que o submergem constantemente. (POULANTZAS, 1981, p.162)

A presença dessa dinâmica, no entanto, não aponta para a possibilidade evolucionista de superação das condições de dominação existentes, ao contrário, a lógica estatal sob o capitalismo reproduz em si mesma tais condições. (PEPE, 1995) Deriva, pois da concordância com este entendimento nossa percepção de que a ampliação dos direitos sociais ao conjunto dos trabalhadores e, atualmente, a uma porção não diminuta de excluídos do próprio mercado de trabalho como parte constitutiva e indicador da correlação de forças entre as classes e frações de classes em disputa.

É dessa perspectiva que divergimos das concepções que identificam a ação do estado como exclusiva à dominação ou à repressão, ignorando o quanto de conquista existe no alargamento dessa mesma esfera como condição necessária para a extensão do acesso aos bens socialmente produzidos. Divergimos também fundamentalmente daqueles que questionando este alargamento, pois identificam na constituição de fundos públicos e na lógica universalista da ação estatal a origem da crise capitalista do final do século (HARVEY, 2005) propõem a transferência para a esfera privada, lucrativa ou não, a oferta e ou a gestão de políticas sociais, dentre as quais se inclui a educação básica.

Vale lembrar que não raro bandeiras de cunho democrático e de filiação liberal

transformaram-se em programas revolucionários<sup>2</sup>. Não é pois de se estranhar que recaia sobre a ampliação dos direitos sociais a responsabilidade pela crise do capitalismo, como explicitamente declarava Haeyk (1990) a desigualdade seria não apenas desejada mas necessária ao crescimento econômico e ao progresso técnico.

No entanto, as contradições derivadas das políticas de livre mercado em um contexto de economia globalizada em pouco tempo indicaram seus limites. Para Hobsbawn (1997) se o final do século XX provou alguma coisa foi que “o grande problema político do mundo, e certamente do mundo desenvolvido, não era como multiplicar a riqueza das nações, mas sim como distribuí-las em benefício de seus habitantes” (p.555). Segundo o historiador, o novo século recolocaria a necessidade de introdução de algum tipo de autoridade pública que viabilizasse a alocação não mercantil dos recursos produzidos em um contexto de descrédito popular em relação à democracia liberal.

È na intersecção entre a necessária presença de mecanismos estatais para regulação do mercado e diminuição de desigualdades e o limite de atuação desse mesmo Estado que nos movemos nesta reflexão.

### **1.1- Reforma na gestão pública e aumento da privatização da educação básica**

No Brasil, desde a elaboração do muito comentado Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) em 1995, como resultado de política defendida pelo então ministro da Reforma Administrativa Luiz Carlos Bresser Pereira, (PERONI, 1995; ADRIÃO, 2001; CESTARI; FERNANDES, 2009 ) a gestão pública tem sido objeto de profundas alterações justificadas primeiramente pela disseminação de uma opção ideológica segundo a qual o setor privado seria o padrão de eficiência e de qualidade a ser seguido e perseguido.

O período em que as orientações para reforma na gestão pública brasileira foram formuladas coincidiu internacionalmente com as críticas às proposições neoliberais. Como sabido, não há exata correspondência temporal na generalização de medidas

---

<sup>2</sup> Não seria o caso da Reforma Agrária, da expansão da escolaridade pública gratuita e laica ou ainda do fim do analfabetismo?

relacionadas à ampliação do capital e do capitalismo, de modo que no Brasil a retórica neoliberal chegou quando já se produziam críticas aos seus efeitos e mesmo os adeptos do “mais mercado e menos Estado” buscavam outras alternativas.

Em certo sentido, isto explica em parte as razões pelas quais a reforma no Estado brasileiro formuladas durante os governos de Fernando Henrique Cardoso diferiam das prescritas pelos neoliberais na medida em que não se assentavam na adoção do mercado como paradigma único e na transferência da esfera pública para o setor privado por meio da privatização pura e simples, cuja ilustração nos é dada pelas reformas dos anos oitenta ocorridas na Inglaterra e no Chile.

As iniciativas de reforma no Brasil assentam-se na perspectiva da “boa governança” cujo relevo encontra-se em documentos de agências internacionais, especialmente do Banco Mundial e se pauta, grosso modo, numa certa revisão das orientações anteriores de cunho liberalizante e na percepção da necessária presença do Estado como agente indutor do desenvolvimento e da equidade<sup>3</sup>.

Segundo Borges (2003, p.130), para tal perspectiva o

Estado deve pairar livremente sobre grupos e interesses em conflito, agindo como um árbitro imparcial no sentido de garantir o cumprimento das “regras do jogo” (ver FRISCHTAK, 1994; LAL, 1994). A esse respeito, o Banco Mundial foi influenciado pela teoria da escolha pública e sua visão lúgubre sobre a democracia pluralista, que aponta a competição entre os grupos de pressão como causadora de ineficiências econômicas e do “congestionamento” da agenda pública com demandas particularistas (BUCHANAN, 1975; DOWNS, 1957; OLSON, 1982).

Na mesma direção afirmamos que as orientações de reforma na gestão pública pós 90

tem na economia neoclássica, e mais recentemente na *Public-Choice*<sup>4</sup>, seus principais propositores, cuja idéia chave seria adequar a

---

<sup>3</sup> É bom lembrar que a perspectiva da equidade difere da perspectiva da igualdade, tendo em vista se tratar de estratégia que não visa a superação da sociedade de classes, logo a possibilidade de construção de uma sociedade igualitária. Para um debate mais aprofundado ver Oliveira (1999)

<sup>4</sup> Corrente teórica que busca aplicar “la aplicación de los instrumentos de análisis de la Teoría Económica

racionalidade econômica aos processos coletivos de tomada de decisão, nos quais se inscrevem a gestão da esfera pública, para diminuir as externalidades da política, uma vez que elas, forçosamente, prejudicariam a maximização de resultados. (PERONI; ADRIÃO, 2005, p.104)

Dessa perspectiva, o aumento da eficiência do Estado resultaria da introdução de mecanismos da gestão privada em seu funcionamento, uma vez que nem todas as ações do Estado podem ou devem ser transformadas em mercadoria<sup>5</sup>. Para estes casos, especialmente identificados com as esferas da educação, da saúde e da assistência, a pauta da reforma previa basicamente três estratégias: a introdução de mecanismos competitivos na gestão pública (premiação por desempenho; “ranquiamentos” etc.); a transformação de instituições estatais em uma modalidade de instituição privada sem fins lucrativos inaugurando uma esfera “pública não estatal” financiada pelo Estado e gerida privadamente e a terceira correspondendo à transferência para o setor privado “não lucrativo” da oferta de determinado serviço estatal em geral também financiado pelo Estado. (ADRIÃO; 2001; Peroni e Adrião, 2005). Todas essas modalidades de privatização não pressupunham transferência da atividade estatal para a esfera do mercado, não incluíam em sua lógica a expectativa do lucro, e tampouco implicaram na diminuição do gasto público com educação<sup>6</sup> (ADRIÃO, 2007), o qual, ainda que muito aquém dos 7% previstos no Plano Nacional de Educação em vigência no período, manteve-se nos anos 2000 em torno dos 4,3% do PIB.

Essa diferenciação é importante para que não percamos de vista a perspectiva que subjaz ao chamamento, cada vez mais freqüente de setores da esfera privada, a uma coresponsabilização da “sociedade” no que toca à garantia e ampliação do direito à

---

neoclásica al estudio de los fenómenos políticos, entendidos estos en un sentido amplio” (BUCHANAN, J., 1984).

<sup>5</sup> Um caso emblemático a este respeito foi o caos causado aos usuários do metro londrino decorrente da privatização da malha durante o governo de Margareth Thatcher, (HARVEY, 2005) política substituída no governo de Tony Blair pela Parceria Público-privado (PPP).

<sup>6</sup> Segundo Abrahão (2005), no período de 1995 a 2002, o gasto público na área de educação, com alguma variação anual, saiu de 3,9% para 4,3%, ainda assim o Brasil gastava 6 vezes menos que a média dos países da OCDE.

educação e a uma educação de qualidade para todos.

As alterações de cunho privatizantes precisam ser entendidas como decorrência principalmente dos processos de descentralização da maior porção da educação para as esferas locais de governo, ou seja, para os municípios cuja falta de capacidade político, institucional e financeira para responder a tal procedimento há muito fora identificada<sup>7</sup>. È pois como consequência da descentralização da oferta educacional no marco de uma reforma na atuação do Estado brasileiro de cunho gerencial que entendemos as tendências de privatização da educação básica aqui indicadas. (ADRIÃO, 2005; ADRIÃO, GARCIA, BORGHI; ARELARO, 2009)

Nessa direção Cury alertava que

A rigor, as políticas de descentralização, sobretudo se acompanhadas do atual modo vigente do pacto federativo, significam um repasse de responsabilidade dos escalões nacionais para os subnacionais. Se estes últimos não forem capazes de sustentar suas responsabilidades, o risco é o de haver um deslocamento do público para o privado e aí reside o risco maior de uma competitividade e seletividade, de corte mercadológico, pouco natural aos fins da educação. (CURY, 2001, p. 196)

### **1.2- Principais tendências de privatização da educação básica.**

Desde 2005 temos estudado no estado de São Paulo, as formas pelas quais os municípios paulistas têm respondido ao conjunto de responsabilidades outorgadas a partir da EC-14/96, regulamentada pela lei 9424/96. Acreditamos que tais respostas podem ser generalizadas para o conjunto do país, ainda que sua frequência se apresente de modo desigual, uma vez que a maioria dos municípios, por razões técnicas, orçamentárias ou políticas, parece incapaz de responder às demandas decorrentes da ampliação de suas redes de ensino e à variação de etapas e modalidades de escolaridade que passaram a assumir dada a ampliação da pressão por acesso à escolaridade básica. Conseqüentemente, o que se tem observado é a generalização de diferentes formas de

---

<sup>7</sup> A este respeito ver os trabalhos de Barreto (1998)

parcerias, na forma de contratos ou convênios, entre municípios e instituições privadas com decorrências ainda a serem analisadas para o âmbito de sistemas e de unidades escolares.

O sentido atribuído ao termo parceria encontra-se em Bezerra (2008, p. 62-63) pelo qual se identifica a “capacidade de intervenção que o setor privado passa a dispor junto à administração pública, por meio da assunção total ou parcial de responsabilidades até então atribuídas ao poder público em sua totalidade”, essa capacidade resulta de acordo formalmente instituído por meio de contratos ou convênios.

Em síntese, ao se focalizar os novos arranjos entre as esferas públicas e privadas consubstanciados em “parcerias” interessa identificar o “conjunto de responsabilidades compartilhadas ou transferidas do setor público para a instituição privada, bem como a centralidade das atividades previstas nesta transferência para a consecução de políticas públicas que consubstanciam a natureza da *parceria*”. (Adrião, Garcia, Borghi e Arelaro, 2009, p.185)

Sinteticamente tais parcerias<sup>8</sup> incidem sobre a **gestão dos sistemas de ensino** e unidades escolares e ou **sobre a oferta de vagas**. É bom que se diga que um mesmo município ou Estado pode adotar uma ou mais dessas modalidades de parceria. (ADRIÃO, coord, 2007).

### **1.3- A presença do setor privado por meio de assessoria à gestão educacional**

A maneira pela qual o setor privado vem se apresentado como “parceiro” na gestão da educação pública tem sido percebida pela presença e ampliação de contratos e convênios entre estados ou municípios e instituições privadas com ou sem fins lucrativos cujo objetivo é a instituição de assessorias para a gestão da educação com evidente impacto sobre a organização do aparato administrativo das redes educacionais

---

<sup>8</sup> Há ainda a presença bastante evidente do setor privado na formação continuada de profissionais da educação já em exercício, para o que sugiro Rodriguez, Vicente. Políticas públicas para educação básica e inovação institucional: o público e o privado na formação continuada de professores em contextos descentralizados, 2010.

envolvidas.

A natureza e extensão de tais impactos variam em função do formato de assessoria contratada, a qual pode variar de um projeto de formação de gestores escolares numa perspectiva A ou B até a adoção por parte de uma rede inteira de política educacional elaborada pela instituição privada.

Ainda que não se constitua novidade, a generalização de tais iniciativas deve ser frisada na medida em que induzem à falsa percepção de que a “qualidade” em educação é atributo da esfera privada, seja esta composta por uma instituição de mercado, que por conseguinte “vende” seus produtos, ou por instituição sem fins lucrativos, que em geral “oferece” seus serviços ao poder público. Neste último caso são as **fundações** (definidas desde 1999 como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público- Oscip) as principais instituições privadas a oferecer seus serviços. As fundações são organizações privadas sem fins lucrativos que por força de lei podem inclusive receber recursos públicos.

Segundo Szazi:

Apesar das definições pouco claras, há consenso em relação à tendência de transferência da responsabilidade sobre a oferta de políticas sociais da esfera estatal para instâncias de natureza privada dos mais diversos formatos: empresas, sociedades sem fins lucrativos, fundações, etc. Em meados da década de 1990, o chamado terceiro setor havia gastado no Brasil o correspondente a 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB). (SZAZI, 2003, p.21)

São como instituições do pouco definido Terceiro Setor (Montaño, 2008) , que as várias Fundações, Institutos, Centros etc. buscam as esferas governamentais com objetivo de oferecerem seu “qualificado” apoio técnico. Este, em alguns casos, pressupõe contrapartida financeira estabelecida em contratos, em outros o interesse parece ser político, tendo em vista a relevância que o programa X ou Y passa a ter como “tecnologia educacional” na medida em que se expande para diversas redes.

Pesquisa recente<sup>9</sup> sobre a generalização dos Programas para gestão educacional propostos pelo Instituto Ayrton Senna enfatiza controle externo

---

<sup>9</sup> Trata-se de pesquisa coordenada por mim e pela professora Vera Peroni integrada por grupos de pesquisadores oriundos de nove universidades financiada pelo CNPq na modalidade Jovens pesquisadores

decorrente da adoção por parte de redes inteiras de metas e sistemáticas de avaliação introduzidas pelos programas.

Sua metodologia “trabalha com indicadores e metas gerenciais, capacitação dos profissionais em serviço e informação em tempo real.”(In <http://senna.globo.com/institutoayrtonse>. Acesso em 30/08/07). Inclui o monitoramento do Programa por meio do registro de informações educacionais em sistema privado de gerenciamento de dados: Sistema Instituto Ayrton Senna de Informação (SIASI), por meio do qual, dados da educação pública, como indicadores de desempenho e diagnósticos sobre a realidade educacional, pautam a elaboração de relatórios de acompanhamento, as opções de intervenção e os procedimentos para avaliação dos processos e dos resultados dos sistemas de ensino. Em suma, consubstanciam uma verdadeira política educacional a regular a ação dos governos parceiros, conforme declara o próprio Programa. (ADRIÃO; PERONI, 2010, p.15)

Dados coletados no site do próprio Instituto indicam que este tipo de “parceria” cresceu em estados e municípios da região norte e nordeste. Em 2010, as redes estaduais do Piauí, Pernambuco e Roraima além de 512 municípios de 18 estados adotavam o Programa Gestão Nota 10, enquanto em 2007 eram apenas 35 municípios.

A Fundação Pitágoras, desde 2009 autodenominada “braço social” do Grupo empresarial Kroton Educacional, há 10 anos oferece a municípios brasileiros uma assessoria para gestão educacional estruturada a partir de um sistema de organização e gerenciamento de dados denominado Sistema de Gestão Integrado (SGI). Segundo Oliveira (2009) a Kroton integra o Grupo Pitágoras e responde pela ação do mesmo junto aos fundos de investimento privados que atuam no mercado financeiro. Matéria pública pela Exame *on line* informava que a Kroton pretende vender o sistema de ensino Pitágoras para a educação básica, cujo preço de mercado gira em torno de 500 milhões de reais, por desejar se concentrar no ensino superior. (AGOSTINI, 2010).

O SGI, segundo Silva (2008), apóia-se em orientações advindas da Gestão de Qualidade Total e institui nas escolas e redes públicas uma sistemática de avaliação dos resultados tendo em vista metas estabelecidas pelo SGI.

Ao que parece há pouca variação na lógica hierarquizada e centralizadora empregada pelos diferentes modelos de assessorias à gestão com maior presença no cenário educacional nacional.

Encontram-se presentes nessas concepções a separação entre o ato de planejamento e sua execução, além da ênfase em estratégias para o controle do trabalho alheio e de responsabilização dos executores pelos resultados, cabendo no máximo às instâncias menores a busca de melhores estratégias para alcançá-las no contexto de sua realidade específica. Tal observação nos remete aos padrões clássicos da administração empresarial, segundo os quais todo o trabalho deve ser desenvolvido segundo um único comando e o planejamento deve distanciar-se do *locus* de execução (FAYOL, 1949; GARCIA; ADRIÃO; BORGHI, 2010)

Outro exemplo de Fundação que vem se apresentando como assessora para assuntos educacionais com foco na gestão escolar é a Fundação Lemann, a qual cria em 2003, o Instituto Gestão Educacional (IGE) com o objetivo de melhorar a “qualidade de gestão dos sistemas públicos de educação e a formação de suas lideranças”. (in. <http://www.fundacaolemann.org.br/conteudo/detalhesERelacionadosSemTitulo.aspx?codConteudo=27> Acesso em 13/09).

Sua atuação encontra-se restrita ao Estado de São Paulo. No entanto, mais recentemente a Fundação Lemann parece ter desviado sua atuação junto às redes públicas ao substituir a proposição de assessorias tendo por referencia o objetivo acima declarado pela defesa incondicional dos sistemas privados de ensino, como a estratégia mais eficiente para a melhoria das redes públicas. Revive-se aqui a conhecida “parceria privado/privado”. Na medida em que uma instituição sem fins lucrativos passa a legitimar e propagandar o setor lucrativo do campo educacional como alternativa para a gestão pública, em nome de um pragmatismo pouco efetivo no campo educacional, quem literalmente sairá lucrando?

## **2.1- Os “sistemas privados de ensino”: a expansão da esfera privada lucrativa**

Outra forma pela qual temos assistido à ampliação da simbiose entre as esferas pública e a privada na educação básica diz respeito à adoção por numero significativo de municípios brasileiros dos chamados “sistemas privados de ensino”. Denominação pouco adequada tendo em vista que

Tais “sistemas” são compostos por um conjunto de produtos e serviços elaborados por instituições privadas de ensino que, num esforço para diversificar sua inserção no mercado educacional, criaram departamentos específicos com o objetivo de vender às prefeituras material apostilado, formação continuada para professores e gestores escolares, sistemáticas de avaliação e acompanhamento das atividades docentes por meio de portais na internet entre outros serviços. Ao que parece, buscam variar os produtos oferecidos de maneira a atender todas as etapas de escolaridade que estejam sob a responsabilidade do município-cliente. (ADRIÃO, 2009, p.59)

O “sistemas privados” são oferecidos por setores específicos das empresas detentoras da marca e se diferem dos produtos oferecidos pelas mesmas marcas às escolas privadas a elas franquizadas ou às suas próprias.

Nesta modalidade de privatização, o setor privado é constituído por empresas privadas com fins lucrativos do campo educacional, com inserção diferenciada no mercado educacional. Até 2009, as mais expressivas tinham em comum o fato de advirem de cursinhos preparatórios (COC; Objetivo: POSITIVO) para os vestibulares de cursos de disputados e como tal gozavam junto à população em geral e ao senso comum, não sem um apoio explícito da mídia, de um certo reconhecimento. A título de exemplo, em 2009, Rede Globo, a título de merchandising, apresentou em capítulo da novela de maior audiência à época o nome e o logo de um sistema privado de ensino como responsável pela melhoria da educação oferecida pela escola onde a atriz mirim estudava. Em 2007, matéria da *Veja on line* de Camila Antunes apresentava como receita para o sucesso do sistema público de municípios brasileiros os pacotes vendidos por outra empresa privada.

A partir de 2010, outra configuração parece se apresentar no cenário do mercado educacional, pois o Grupo Abril, proprietário do Sistema de Ensino SER, adquiriu o ANGLO e com ele o Sistema Anglo de Ensino, anteriormente o Grupo já havia incorporado as editoras Ática e Scipione, (<http://portalexame.abril.com.br/negocios/noticias/abril-educacao-anuncia-aquisicao-anglo-577908.html>)

No mesmo ano o Sistema de Ensino COC (produção de material didático, a gráfica além da logística) foi comprado pelo grupo inglês Pearson por R\$ 613 milhões. (<http://www.jornalacidade.com.br/editorias/economia/2010/07/22/coc-vende-sistemas->

[de-ensino-para-grupo-ingles.html](#)) Por fim outra presença não desprezível nas disputas pelo “mercado” dos sistemas públicos é do a UNO vinculado à Editora Moderna cujo diferencial parece ser a oferta de uma consultoria especializada para a avaliação de escolas e sistemas, por intermédio de empresa de nome AVALIA Educacional. (<http://www.sistemauno.com.br/> acesso 6/09/2010)

Estas informações nos dão certa dimensão do volume de dinheiro envolvido quando se disputa o mercado aberto pela possibilidade de adoção dos sistemas privados de ensino por redes públicas brasileiras, e aqui não se trata de filantropia e ou do Terceiro Setor.

A lógica de expansão do capital para este segmento parece ancorar-se em duas grandes condições, além das dificuldades impostas aos municípios já abordadas inicialmente: a primeira refere-se ao entendimento da educação como um serviço que pode e deve ser comercializável como qualquer mercadoria, para o que as orientações da OCDE são um estímulo adicional em um mercado globalizado (OLIVEIRA, 2009; SGUISSARDI, 2008). Contra isto a ausência de regulação pelo governo brasileiro é um limite evidente. No entanto, se tal tendência se limitasse à disputa pelo mercado educacional privado poderíamos entender, ainda que não aceitar, dado ser a educação um valor e um direito. O que agrava ainda mais a situação é que são as redes públicas de educação básica os grandes mercados a serem disputados, dada inclusive a evidente estagnação das matrículas nas instituições privadas de educação básica observada desde meados dos anos 90. (OLIVEIRA; CAMARGO; MANZANO, 1998).

A segunda tendência, ainda que não verificada, diz respeito à ampliação da presença destas empresas junto ao setor público na medida em que lograrem integrar o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD<sup>10</sup>) e serem validadas pelo Ministério da Educação. Não me parece pois mera retórica a intensa campanha de algumas empresas e órgãos de imprensa contra o PNLD.

## **2.2- Subvenção pública a instituições privadas**

---

<sup>10</sup> O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) Um dos maiores programas governamentais do mundo pelo qual o governo federal adquire e distribui livros didáticos para o conjuntos das escolas públicas brasileira de Educação Básica, exceção feita às escolas de Educação Infantil.

A última forma de privatização abordada neste texto refere-se à destinação de recursos públicos para instituições privadas com ou sem fins lucrativos, como forma de ampliar o atendimento especialmente na educação infantil.

Esse procedimento, embora não constitua inovação - visto que a concessão de bolsas de estudos em instituições privadas pelo poder público foi uma prática recorrente na educação brasileira e ainda é autorizada, mesmo que em caráter temporário, pela legislação em vigor - fora reorientado a partir da instituição do Fundef e reforçado pela instituição da chamada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº. 101/2000) e posteriormente pelo Fundeb.

Em primeiro lugar porque o Fundef focalizava a maior parte dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) alocados nos municípios para o ensino fundamental regular, o que induzia as prefeituras para o atendimento de outras modalidades e etapas de escolaridade também sob sua responsabilidade, ora a burlar contabilmente os gastos especialmente com a educação infantil e educação de jovens e adultos; ora a repassar este atendimento para a esfera privada (ARELARO, 2005; PINTO, 2007) Neste caso, a LDB em vigor autoriza em seu artigo 77, o repasse de recursos públicos para instituições privadas sem fins lucrativos.

Em segundo lugar porque a LRF limita os gastos com pessoal em até 60% do orçamento, incluindo-se 4% relativos aos funcionários do legislativo, restrição que tem induzido o aumento das parcerias entre os setores públicos e o privado por meio da terceirização dos contratos (ADRIÃO, 2007) e a ampliação do atendimento, especialmente nas creches e pré-escolas, por meio de uma subvenção *per capita* paga diretamente ao estabelecimento de ensino, inclusive com fins lucrativos. (DOMICIANO, 2009)

Este procedimento ganha fôlego adicional com a implantação do Fundeb, a partir de 2007.

Para Pinto (2007), Borghi; Adrião (2007) e Arelaro (2008), as proposta de subvenção às instituições privadas previstas no Fundo pode cristalizar a opção por convênios vigentes em um número significativo de prefeituras tanto mais porque o valor repassado às instituições privadas é, na prática, inferior, ao previsto para as instituições públicas. (ADRIÃO; DOMICIANO; 2010)

Mais do isto o que se tem verificado é que os municípios computam como matrícula pública aquelas ofertadas por instituições privadas dado que o valor da ponderação definida pelo Fundeb, no primeiro caso é um pouco maior que o previsto para as instituições conveniadas.

Além destes procedimentos registremos o histórico descaso da esfera pública para com o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais e com aqueles que não tiveram acesso ou não lograram permanecer na escola na faixa etária correspondente, ambos atendidos em muitos casos também por meio de convênios entre o poder público e instituições privadas filantrópicas ou comunitárias.

### **Pela defesa da esfera pública.**

Para concluir este início de conversa, gostaria de retomar a importância que tem a esfera pública, aqui identificada com a estatal, para a garantia do direito a uma educação de qualidade a todos.

É na condição de sistema público de ensino que a tarefa educativa pode ser realizada, pois é sob esta condição que os interesses e as necessidades da maioria da população podem ser objeto de reivindicação e pressão.

O deslocamento de tal perspectiva para a esfera privada também desloca a educação do campo da política submetendo-a interesses e lógicas cujo crivo, se não for dado pelo mercado e, por conseguinte, pela lógica do lucro, é oriundo de interesses e visões particulares do que seja a educação para todos e as condições nas quais esta educação pode ser ofertada.

Qualificar a gestão pública, por meio de uma articulação entre os entes federados e com o apoio técnico e financeiro do governo federal apresenta-se como alternativa possível e necessária. Caso contrário a política educacional para a educação básica não passará de um mosaico de intervenções pontuais geradas e geridas privadamente.

### **Referências**

- 1- ABRAHÃO, Jorge. Financiamento e gasto público da educação básica no Brasil.
- 2- ADRIÃO, T. Estratégias político-institucionais para a oferta da educação pelos municípios: algumas consequências da descentralização. In: Gouveia, A. B.; Souza, R. ; Tavares, T. (Org.).

Conversas sobre financiamento da educação no Brasil. 1 ed. Curitiba: Editora UFPR, 2006, v. , p. 271-284.

3-ADRIÃO, T. Políticas descentralizadoras para a educação escolar: dimensões da confluência entre a esfera pública e a privada. In: Maria Vieira Silva ; Maria Alejandra Corbalán. (Org.). Dimensões políticas da educação contemporânea. 1 ed. Campinas: Alínea, 2009, v. , p. 51-66

4-ADRIÃO, T. ; [GARCIA, Teise](#) ; [BORGHI, R.](#) ; ARELARO, L. R. G. . Sistemas apostilados e gestão privada da educação pública em São Paulo. *Educação & Sociedade* (Impresso), v. 108, p. 183-198, 2009

5-ADRIÃO, T. e DOMICIANO, C. Atendimento à educação infantil em São Paulo: Abordando o subsídio público ao setor privado. 17p.

6-ADRIÃO, T. e PERONI, V (coord) . Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional. Relatório de Pesquisa, ago/2010. 340p.

7-ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise; BORGHI, Raquel e ARELARO, Lisete. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de "sistemas de ensino" por municípios paulistas. *Educ. Soc.* [online]. 2009, vol.30, n.108 [citado 2010-09-07], pp. 799-818 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302009000300009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000300009&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0101-7330. doi: 10.1590/S0101-73302009000300009.

8-AGOSTINI, R. Kroton estuda vender Sistema de ensino Pitágoras. 3/09/2010. Disponível em <http://portalexame.abril.com.br/negocios/noticias/kroton-estuda-vender-sistema-ensino-pitagoras-593907.html>

9-ARELARO, L. Fundef: uma avaliação preliminar dos dez anos de sua implantação. [S.l.], 2007.

\_\_\_\_\_. O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências. *Educ. Soc.*, Out 2005, vol.26, no.92, p.1039-1066. ISSN 0101-7330

10-BANCO MUNDIAL. O Estado num mundo em transformação. Relatório sobre desenvolvimento Mundial 1997. Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, Washington, 1997.

11-BARRETO, Elba Sá e ARELARO, Lisete. A polêmica da municipalização do

ensino. *Revista ANDE*, nº10, 1986

12-BARRETTO, E. S. de S. . Onde se quer chegar com a municipalização do ensino fundamental. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, São Paulo*, n. 80, p. 51-55, 1992.

13-BRASIL. **Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996**. Modifica os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art.60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 12 dez. 2009.

14\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006**. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211, 212 da Constituição Federal, e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 12 dez. 2009.

15\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao **caput** do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 12 dez. 2009.

16\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007(Lei do Fundeb)**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.

17\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 (Lei do Fundef)**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

18\_\_\_\_\_. **BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 (Lei do Fundeb).** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.

19-BRASIL. MARE. **Plano Diretor da Reforma do Estado.** Brasília: 1995.

20- DOMICIANO, C. O Programa 'Bolsa Creche' nos municípios paulistas de Hortolândia e Piracicaba: uma proposta de alocação de recursos estatais á educação privada?. 2009. Dissertação (Mestrado em Mestrado Em Educação) - Universidade Estadual Paulista – RC.

21-DRAIBE, Sonia. As políticas sociais e o neoliberalismo. In: *Revista da USP*, 1986.

22-FIORI, José Luis da Costa . **O vôo da coruja.** para reler o desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro; Record, 2003 [reedição].

23- GARCIA, T. Adrião,T. Borghi, R. Modalidade de parceria: contratação de assessorias para gestão educacional.(mimeo)19 p.; 2010.

24-HARVEY, David. O Estado neoliberal. In: \_\_\_\_\_. **O Neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Loyola, 2005.

25-HAYEK, Friedrich August von. O caminho da servidão 5. ed. — Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. 221 p.

HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

26-MORAES, Reginaldo C. C. de. O liberalismo clássico, o mercado e a intervenção estatal. In. *Educação e Sociedade*, ano XVII, n.57/especial, Dez/1996.

27-MONTANO, C. As novas configurações do *público* e do *privado* no contexto capitalista atual: o papel político-ideológico do chamado “terceiro setor”. IN ADRIÃO, T e PERONI, V. Público e o privado. novos elementos para o debate. São Paulo, xama, 2008.

28-OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Educação básica e reestruturação capitalista: gestão do trabalho e da pobreza.* São Paulo. FEUSP,1999, Tese de Doutorado.

29-OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de ; [FERNANDES, Maria Diléia Espíndola](#) .

Redefinição do Papel do Estado no Brasil: implicações do modelo gerencial para as políticas de gestão da educação básica. *Educação. Teoria e Prática* (Rio Claro), v. 19, p. 57-72, 2009.

30-OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. *Educ. Soc.* [online]. 2009, vol.30, n.108 [cited 2010-09-07], pp. 739-760 .

31-PERONI, V. M. . O público e o privado na gestão e financiamento de sistemas educacionais públicos : um estudo dos programas da Rede Vencer, coordenado pelo Instituto Ayrton Senna estudo dos programas da Rede Vencer. In: Maria Gláucia Menezes Teixeira Albuquerque; Isabel Maria Sabino de Farias; Jeannette Filomeno Pouchain Ramos. (Org.). *Política e Gestão educacional contextos e práticas*. Fortaleza: Ed. UECE, 2008, v. , p. -224.

32-PINTO, José Marcelino de Rezende. **A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo**. *Educ. Soc.*, Out 2007, vol.28, no.100, p.877-897. ISSN 0101-7330

33-SANTOS, Maria Helena de Castro. “Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil PosConstituinte”. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, volume 40, n.3, 1997. pp. 335-376.

34-SGUISARDI, V. MODELO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação e Sociedade*, v. 29/105, p. 991-1022, 2008.

35-SILVA, Inajara Iana. Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise da parceria público -privado no município de São José dos Campos. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas) - Instituto de Biociências, UNESP, Rio Claro, SP

## **2- A presença do Sistema COC na oferta da educação municipal em São Paulo<sup>11</sup>**

*Roberta Cristina Gobi (Bolsista IC)*  
*Theresa Adrião (Orientadora)*

---

<sup>11</sup> Trabalho apresentado no Congresso PIBIC – UNICAMP – 2011, no III Seminário Internacional do GREPPE – 2011 e no Simpósio do LAGE 2011.

## **Apresentação**

Este relatório é referente à pesquisa em andamento de iniciação científica intitulada “A presença do Sistema COC na oferta da educação municipal em São Paulo” sob a orientação da professora Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião. Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq na modalidade PIBIC e está vinculada ao projeto “Sistemas apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local” financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP e coordenado pela mesma orientadora, no qual se indica como objetivo caracterizar a atuação do Grupo COC, tendo em vista sua expressiva presença junto aos municípios paulistas.

Este item tem como objetivo elaborar um mapeamento da atuação do Grupo Empresarial COC, procurando também caracterizar os serviços oferecidos aos municípios na oferta da educação municipal no estado de São Paulo. O período selecionado para o desenvolvimento da atuação do COC refere-se aos anos de 2001 a 2010.

A metodologia utilizada foi a documental, como sites institucionais disponibilizados pelo Grupo Empresarial, materiais disponíveis na mídia, e entrevistas semi-estruturadas, a partir de roteiros orientadores discutidos e elaborados no âmbito da pesquisa matriz (Sistemas apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local), permitindo ao entrevistador abarcar um conjunto de informações e a consulta ao Banco de Dados Parcerias Público-Privado desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais – GREPPE.

A pesquisa de campo consistiu-se na visita ao Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino – NAME –, sediado em Ribeirão Preto SP, setor do grupo empresarial COC que lida diretamente com os municípios parceiros, com intuito de obter informações através de entrevistas semi-estruturadas, que foram realizadas pela autora em conjunto com a pesquisadora de iniciação científica Luciana Sardenha Galzerano.

A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Teise de Oliveira Guaranha Garcia, que faz parte do projeto vinculado a FAPESP e do grupo GREPPE, pela Faculdade de Educação da USP de

Ribeirão Preto, foi quem passou o primeiro contato para entrevista. Depois de algumas tentativas para conseguir agendar as entrevistas contactou-se uma professora de Ribeirão Preto – SP vinculada ao Grupo empresarial que trabalha com formação continuada de professores oferecida aos municípios que optou por não se identificar. Após a primeira entrevista entrou-se em contato por telefone com o NAME, na tentativa de coletar mais informação, aproveitando nossa presença na cidade. Conseguimos marcar um horário com o diretor do Núcleo para o dia seguinte. Como a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Teise de Oliveira Guaranha Garcia já havia feito uma entrevista com o diretor do NAME em novembro de 2008, no âmbito de pesquisa anteriormente realizada pelo GREPPE, conseguimos de forma mais fácil marcar novamente.

No dia 24 de setembro de 2010 nos dirigimos para a sede do NAME. Quando chegamos o Diretor José Luiz do Carmo, nosso entrevistado estava em reunião e fomos orientadas a aguardar então pediram que aguardássemos alguns minutos. Fomos muito bem recebidas no NAME, em nenhum momento houve constrangimento.

Finda a reunião, o Diretor apareceu e nos chamou até sua sala onde daria a entrevista. Quando a entrevista acabou pedimos que indicasse mais alguém que pudéssemos entrevistar, foi-nos indicado um orientador educacional, cuja identidade não será revelada, que também concedeu a entrevista algumas informações.

### **2.1- Introdução inicial a constituição do Grupo Empresarial COC**

Esse item pretende fazer focará em alguns apontamentos acerca do histórico do grupo Colégio Osvaldo Cruz – COC –, atualmente reconhecido também como SEB – Sistema Educacional Brasileiro – procurando caracterizar sua origem e atuação no mercado educacional. Para isso foram utilizadas principalmente fontes institucionais do grupo empresarial, entrevistas e materiais disponíveis na imprensa.

O sistema de ensino Curso Osvaldo Cruz – COC – foi criado em 1963 por um grupo de alunos da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto. Primeiramente o COC era um curso pré- vestibular, com intuito de preparar jovens para os vestibulares do curso de medicina. Com o sucesso adquirido por esses alunos, segundo o site da instituição, o sistema cresceu e em 1973 foram criados também colégios de Ensino Médio, e após cinco anos, em 1978 insere-se o Ensino Fundamental (ADRIÃO, *et al.* 2009a).

Através de informações do portal SEB constata-se que a criação da Editora COC ocorreu em 1979 (SEB, 2010) <sup>12</sup>, porém a instituição sempre utilizou e produziu seu próprio material didático, apesar da Editora ter sido criada posteriormente aos colégios. Ainda de acordo com o sítio eletrônico da instituição, a Editora COC se constitui como referência no desenvolvimento de materiais pedagógicos, para o qual, o surgimento das escolas conveniadas se transformaria em um mercado bastante promissor (COC, 2010a).

Segundo entrevista concedida pelo então mantenedor Chain Zaher, em 2009, o COC foi adquirido em 1986 pelo empresário do setor educacional, que anteriormente estava ligado ao Grupo Objetivo de João Carlos Di Gênio. (ATTUCH, 2009). A entrada do empresário iniciou uma nova e importante etapa, sempre articulada a novas tecnologias e inovações no setor, possibilitando que o Sistema de Ensino COC alcançasse proporções nacionais. Em 1987 a Instituição “passou a comercializar seu material em cidades mais distantes, e a marca COC, já forte na região de Ribeirão Preto, consolidou-se como produtora de material didático” (SEB, 2010).

Em 1999, o COC ampliou sua atuação para o ensino superior presencial com a criação das Faculdades UNICOC (SEB, 2010). No mesmo ano o Grupo COC criou em 1999 o NAME – Núcleo de Apoio a Municipalização do Ensino através da Editora COC, viabilizando uma forma de difundir o sistema de ensino já consolidado na rede particular, na escola pública por meio de “parceria” entre instituição privada e pública. Conforme informações do portal NAME a intenção do Núcleo era de “revolucionar” o Ensino Público “que ansiava por grandes modificações”, segundo constatações da Editora COC, partindo do princípio de que educação de qualidade é direito de toda criança e adolescente (COC, 2010b).

Ainda segundo o portal, este é um projeto inovador que leva educação de qualidade às escolas da Rede Pública, com acesso à estrutura e conteúdo pedagógico dos colégios COC, além de oferecer treinamentos para os professores e para o corpo administrativo da escola, ou seja, há uma assessoria pedagógica, que segundo a instituição, garante um bom funcionamento da escola, baseado no modelo utilizado pelo

---

<sup>12</sup> Laudo de Avaliação SEB disponível em: <http://www.mzweb.com.br/seb/web/arquivos/SEBPAR%20-%20Laudo%20de%20Avalia%20E7%E3o%20%20%28Vers%E3o%20OPA%20Estatut%E1ria%29%20%282%29.PDF>

COC. Deste modo o NAME declara ser uma importante ferramenta para a democratização da educação, levando a mesma qualidade do ensino a todas as escolas dos municípios que o contratam (COC, 2010b).

Conforme informações obtidas em março de 2010, o NAME, em 2009, já atendia 84 municípios do Estado de São Paulo (GREPPE, 2010), abrangendo cerca de 150.000 alunos de escolas públicas que passaram a ter acesso a essa “educação diferenciada” (COC, 2010b). O trabalho do NAME é baseado em um suporte diferenciado para as instituições de ensino, através da de novos materiais didáticos e acompanhamento pedagógico a todas escolas conveniadas. Um exemplo disto são as visitas periódicas e o atendimento direto aos municípios, que é considerado modelo no mercado, por estar em conformidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais no que se refere ao material didático do aluno (COC, 2010b).

Para os professores das escolas “parceiras”, é entregue o Caderno Digital de Apoio – CDA –, que apresenta um conteúdo selecionado, o qual tem, a intenção de facilitar as atividades desenvolvidas com os alunos, intencionando despertar a atenção e proporcionar maior fixação dos conteúdos, agilizando o trabalho do professor, além de disponibilizar um constante treinamento para o uso do material e formação continuada (NAME, 2010).

Conforme o sítio institucional, o NAME trabalha auxiliando as dificuldades encontradas pelas escolas que adotam sua “parceria”. Para isso, além de disponibilizarem todo o material didático e pedagógico, oferecem um suporte pedagógico-administrativo, isto é, uma equipe técnica da Editora COC que “oferece treinamento aos professores e ao corpo administrativo das escolas”, promovendo também encontros com o objetivo de desenvolver melhor a didática e a aproximação com o aluno (COC, 2010b).

Para melhor orientar e acompanhar o desenvolvimento educacional dos municípios nos quais há “parceria” com a rede pública foi criado o Portal Educacional NETNAME, cujo intuito facilitar e estreitar as relações com os municípios, além de dar suporte pedagógico ao trabalho dos diretores, coordenados e professores, disponibilizando conteúdo aos usuários (COC, 2010b).

Consta no sítio do Grupo a informação de que, em 2009, 95% dos municípios “parceiros” estão acima da Média Nacional do IDEB – Índice de Desenvolvimento da

Educação Básica. Outra informação é que, em 2005, entre os dez mais bem colocados do Brasil, cinco eram “parceiros” NAME; e no IDEB de 2007, dos 58 municípios que atingiram a média 6,0 (esperada dos países desenvolvidos), dez eram também “parceiros” do NAME/COC. A informação mais recente disponibilizada como propaganda da instituição é referente ao município de Adolfo no estado de São Paulo, “parceiro” NAME que ficou em primeiro lugar no IDEB de 2007 (NAME, 2010).

O COC continuou sua expansão através de investimentos em novas tecnologias, em 2001 foi lançado o “COC em sua Casa” portal educacional voltado para alunos, professores e escolas parceiras privadas, no Ensino Básico e Superior. Nesse portal poderiam acessar “informações como o calendário escolar, atividades complementares a serem feitas, agenda de provas, banco de provas, livros eletrônicos, além de todas as atividades dedicadas a cada uma das disciplinas” (SEB, 2010). Em 2006 o Grupo Empresarial implementou o recurso da tele sala, que possibilitou a educação a distância através das Faculdades COC, utilizada tanto no âmbito do ensino superior como da formação continuada de professores oferecida aos municípios “parceiros”.

Em 2005, conforme informações do sítio do SEB, o Grupo Empresarial adquiriu o Colégio Sartre em Salvador que marcava “primeiro passo para a expansão nacional, além das fronteiras do estado de São Paulo”. Nesse momento o Grupo SEB criou o Centro de Administração Compartilhada em Ribeirão Preto SP, com o intuito de concentrar as atividades operacionais, tais como serviços de “T.I., R.H., contabilidade, controladoria, entre outros, o que tornou possível que as unidades focassem nos serviços pedagógicos” (SEB, 2010).

Segundo as informações obtidas no sítio institucional do SEB, a empresa considera estar à frente de outras do mesmo ramo no que diz respeito aos métodos de ensino, pois conta com um “modelo próprio de negócio”, além de contar com uma rede com mais de 400.000 alunos divididos em cerca de 250 unidades “parceiras” no Brasil, sendo essas privadas públicas, e sete no Japão (SEB, 2010). As filiais internacionais representam um movimento dos “grandes grupos de ensino nacionais” que procuram atender filhos de brasileiros que residem no Japão (FOLHA DE SÃO PAULO, 2002).

Em 2007, o grupo realizou uma reorganização societária, em consonância com sua estratégia de negócios, para se preparar para a abertura de capital, isto é, disponibilizar uma porcentagem de suas ações para o comércio na bolsa de valores. Assim, em 21 de

maio de 2007 foi constituída a SEB – Sistema Educacional Brasileiro - Participações S.A., nova designação do grupo COC, sociedade detida integralmente por seus controladores indiretos Chaim Zaher e Adriana Baptiston Cefali Zaher, sua esposa. A SEBPar foi criada com intuito de garantir melhor organização para o Grupo COC, através de maior eficiência na alocação de recursos pessoais, por meio da concentração e do controle das sociedades operacionais (SEB, 2010).

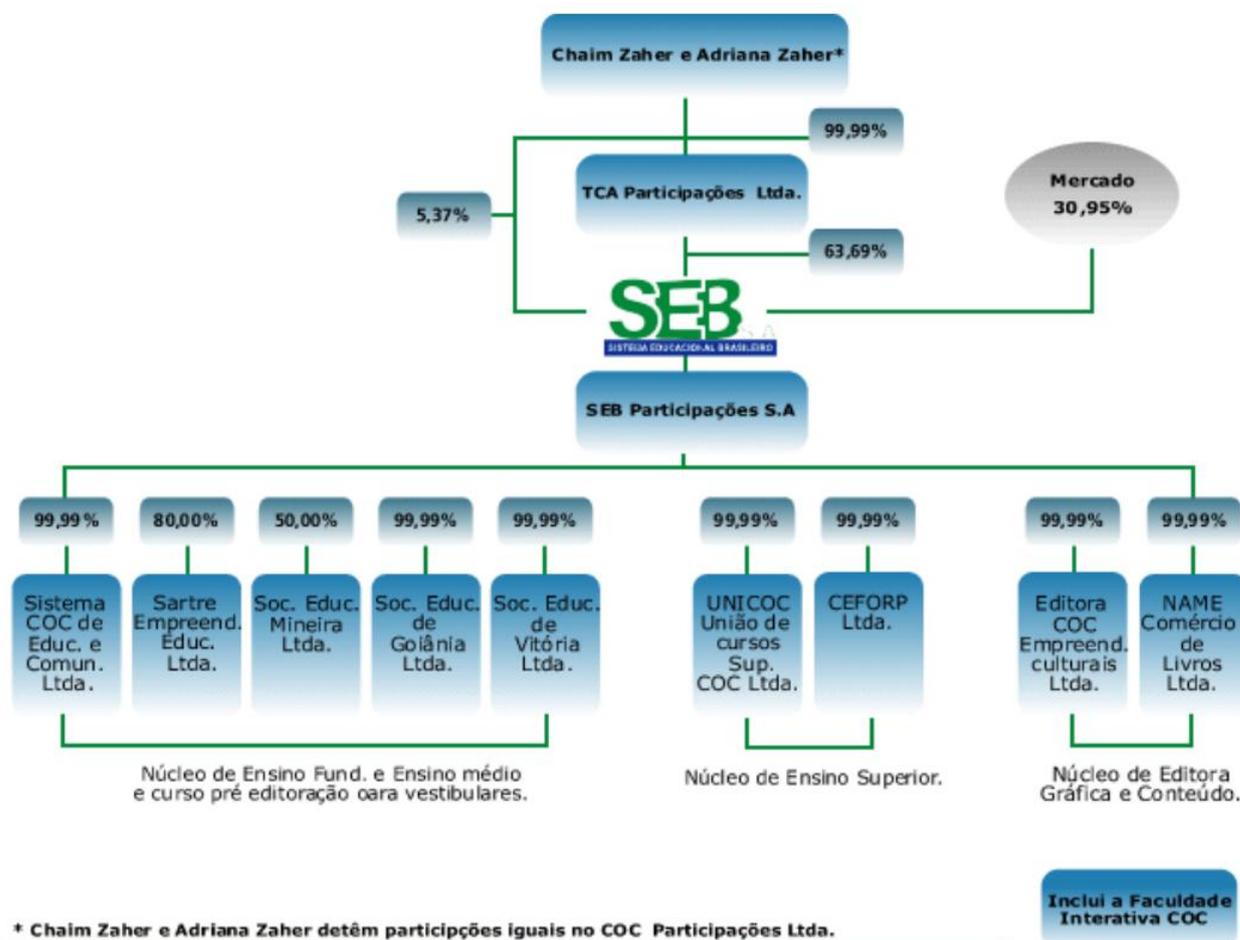
O SEB realizou sua oferta pública de ações, em 18 de outubro de 2007, na Bolsa de Valores de São Paulo de cerca de 30% de suas ações. “A Companhia passou a ter 282.634.210 ações, sendo 131.060.605 ordinárias e 151.573.605 preferenciais. As ações passaram a ser negociadas com o código SEBB11, com o formato de Units, em que cada Unit representa 1 ação ordinária e 6 ações preferenciais. Foram colocadas no mercado 14.375.000 Units ao valor de R\$ 33,00 cada” (SEB, 2010)<sup>13</sup>.

Consta no arquivo do portal SEB um organograma dessa reorganização, entretanto não há a definição exata das porcentagens e seus detentores.

---

<sup>13</sup> Informações disponíveis em: <http://www.ucseb.com.br/SEB.asp>

**Figura 1<sup>14</sup>: Estrutura Societária**



Fonte: SEB, 2010

A reorganização do grupo, além do intuito de uma otimização da estrutura societária, serviu de estratégia caso fosse aprovado o Projeto de Lei nº. 7200/2006<sup>15</sup>, conhecido como Projeto da Reforma da Educação Superior, que naquele momento estava em discussão pelo congresso, lei que prevê que pelo menos 70% do capital detidos pelas sociedades mantenedoras com fins lucrativos do Ensino Superior sejam

<sup>14</sup> Organograma disponível em:

[http://www.mzweb.com.br/seb/web/arquivos/SEB\\_ER\\_20080402\\_PORT.pdf](http://www.mzweb.com.br/seb/web/arquivos/SEB_ER_20080402_PORT.pdf)

<sup>15</sup> Presente no Art. 7º Poderá manter instituição de ensino superior: § 4º Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital votante das entidades mantenedoras de instituição de ensino superior, quando constituídas sob a forma de sociedade com finalidades lucrativas, deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/402692.pdf>

detidos de forma direta ou indireta por brasileiros. Chaim e Adriana Zaher adquiriram, em dois de agosto de 2007, em conjunto e partes iguais, a totalidade das ações de emissão da Companhia, então denominada Trescom Participações S.A.. Nessa data ocorreu uma assembléia geral que aprovou a mudança de denominação social para SEB - Sistema Educacional Brasileiro S.A. (SEB, 2010) <sup>16</sup>.

Com o intuito primordial de aperfeiçoar nossa estrutura acionária, especialmente na eventualidade de ser aprovado o projeto de Lei nº. 7200/2006, também conhecido como Projeto de Reforma Universitária, atualmente em fase de discussão no Congresso Nacional, e que apresenta entre outras disposições, a exigência de que pelo menos 70% do capital com direito de voto nas sociedades mantenedoras das instituições de ensino superior com fins lucrativos sejam detidos direta ou indiretamente por brasileiros, natos ou naturalizados, em 2 de agosto de 2007, Chaim Zaher e Adriana Zaher adquiriram, em conjunto e em partes iguais, a totalidade das ações de emissão da nossa Companhia, então denominada Trescom Participações S.A., companhia aberta, registrada na CVM (SEB, 2010).

Essa reorganização representa uma estratégia de expansão, assim como a incorporação de Grupos de ensino menores e das parcerias. Essa constatação foi levantada no artigo *A transformação da educação em mercadoria no Brasil*, no qual o autor constata que “A forma mais visível desse crescimento é a compra de outras instituições e seu aperfeiçoamento, por meio da implantação de uma gestão mais profissionalizada” (OLIVEIRA, 2009, p. 739).

Essas constantes expansões são reforçadas no sítio institucional do Grupo Empresarial, ao reforçarem ser uma das “maiores e mais reconhecidas companhias privadas do setor de educação no Brasil” (SEB, 2010), o que relacionam principalmente ao reconhecimento de suas marcas no mercado, enfatizando as marcas COC e Dom Bosco. A marca Dom Bosco foi adquirida em março de 2008 e sua sede é em Curitiba, sendo amplamente reconhecida no Sul do país, consistindo em um sistema de ensino menor, que já atuava nos mesmos segmentos educacionais, com escolas próprias e conveniadas privadas (SEB, 2010).

---

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.mzweb.com.br/seb/web/arquivos/SEBPAR%20-%20Laudo%20de%20Avalia%20E7%E3o%20%20%28Vers%E3o%20OPA%20Estatut%E1ria%29%20%282%29.PDF>

A empresa SEB - COC considera que nesses 46 anos de atividade desenvolveu modelo próprio de negócio, utilizando-se principalmente da marca COC, desenvolveu “competências e habilidades” para a expansão e conquista de novos “parceiros”, sejam eles privados ou públicos, pois acredita possuir as ferramentas necessárias e os mecanismos capazes de garantir o acompanhamento das unidades brasileiras e também nas do exterior, sendo assim apto a assegurar eficiência e qualidade em educação (SEB, 2010).

Em julho de 2010, o Sistema Educacional Brasileiro aceitou a proposta de parceria feita pela empresa britânica *Pearson*. Segundo Chain Zaher em entrevista ao Jornal da Cidade em sua versão eletrônica, intitulada “Seremos os maiores do país”, a *Pearson* já havia entrado em contato com o SEB antes deste ser disponibilizado na Bolsa de Valores em 2007, mas na época a proposta foi recusada, pois recentemente havia aberto a sua empresa para capital internacional (DELICY, 2010).

Ainda nessa entrevista, Zaher considera a parceria estratégica “Fizemos uma parceria estratégica com a *Pearson*. Vendemos a Editora COC, que inclui os sistemas de ensino, a gráfica, a logística, a distribuição. As escolas continuam com a Nova SEB, como será denominado o atual SEB” (DELICY, 2010), com um valor estimado de R\$ 613 milhões.

O acordo afirma também que a empresa *Pearson* fornecerá “suporte editorial, produção de conteúdo, inclusive digital, e ferramenta de gestão e avaliação educacional” (SEB, 2010)<sup>17</sup>, para as escolas do SEB que operam sob as marcas COC, Pueri Domus e Dom Bosco, sendo os colégios próprios e as conveniadas privadas, por um prazo de sete anos. Zaher garantiu que não haverá alterações na metodologia COC (SEB, 2010).

O setor da empresa responsável pelos sistemas de ensino, o NAME segundo a nova organização societária fica sob os direitos da empresa *Pearson*, segunda a informação obtida por meio de entrevista<sup>18</sup> com o diretor do NAME em novembro de 2010, ele garante que não há mudanças no modo de trabalho do setor, significando apenas uma possível expansão dos serviços e dos “parceiros” NAME.

---

<sup>17</sup> Ata de Reunião disponível em: [http://www.mzweb.com.br/seb/web/arquivos/20100721\\_RCA.pdf](http://www.mzweb.com.br/seb/web/arquivos/20100721_RCA.pdf)

<sup>18</sup> Realizada pela autora em conjunto com a pesquisadora de iniciação científica Luciana Sardenha Galzerano.

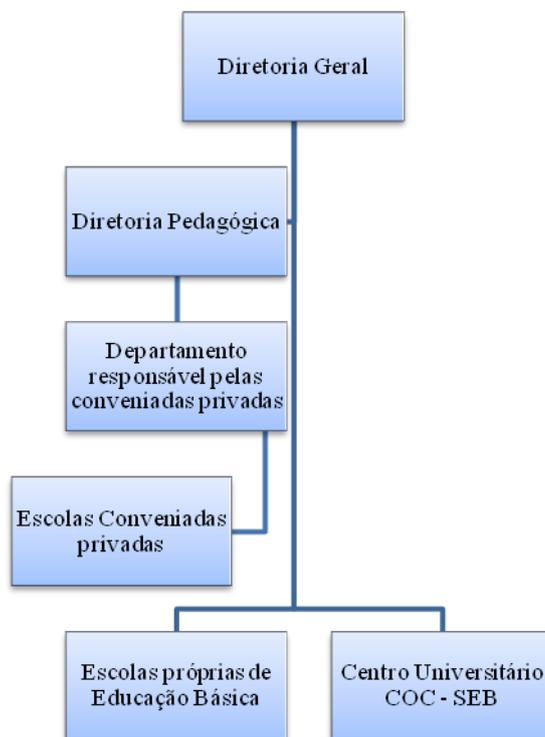
[...] essa parceria é uma parceria de caráter econômico, de bolsa valores que a empresa compra e tal, no caso do NAME, especificamente do NAME ou do sistema COC como um todo tanto o privado quanto o público nada altera o trabalho, mesmo porque a *Pearson* não tem expertise dentro da área de educação de sistemas de educação, tá. [...] O trabalho aqui no NAME na verdade não tem... Nenhum sinal de modificação ao contrário nós temos agora... Uma quantidade de recursos que vai nos permitir dar passos um pouco mais largos... (CARMO, 2010).

A entrada da empresa britânica significa um maior investimento para a expansão dos sistemas, segundo a entrevista essa aquisição representa uma maior disposição de capital visando o aumento de “parcerias”, embora não represente uma mudança na atuação do NAME, pois a *Pearson* não teria conhecimentos para tal mudança.

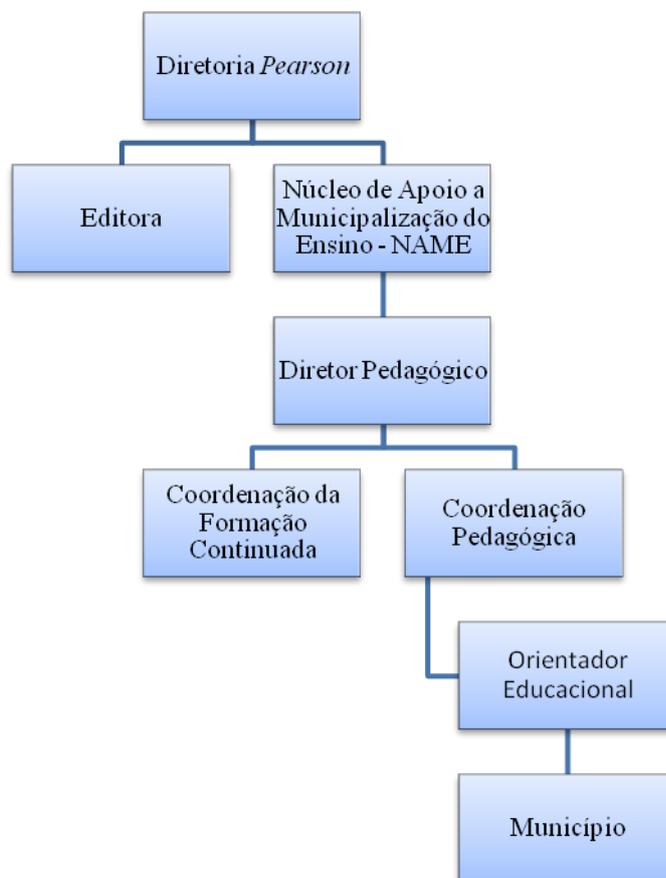
## **2.2- Organograma do Grupo SEB – COC.**

Este item visa sistematizar as informações, por meio da elaboração de um organograma referente à estrutura do Grupo Empresarial SEB – COC com base nas informações levantadas durante a pesquisa, o organograma possui objetivo de demonstrar sua organização, entretanto não pretende reproduzi-la.

**Figura 2: Estrutura SEB - COC**



**Figura 3: Organograma parte alienada a *Pearson***



Fonte: Gobi com base nas referências pesquisadas

Chaim Zaher e sua esposa Adriana Zaher, como citado anteriormente, detém integralmente de maneira indireta a sociedade do Grupo SEB. Zaher está vinculado a funções administrativas e pedagógicas como, por exemplo, ao ser nomeado em 2011 reitor das faculdades UNISEB COC, segundo notícias do jornal COC (COC, 2011). No jornal mencionado, consta ainda uma entrevista com o então reitor que destaca a importância das Faculdades COC serem reconhecidas pelo MEC (Ministério da Educação) no ano de 2010 como centros universitários. Segundo Zaher “Conquistar o status de Centro Universitário comprova o trabalho de uma trajetória de cinco anos de toda equipe COC” (COC, 2011).

Mesmo que a diretoria geral do grupo esteja intrinsecamente ligada ao setor pedagógico ambos respondem a diferentes demandas, e interrelacionam de forma contínua, assim como ressaltado no ano de 2005 foi criado um Centro de Administração Compartilhado em Ribeirão preto - SP deixando as unidades focadas nas decisões

pedagógicas.

Constatou-se que o Grupo possui também um departamento responsável pelas conveniadas privadas de forma conjunta com a editora, e ao setor do NAME é responsável pelas parcerias públicas. Devido a última organização societária do SEB, em a parte do Grupo alienado a *Pearson*, conta com o departamento do NAME – Núcleo de Apoio a Municipalização do Ensino e da editora, pode-se constatar a diminuição da atuação do SEB no que diz respeito às parcerias com o setor público e uma possível mudança de quem estabelece os convênios com o setor privado, já que anteriormente ficavam a cargo da editora, constata-se que para o SEB detém a organização das unidades próprias, das conveniadas privadas e das faculdades (SEB, 2010).

Contudo conforme a ata de reunião em função da cisão do grupo SEB (SEB, 2010) consta que a *Pearson* continuará a fornecer o material didático para os colégios COC com um contrato de sete anos depois da ruptura do Grupo, assim como o SEB também irá manter o vínculo com o NAME - *Pearson* para a formação continuada oferecidas às escolas públicas, através do uso das Faculdades COC, informação essa concedida pelo Diretor do NAME, em entrevista concedida a autora:

“A gente fornece através, através da tele-sala então da educação infantil, para fundamental anos iniciais e para fundamental anos finais em horários separados. E amparado o COC tem as faculdades COC, então eu me amparo neles” (CARMO, 2010).

No que diz respeito à organização do NAME, entende-se que mesmo tendo ocorrido essa mudança de agência mantenedora, o trabalho continuará ocorrendo da mesma forma. O responsável por esse departamento é o diretor pedagógico José Luiz do Carmo, que mantém o vínculo com as unidades das faculdades COC através das coordenações de formação continuadas, que se utilizam dos espaços dos Centros Universitários para o uso e distribuição do recurso de tele-sala, que é a maneira que ocorre esses espaços de formação.

Há também os coordenadores pedagógicos que são os responsáveis pelos grupos que visitam os municípios, para as visitas as instituições parceiras. Em conjunto com os coordenadores pedagógicos vão os orientadores educacionais, em um número maior, esses são os designados a visitar cada sala do município, conversar com professores e

orientar os devidos encaminhamentos, assim como reportar ao diretor as opiniões sobre materiais e formação continuada.

### **2.3- Atuação do Grupo Empresarial COC no setor privado de ensino**

No sítio do Sistema Educacional Brasileiro – SEB – conforme apresentação institucional<sup>19</sup> disponibilizada em Junho de 2010, o Grupo Empresarial atende a todas as etapas de educação, desde a Educação Básica ao Ensino Superior, além de cursinho pré-vestibular (SEB, 2010).

Na educação básica a instituição possui 31 unidades próprias, distribuídas em sete estados brasileiros. Em São Paulo, nos municípios de Ribeirão Preto, Araçatuba e São Paulo; na Bahia, na capital Salvador; em Minas Gerais, na capital Belo Horizonte, em Alagoas, na capital Maceió; no Espírito Santo, no município de Vila Velha e na ilha-capital Vitória; em Goiás, na capital Goiânia e em Brasília no Distrito Federal. (COC, 2010c).

Os colégios próprios situados na cidade de sua sede, Ribeirão Preto – SP, possuem ampla infra-estrutura com prédios bem projetados e localizados, que levam a marca de escolas modelo “um ensino de qualidade, aliado a uma estrutura física concebida, especialmente, para atender às necessidades de cada faixa etária” (COC, 2010c). Esses colégios, em geral, atendem todas as etapas da educação básica de modo que os alunos podem frequentar a mesma escola durante toda sua formação, e ainda essas escolas são referências para as demais unidades de ensino da marca COC (COC, 2010c).

A instituição disponibiliza, além da educação básica, o ensino superior que, na modalidade presencial, possui 6.900 seis mil e novecentos alunos e na modalidade à distância 30.600 trinta mil e seiscentos alunos conforme a apresentação institucional datada de 2010, totalizando 37.500 para esta etapa da educação (SEB, 2010).

Segundo informações da apresentação institucional do SEB, além da atuação em escolas próprias, a instituição possui escolas conveniadas no setor privado e no setor público. No setor privado, utilizando-se de suas três marcas – Pueri Domus, Dom Bosco e COC –, totalizava, em março de 2010, 1.023 escolas conveniadas e 273.000 alunos, subdivididos em 20 estados brasileiros e no Distrito Federal. (SEB, 2010).

---

<sup>19</sup> Informações acessadas na apresentação institucional do SEB, disponível para download no sítio Grupo.

Para as escolas conveniadas privadas o COC criou através de sua Editora, que era a responsável por esse convênio<sup>20</sup>, o “NAPEP – Núcleo de Apoio Personalizado à Escola Parceira – disponibilizando um profissional que fará o atendimento personalizado à sua escola, possibilitando a integração plena com o Sistema COC” (COC, 2010a). Esse sistema oferece além do material didático apoio pedagógico para melhor utilização do mesmo, oferecendo encontros para a formação continuada e troca de experiências entre os educadores. (COC, 2010a).

O sistema COC disponibiliza também aos parceiros privados; consultoria administrativa, com intuito orientar para a redução de custos e formas mais eficientes para sua captação; consultoria jurídica, responsável por indicar melhores técnicas de redução dos encargos tributários e informar sobre contratação de profissionais; consultoria tecnológica, que dispõe uma equipe para suporte técnico (COC, 2010a).

#### **2.4 Atuação do Grupo Empresarial COC no setor público de ensino**

O Grupo Empresarial COC é o detentor da maior parte de “parceiros” no Estado de São Paulo, conforme a constatação de Adrião *et al*: “O mapeamento realizado permite afirmar que a empresa responsável pelo maior número de contratos com municípios paulistas é o COC” (2009b, p.806).

O grupo estabeleceu 129 “parceiros” no setor público. No estado de São Paulo concentram-se 76% dos convênios; em Minas Gerais, 5%; na Bahia, 3%; em Alagoas, 2%; no Rio de Janeiro, 9%; no Espírito Santo, 2%, no Distrito Federal, 2%. (SEB, 2010)  
21 .

Essa distribuição ainda é separada pelo material adotado, sendo que 112 municípios utilizam o material COC que leva a marca NAME, 12 municípios, a marca Dom Bosco-Público e cinco cidades, a marca Pueri Domus. É possível perceber a concentração da marca COC mesmo no setor público. Essa modalidade de “parcerias” atende cerca de 200 mil alunos de escolas públicas (SEB, 2010).

No que diz respeito às “parcerias” com escolas públicas, conforme indicado no projeto ao se vincula esta IC, o COC possui uma instituição que concentra as atividades

---

<sup>20</sup> No ano de 2010 a Editora passa ser parte da *Pearson*, no período desta investigação não localizamos informações a respeito de sua relação com os convênios privados.

<sup>21</sup> Informações acessadas na apresentação institucional do SEB, disponível para *download* no sítio Grupo.

desse segmento, como citado anteriormente o NAME – Núcleo de Apoio a Municipalização do Ensino – é o setor responsável por essas parcerias, e é através dele que são feitos os contatos com os possíveis parceiros e também por meio dele que é feito todo o acompanhamento aos municípios. Tal informação reafirma o levantado indicado em pesquisas anteriores (Adrião et all 2009a).

Tais parcerias são identificadas como Sistemas de Ensino (SEB, 2010), o que retoma a pesquisa desenvolvida anteriormente no âmbito do Grupo GREPPE, e financiada pela FAPESP “Estratégias municipais para a oferta da Educação Básica: uma análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo” em seu relatório final as autoras propunham a seguinte análise dessa definição:

[...] detém-se na análise de uma modalidade peculiar dessas parcerias: aquelas firmadas entre o poder público local e empresas privadas *stricto sensu*, isto é, com fins lucrativos, para a compra do que se dissemina como “sistemas de ensino”. Entendemos que essa compra representa mais do que a simples aquisição de materiais didáticos, dado se tratar de estratégia por meio da qual o setor privado amplia seu mercado, ao incidir sobre o espaço público na mesma medida em que o setor público transfere parcela de suas responsabilidades para com a educação à iniciativa privada. (ADRIÃO, *et al.* 2009a, pg. 129)

Ressalta-se, que aqui se confirma o fato de que as “parcerias” entre as empresas privadas e os municípios ultrapassam o fornecimento de material apostilado, tratando-se também de uma intervenção mais direta nas instituições através de treinamentos e visitas, e no caso do COC, atual SEB, há um departamento especializado e diferenciado para as “parcerias” com o setor público. (Adrião et all, 2009<sup>a</sup> e 2009<sup>b</sup>)

Nesse trabalho o termo “parceria” é entendido segundo a definição de Bezerra, “A expressão parceria público-privada (...) implica também na capacidade de intervenção que o setor privado passa a dispor junto à administração pública, por meio da assunção total ou parcial de responsabilidades até então atribuídas ao poder público em sua totalidade” (2008, p.62-63), relacionando assim diretamente com os serviços oferecidos pelo NAME aos municípios parceiros.

## **Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino – NAME**

O NAME possui uma sede diferenciada dos colégios da “marca” COC em Ribeirão Preto – SP, e fica localizada próxima a Editora COC, outro segmento do Grupo Empresarial responsável pela impressão do material. A sede do NAME é um espaço reservado aos que trabalham diretamente com as escolas “parceiras públicas”.

Referente à sua estrutura física o NAME é um lugar bastante organizado, pois concentra uma gama de profissionais que atendem as escolas “parceiras”, os quais contam com salas diferenciadas conforme sua função e também espaços destinados aos encontros para a discussão coletiva.

No histórico do grupo empresarial o NAME inicia suas atividades em 1999, e segundo entrevista concedida pelo seu diretor pedagógico à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Teise de Oliveira Guaranha Garcia (2008), em meados de 1998, o grupo foi visitado pela então Secretária da Educação do Estado de São Paulo, Tereza Roserley Neubauer da Silva, da qual teria surgido a ideia de empreendimento:

[...] meados de 98 através de alguns contatos inicialmente com a Secretária da Educação, a Rose Neubauer que esteve nós visitando, alguns contatos políticos surgiu a ideia, alguém comentou e o departamento de negócios do COC se interessou surgiu a ideia é o seguinte agora os municípios têm dinheiro próprio que poderiam estar comprando material didático... E a gente pensou, nós produzimos nosso material didático... (DIRETOR PEDAGÓGICO, 2008).

Conforme seu depoimento, definido o interesse do grupo empresarial por esse novo *ramo* educacional, o COC formou uma equipe designada a responder especificamente por esse setor, inicialmente denominada *projeto NAME*. Segundo a mesma entrevista, o diretor relatou que a venda de material apostilado começou com três municípios, entretanto não se consolidou da forma esperada, [...] “*Entramos em contato com esses três primeiros municípios pra renovar para o ano que vem porque a gente gostou da ideia e qual não foi nossa imensa surpresa, quando nenhum dos três quis*” (DIRETOR PEDAGÓGICO, 2008), fazendo assim com que o setor repensasse a estratégia, pois segundo o diretor outros municípios ingressariam no ano 2000.

O diretor foi um dos escolhidos para a atuação nessa nova equipe, e segundo entrevista concedida a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Teise de Oliveira Guaranha Garcia, rapidamente constatou-se, que havia faltado estrutura para os municípios receberem essa demanda, advinda do processo de municipalização de ensino. Tal relação foi de objeto de

investigação em Adrião et all. (2009), sendo por essa razão tomada como pressuposto para o projeto de investigação ao qual está IC se vincula.

Dessa forma o COC constataram que havia a necessidade de acompanhamento aos municípios que recebiam o material, decorrendo na mudança na forma de atender os municípios “parceiros”.

Em dois minutos nós descobrimos o que tinha acontecido de errado, nós cometemos a ingenuidade de pegar todo nosso material mandar para esses municípios no começo do ano e voltar no final do ano para saber se eles queriam mais[...]... Observamos que na verdade os municípios precisavam do seguinte, quando o Estado saiu e municipalizando, ele simplesmente deixou à míngua os municípios...(DIRETOR PEDAGÓGICO, 2008).

Segundo a mesma entrevista o diretor relatou que as “parcerias” com as instituições públicas passaram então a oferecer diversos serviços além do material apostilado. A empresa disponibiliza uma assistência pedagógica com base em visitas periódicas, totalizando quatro durante o ano, e se ocorrer algo extraordinário, elas podem aumentar conforme a necessidade dos municípios. Esse auxílio ocorre também na gestão das unidades servindo de base aos gestores escolares. O apoio pedagógico é oferecido aos professores com aulas à distância, visando sua capacitação. As consequências sobre este tipo de apoio para gestão da educação local foi objeto de análise em Adrião et all (2009 a e 2009b)

Conforme informações obtidas em entrevistas com o diretor do NAME e com o orientador educacional, realizadas pela autora em conjunto com a pesquisadora de iniciação científica Luciana Sardenha Galzerano no ano de 2010, as visitas aos municípios ocorrem da seguinte forma: varia o tamanho da equipe em função do tamanho do município, os responsáveis pelas visitas são divididos em grupos, em geral compostos por um coordenador pedagógico e três orientadores educacionais:

“a equipe é composta basicamente por quatro membros, onde tem três orientadores educacionais e um coordenador pedagógico, na maioria das vezes mais de uma equipe visita o município, isso depende muito do tamanho do município” (ORIENTADOR EDUCACIONAL, 2010).

O segundo o depoimento transcrito acima, o Diretor acompanha as visitas aos municípios por meio do controle da agenda e de relatos. Os grupos são orientados a passar em todas as escolas do município e visitar cada uma das salas de aulas, a fim de acompanhar o processo de utilização do material na escola, e repassá-lo posteriormente ao diretor, para que esse possa encaminhar as aulas fornecidas pelo NAME aos professores das instituições públicas. No que diz respeito à atuação do NAME percebe-se que os serviços oferecidos vão ao encontro do perfil da instituição que os solicita. Sobre a formação continuada dos professores das escolas públicas o diretor do NAME, em sua entrevista a autora, a caracteriza da seguinte forma:

“nós estabelecemos aquilo que se chama parceria, a gente entrega este material, primeira providência é trabalhar os professores, fazer aquilo que a chama de treinamento, na realidade que ninguém ousa treinar alguém, onde já se viu treinar um professor a dar aula, impossível, mas como não tem outro nome à gente chama de treinamento” (CARMO, 2010).

Essa formação é oferecida através do deslocamento das equipes do NAME aos municípios para discutirem o trabalho e oferecer o treinamento inicial aos professores com o uso do material, já as aulas da formação continuada acontecessem durante todo o ano e são disponibilizadas através das tele-sala fornecidas pelas faculdades COC.

No aspecto referente aos “Sistemas de Ensino”, segundo informações obtidas na apresentação institucional do SEB, são três os modelos que podem ser oferecidos tanto para as instituições públicas quanto para as privadas, com diferenças assinaladas pelo próprio Grupo. Os contratantes escolherão o que melhor se adapta às suas especificidades, são eles: o COC que, segundo o Grupo empresarial possui um enfoque *conteudista*, sendo que para as instituições públicas é oferecido um material diferente daquele utilizado pelos colégios próprios e ou pelos conveniados privados e leva a marca NAME; o Dom Bosco apresentado como material baseado no “método sócio-interacionista”, sendo que o material utilizado nas franquias é o mesmo das escolas públicas; e por último o Pueri Domus que se destaca como adepto do “método sócio-construtivista” o qual também não apresenta diferenças para as redes privadas e públicas. (SEB, 2010).

**Quadro 1: Posicionamento das marcas.**

<b>Sistema</b>	<b>COC</b>	<b>Dom Bosco</b>	<b>Pueri Domus</b>
Mote	Qualidade/tecnologia	Qualidade Assessoria pedagógica	Qualidade/Pedagogia
Método	Qualidade/conteudista	Sócio-interacionista	Sócio-contrutivista
Setor Público	Outro material e marca (NAME)	Mesmo material	Mesmo material, outra capa

Fonte: GOBI com base na apresentação institucional SEB datada de junho de 2010

Essas “parcerias” fazem parte de uma atuação significativa da empresa, que possui como objetivo expandir-se cada vez mais, e assim, os serviços são cada vez mais adaptados às especificidades.

A seguir consta um quadro sintetizando os serviços oferecidos pelo NAME aos municípios “parceiros”:

**Quadro 2: Produtos e serviços oferecidos pela empresa COC/NAME:**

<b>Produtos e Serviços</b>	<b>Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino - NAME</b>
Material didático para estudantes e professores.	Material oferecido em módulos bimestrais. Docentes das redes parceiras recebem um material de orientação em formato digital. Segundo a empresa todo o material é baseado nos parâmetros curriculares nacionais da Educação e na implantação de Temas Transversais. Os materiais são produzidos para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.
Formação continuada.	É oferecida assessoria pedagógica, denominada como treinamento a professores. São oferecidas propostas de formação por meio de Tele-Salas.
Avaliação e Monitoramento.	Técnicos contratados pela empresa visitam periodicamente as escolas da rede parceira, entrevistando professores e estudantes.
Portal para acesso a conteúdos, propostas de atividades, vídeos e outras formas de apoio.	Portal com conteúdos e sugestões de atividade, disponíveis somente para usuários cadastrados no sistema.

Fonte: **GOBI** com base em GARCIA, ADRIÃO, BORGHI, BERTAGNA e CORREA, 2011.

No que diz respeito à atuação do NAME percebe-se que os serviços oferecidos vão ao encontro do perfil da instituição que os solicita. O diretor da unidade acredita que de certa forma poderiam dar conta do que o Estado delegou aos municípios, porém sem fornecer o devido suporte.

### **2.3- Abrangência do Grupo Empresarial COC e a oferta educacional paulista**

Os municípios que adotam ou adotavam os sistema privado vinculado ao grupo empresarial COC, no período de 2001 a 2010, e cujas informações foram obtidas junto ao Banco de Dados **Banco de Dados Parcerias Público-Privadas e municípios paulistas** foram : Americana, Araçariguama, Cananéia, Cotia, Mesópolis, Miguelópolis, Murutinga do Sul, Nantes, Neves Paulista, Nipoa, Oleo, Oriente, Osasco, Oscar Bressane, Ouro Verde, Paranapanema, Pedra Bela, Pedreira, Piedade, Pinhalzinho, Santa Cruz da Conceição, Santópolis do Aguapeí, São Francisco, Silveiras, Timburi, Tremembé, Urânia, Valentim Gentil, Vitória Brasil.

Tal levantamento confirma a “liderança” do grupo neste novo mercado razão pela qual fora selecionado para esta investigação. (Adrião, 2010). Vale destacar que se mantém a tendência percebida em pesquisa anterior segundo a qual um município pode ter adotado, na série histórica, mais de um sistema privado de ensino (Adrião, 2009). A seguinte tabela apresenta a relação dos municípios que firmaram “parceria” com o COC, o período de duração das mesmas, e a modalidade de ensino para qual ela foi designada:

**Quadro 3: Municípios que adotam/adotaram o Sistema COC Municipal de Ensino no período de 2000 a 2010**

<b>Nome do município</b>	<b>Ano de início da parceria com o grupo COC</b>	<b>Situação</b>	<b>Modalidade a que se destina</b>
Pindorama	Anterior a 2000	Em Vigor	EF e EI
Mirandópolis		Em Vigor	EF e Gestão Educacional
Glicério		Finalizado	EF
Santo Antonio da Alegria		Finalizado	EF

Boituva	2000	Em Vigor	EF e EI	
Buritizal		Finalizado	EF e EI	
Severínia		Em Vigor	EF e EI	
Urupês		Não informado	EF	
Altinópolis		Em Vigor	EF e EI	
Aguai	2001	Em Vigor	EF e EI	
Cerquillo		Em Vigor	EF, EI e EE	
Cesário Lange		Em Vigor	EF e EI	
Guaraci		Finalizado	EF	
Morro Agudo		Finalizado	EF	
Ribeirão Corrente		Finalizado	EF	
Terra Roxa		Em Vigor	EF	
Ipiúá	2001-2004	Em Vigor	EF e EI	
Lavínia		Em Vigor	EF e EI	
Brotas (Pueri Domus)	2002	Finalizado	EF, EI e Gestão Ed.	
Floreal		Finalizado	EF e EI	
Ipuã		Em Vigor	EF	
Orindiúva		Em Vigor	EF e EI	
Restinga		Finalizado	EF	
Araçoiaba	2003	Finalizado	Não consta	
Borá		Finalizado	EF e EI	
Cedral		Finalizado	EF	
Cosmorama		Finalizado	EF	
Itupeva		Em Vigor	EF	
Mairiporã		Finalizado	EF	
Marapoama		Em Vigor	EF e EI	
Palmares Paulista		Finalizado	EF	
Paranapanema		Em Vigor	EF	
Pereiras		Em Vigor	EF e EI	
Pontes Gestal		Finalizado	EF e EI	
Tanabi		Finalizado	EI	
Vista Alegre do Alto		Em Vigor	EF	
Álvares Florence		2004	Finalizado	EF e EI
Borebi			Em Vigor	EF e EI
Buri (Pueri Domus)	Finalizado		Não consta	
Cardoso	Em Vigor		EF e EI	
Guaraçai	Em Vigor		EF e EI	
Igarapava	Em Vigor		EI e EE	
Iperó	Em Vigor		EF	
Monte Azul Paulista	Em Vigor		EF e Gestão Educacional	
Motuca	Finalizado		EF	
Tambaú	Finalizado		EF	
Porto Feliz	Em Vigor		EF	
Adolfo			Em Vigor	EF

Álvares Machado	2005	Finalizado	EF e EI	
Auriflama		Em Vigor	EF e EI	
Descalvado		Finalizado	EF e EI	
Dolcinópolis		Em Vigor	EF e EI	
Estrela d'Oeste		Não informado	EI	
Fernando Prestes		Em Vigor	EF e EI	
Jaborandi		Em Vigor	EF e EI	
Jardinópolis		Em Vigor	EF e EI	
Jeriquara		Finalizado	EF e EI	
Mirassolândia		Em Vigor	EF	
Nhandeara		Em Vigor	EF (2007 na EI)	
Orlândia		Não informado	EF	
Palestina		Finalizado	EF e EI	
Paraguaçu Paulista		Em Vigor	EF e EI	
Paranapuã		Em Vigor	EF e EI	
Parisi		Finalizado	EF e EI	
Pontalinda		Em Vigor	EF e EI	
Santa Rosa do Viterbo		Em Vigor	EF e EI	
Severínia		Em Vigor	EF	
SudMennucci		Em Vigor	EF e EI	
Taiúva		Não Informado	EF e EI	
Cajuru		2006	Em Vigor	EF e EI
Cândido Rodrigues			Em Vigor	EF e EI
Guapiaçu	Finalizado		EF e EI	
Louveira (Pueri Domus)	Em Vigor		EF e EI	
Onda Verde	Em Vigor		EF e EI	
Paraíso	Em Vigor		EF e EI	
Pereira Barreto	Em Vigor		EF e EI	
Platina	Em Vigor		EF e EI	
Potirendaba	Não Informado		EF e EI	
Riolândia	Finalizado		EF	
Quintana	Não informado	EF		
Arco-Íris (Dom Bosco)	2007	Finalizado	Não consta	
Altair		Finalizado	EF e EI	
Capela do Alto		Em Vigor	EF	
Colômbia		Em Vigor	EF e EI	
Dirce Reis		Finalizado	EF e EI	
Fernão		Em Vigor	EF e EI	
Guarani d'Oeste		Não informado	EF e EI	
Itatinga		Em Vigor	EF e EI	

Marinópolis		Em Vigor	EF e EI	
Nova Granada (Dom Bosco)		Em Vigor	EF e EI	
Palmeira d'Oeste		Em Vigor	EI	
Anhumas	2008	Em Vigor	EF e EI	
Conchas		Em Vigor	EF e EI	
Divinolândia		Em Vigor	EF e EI	
Indiaporã		Em Vigor	EI	
Ipaussu		Não Informado	EF e EI	
Santa Cruz da Esperança		Em Vigor	EF	
Santo Antonio do Pinhal (Pueri Domus)		Em Vigor	EF	
Populina		Finalizado	EF e EI	
Pratânia		Em Vigor	EF e EI	
Serra Azul		Finalizado	EF e EI	
Andradina		2009	Em Vigor	EF e EI
Arandu	Em Vigor		EF e EI	
Barão de Antonina	Em Vigor		EF e EI	
Bento de Abreu	Em Vigor		EF e EI	
Buritizal	Em Vigor		EF e EI	
Cássia dos Coqueiros	Em Vigor		EF	
Espírito Santo do Turvo	Em Vigor		EF (2010 na EI)	
General Salgado	Em Vigor		EF	
Guaira	Em Vigor		EF e EI	
Guareí	Em Vigor		EF e EI	
Ibitinga	Em Vigor		EF e EI	
Ipaussu (Pueri Domus)	Em Vigor		EF e EI	
Irapuru (Dom Bosco)	Em Vigor		EF e EI	
Lupércio	Em Vigor		EF e EI	
Piquerobi	Em Vigor		EF e EI	
Pongai	Em Vigor		EF e EI	
Reginópolis (PueriDomus)	Finalizado		EF e EI	
Santa Maria da Serra	Em Vigor		EF e EI	
Santana da Ponte Pensa	Finalizado		EF e EI	
Santo Antonio da Alegria	Em Vigor		EF	
Suzanópolis	Finalizado		EF e EI	
Taquaral	Em Vigor		EF e EI	
Torre de Pedra	Em Vigor		EF	
Três Fronteiras	Em Vigor		EF e EI	
Tuiuti	Em Vigor		EF e EI	
Uru	Em Vigor		EF e EI	
Valparaíso	Em Vigor		EF e EI	
Guarapes	Em Vigor		EI	
Botucatu			Em Vigor	EF e EI
Canas (Pueri Domus)			Em Vigor	EF e EI
Fatura		Em Vigor	EF e EI	

Guarani d'Oeste	2010	Em Vigor	EF
Jaú (Pueri Domus)		Em Vigor	EF e EI
Juquiá (Dom Bosco)		Em vigor	EI
Monte Alto (Dom Bosco)		Em Vigor	EF e EI
Parisi		Em Vigor	EF e EI
Ribeirão dos Índios		Em Vigor	EF e EI
Sabino		Em Vigor	EF e EI
Santa Clara d'Oeste		Em Vigor	EF e EI
Taquarituba		Em Vigor	EI
Dumont		Em Vigor	EI
Echaporã		Em Vigor	EF e EI
Votuporanga		Não informado	Não informado
Ubarana	Não informado	Não informado	Não consta
Buritama	Não informado	Não informado	Não consta
Sebastianópolis do Sul	Não informado	Não informado	Não consta

Fonte: GOBBI, R. com base no Banco de Dados parcerias público-privadas (GREPPE, 2010). Os municípios de Buritizal, Santo Antonio da Alegria, Guarani d'Oeste e Parisi, aparecem duas vezes, pois se observa o cancelamento da "parceria" durante um período e depois o retorno. Os municípios de Ubarana, Buritama, Votuporanga e Sebastianópolis do Sul foram contatados e confirmaram o uso do Sistema, mas não foi informado o ano de início e término das parcerias. Ipiassu altera o material para Pueri Domus

Observa-se uma constante expansão dessa modalidade de "parceria", o Grupo Empresarial COC possui em vigor 92 "parcerias" com municípios no estado de São Paulo.

**Tabela 2: Municípios paulistas e início da "parceria" com o Grupo Empresarial COC em anos determinados**

<b>Ano de início da "parceria"</b>	<b>Municípios Paulistas</b>
<b>Antes de 2001</b>	Pindorama Mirandópolis Glicério Santo Antonio da Alegria Boituva Buritizal Severínia Urupês Altinópolis

<b>2001</b>	Aguai Cerquillo Cesário Lange Guaraci Morro Agudo Ribeirão Corrente Terra Roxa
<b>2005</b>	Adolfo Álvares Machado Auriflama Descalvado Dolcinópolis Estrela d'Oeste Fernando Prestes Jaborandi Jardinópolis Jequara Mirassolândia Nhandeara Orlândia Palestina Paraguaçu Paulista Paranapuã Parisi Pontalinda Santa Rosa do Viterbo Severínia Sud Mennucci Taiúva
<b>2010</b>	Botucatu Canas (Pueri Domus) Fartura Guarani d'Oeste Jaú (Pueri Domus) Juquiá (Dom Bosco) Monte Alto Parisi Ribeirão dos Índios Sabino Santa Clara d'Oeste Taquarituba Dumont Echaporã

Fonte: GOBBI, R. com base em Banco de Dados Parceria Público Privado e Municípios paulistas 2011.

As escolhas desses períodos justificam-se principalmente pela Lei de

responsabilidade<sup>22</sup> Fiscal, a qual delimita o gasto de 60% do orçamento público com pessoal, segundo Adrião (2009), isso pode vir a contribuir com o aumento no número de parcerias, uma vez que o orçamento do município possa infringir a Lei.

Na pesquisa anterior (Adrião 2009), foi destacado um aumento considerável nas “parcerias” no ano de 2005, verifica-se que no caso do grupo Empresarial COC isso ocorre, pois o Grupo estabeleceu um número de 22 “parceiros” no período.

## Referências

ADRIÃO, T. M. F. Oferta do ensino fundamental em São Paulo: um novo modelo. *Educação e Sociedade*, v. 29, p. 79-98, 2008.

ADRIÃO, T. M. F (Coord.). **Relatório final da pesquisa: Estratégias municipais para a oferta da educação básica: as parcerias público-privado no estado de São Paulo**. 2009a. (Relatório de pesquisa).

ADRIÃO, T. et al. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. In: *Educação e Sociedade*, v. 30, n.108, 2009b.

APRESENTAÇÃO, **Apresentação Institucional do Grupo SEB Junho de 2010**. Disponível em: [http://www.mzweb.com.br/seb/web/arquivos/20100528\\_SEB\\_Institucional\\_port\\_jun10.pdf](http://www.mzweb.com.br/seb/web/arquivos/20100528_SEB_Institucional_port_jun10.pdf)> Acesso em: 10 Agos. 2010.

ATTUCH, Leonardo. O Bilionário da Educação, Chaim Zaher, Dono do COC. In: **Isto É Dinheiro**. Ed. 614. Jul 2009, pg. 54-58. Disponível em: <http://professorrafaelpor cari.blog.terra.com.br/2009/07/23/o-bilionario-da-educacao-chaim-zaher-dono-do-coc/>> Acesso em: 03 Agos. 2010

BEZERRA, E. P. *Parceria público-privada nos municípios paulistas de Brotas e Pirassununga: estratégias para a oferta do ensino?* 2008. 205p. Dissertação de mestrado – Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro.

BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 05 de maio de 2000.

COC: < <http://www.coc.com.br/editora/editora.asp>> acesso em: 18 Dez. 2010<sup>a</sup>.

---

<sup>22</sup> Lei Complementar nº 101/2000, que regulamentou a Emenda Constitucional nº19, de 04 de junho de 1998, delimitando os gastos do poder público ao fixar o gasto com Pessoal em 60% dos orçamentos públicos.

- \_\_\_\_\_: <<http://www.coc.com.br/name/name.asp>> acesso em: 14 Dez. 2010b.
- \_\_\_\_\_: <<http://www.coc.com.br/institucional/institucional.asp>> Acesso em: 18 Dez. 2010c
- \_\_\_\_\_: <<http://www.sistemacoc.com.br/escolasproprias/escolasproprias.asp>> Acesso em: 20 Dez. 2010d.
- CRUZ, Deley Mac. “Seremos os maiores do país”, garante Chaim Zaher. In: **Jornal da Cidade/Economia**. Jul 2010. Disponível em: <<http://www.jornalacidade.com.br/editorias/economia/2010/07/24/seremos-os-maiores-do-pais-garante-chaim-zaher.html>> Acesso em: 03 Agos. 2010.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Escolas abrem “filiais” no Japão. In: *Folha Online – Educação*. (14/01/2002b). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u7933.shtml>>. Acesso em: 16 Mar. 2011.
- GARCIA, T., ADRIÃO, T. BERTAGNA, R. H.; BORGHI, R. e CORREA, B. A atuação de grupos empresariais na área educacional e sua inserção em redes públicas de ensino: reflexões iniciais. In: **XI Congresso Estadual Paulista sobre formação de professores**, 2011, São Pedro. XI Congresso Estadual PAulista sobre formação de professores e I Congresso Nacional de formação de professores, 2011. v. 1. p. 1-15
- GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS (GREPPE). Banco de dados parcerias público-privadas. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/ib/educacao/greppe/>> Acesso em: 27 Jan. 2011.
- Jornal COC: Dr. Chaim Zaher toma posse como reitor do Centro Universitário UNISEB-COC. In: *Jornal COC online*. Disponível em: <http://www.jornal.coc.com.br/noticias.aspx?busca=1&IdMateria=31911&idsite=2> Acesso em 30 Mar. 2011.
- NAME: <<http://internas.netname.com.br/name/HSNAME/>> Acesso em: 27 Jul. 2010.
- OLIVEIRA, R. P. de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. In: *Educação e Sociedade*, v. 30, n. 108, 2009.
- REUTERS. Britânicos compram COC e Pueri Domus por R\$ 613 milhões. In: **Folha de São Paulo/Mercado**. Jul 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/770743-britanicos-compram-coc-e-pueri-domus-por-r-613-mihoes.shtml>> Acesso em: 19 Agos. 2010
- SEB - SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO S/A. Disponível em: <<http://www.sebsa.com.br/>>. Acesso em: 05 Agos. 2010.
- SOUZA, Jean. “Método” COC é vendido para ingleses. In: **Folha de São Paulo. Pequenas empresas**, Jul 2010. Disponível em: <<http://www.agenciasebrae.com.br/noticia.kmf?canal=36&cod=10407261&indice=0>> Acesso em: 19 Agos. 2010.

## Entrevistas:

Diretor Pedagógico. Núcleo de Apoio a Municipalização do Ensino - NAME. *Entrevista I* [nov. 2008]. Entrevistadores: Teise de Oliveira Guaranha Garcia, Ribeirão Preto – SP, Nov. de 2008, mimeo.

CARMO, José Luiz do. Diretor Pedagógico. Núcleo de Apoio a Municipalização do

Ensino - NAME. *Entrevista I*. [nov. 2010]. Entrevistadores: Luciana Sardenha Galzerano e Roberta Cristina Gobi, Ribeirão Preto – SP, Nov. de 2010, mimeo.

Orientador Educacional. Núcleo de Apoio a Municipalização do Ensino - NAME. *Entrevista II*. [nov. 2010]. Entrevistadores: Luciana Sardenha Galzerano e Roberta Cristina Gobi, Ribeirão Preto – SP, Nov. de 2010, mimeo.

### **3- O grupo empresarial Objetivo e a oferta educacional por municípios paulistas<sup>23</sup>**

*Luciana Sardenha Galzerano (Bolsista IC)*

*Theresa Adrião(orientadora)*

#### **Apresentação**

Este trabalho resulta da pesquisa de iniciação científica “O Grupo Empresarial Objetivo e a oferta educacional por municípios paulistas”, sob orientação da Profª. Drª. Theresa Maria de Freitas Adrião e financiada pela Fapesp. Tal pesquisa integra a aqui apresentada, “‘Sistemas apostilados de ensino’ e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local”, financiada pela mesma agência de fomento, coordenada também pela Profª. Drª. Theresa Maria de Freitas Adrião e desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais – Greppe/Unicamp –, cujas questões resultaram de pesquisa interinstitucional<sup>24</sup> coordenada pela mesma e concluída em 2009.

Selecionou-se para esta pesquisa de iniciação científica, o mapeamento da presença do Grupo Empresarial Objetivo junto aos municípios paulistas por meio da adoção/compra de “sistemas apostilados de ensino”. A opção por tal Grupo surgiu de mapeamento referente aos anos de 1996 a 2006 realizado em pesquisa coordenada por Adrião (2009), a qual indicou ser este um dos grupos empresariais que apresentou maior presença junto aos municípios paulistas.

---

<sup>23</sup> Partes que integram este item foram apresentadas parte no Congresso PIBIC da Unicamp- 2011, no III SEMINÁRIO internacional do GREPPE, e no Simpósio do LAGE também em 2011

<sup>24</sup> Pesquisa intitulada “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: uma análise das parcerias público-privado no estado de São Paulo”, financiada pela FAPESP, coordenada pela Profª Drª Theresa Maria de Freitas Adrião (Unicamp – Campinas) e integrada pelas pesquisadoras Profª. Drª. Lisete Arelaro (Usp – São Paulo), Profª. Drª. Raquel Borghi (Unesp – Rio Claro), Profª. Drª. Teise Garcia (Usp – Ribeirão Preto).

O período selecionado para o estudo refere-se aos anos de 2001 a 2010 que corresponde as duas gestões municipais em exercício com a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, com extensão até 2010, ano de início de estudos para desenvolvimento desta pesquisa. A escolha ocorreu também com base em pesquisa anterior (ADRIÃO, 2009), a qual apontou que a instituição da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000, que regulamentou a Emenda Constitucional nº19, de 04 de junho de 1998, delimitando os gastos do poder público ao fixar o gasto com Pessoal em 60% dos orçamentos públicos, parece ter contribuído para o aumento das “parcerias” entre os municípios e o setor privado. (ADRIÃO, 2009).

A metodologia adotada foi a pesquisa documental. Os documentos referem-se a materiais institucionais disponibilizados pela empresa; a informações acessadas via internet, sobretudo por meio dos endereços eletrônicos da própria instituição; a dados sobre o Grupo Empresarial na imprensa escrita de abrangência nacional; a informações contidas no Banco de Dados Parcerias Público-Privadas<sup>25</sup> desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (Greppe); e a dados provenientes de entrevistas com representantes comerciais do Grupo Empresarial Objetivo.

As entrevistas com os representantes do Grupo Objetivo foram a grande dificuldade deste trabalho. Só se conseguiu contatar os secretários desses representantes, não estando os mesmos autorizados a fornecer qualquer informação. Qualquer contato, seja por telefone ou por *e-mail*, era encaminhado para a assessora de imprensa da empresa e a resposta, sempre a mesma: “A diretoria negou o fornecimento de qualquer informação”.

Na terceira semana de dezembro de 2010, por meio do número de telefone disponibilizado no endereço eletrônico da instituição (COLÉGIO OBJETIVO, 2011c), pretendeu-se contatar algum funcionário ligado às “parcerias” com os municípios paulistas; o número correspondia ao Departamento de Apoio Pedagógico do Grupo Objetivo. Durante a conversa, a informação obtida foi a de que a equipe responsável pelas “parcerias” realmente trabalha naquele local, mas novamente a orientação foi procurar a assessora de imprensa. A decisão foi ir a campo.

---

<sup>25</sup> O acesso ao Banco de Dados Parcerias Público-Privadas é disponível em:  
<http://www.fae.unicamp.br/greppe/bd/pesquisas/pesqdados.php>

Em São Paulo, o contato efetuou-se por meio do Departamento de Apoio Pedagógico do Grupo Objetivo, localizado próximo à Marginal Pinheiros, na Avenida Marechal Mário Guedes. Neste mesmo local há uma unidade da Universidade Paulista – Unip. Em conversa com a secretária, contatada por telefone naquela mesma semana, foi negado o fornecimento de qualquer informação ou mesmo disponibilização de materiais institucionais; ela recomendou procurar a assessora de imprensa e agendar qualquer visita com antecedência.

Outro contato executou-se, dessa vez com uma das unidades próprias do Colégio Objetivo, situada no Edifício Gazeta na Avenida Paulista, local em que ficam também a Fundação Cásper Líbero, o Teatro Gazeta e uma unidade da Unip. Os funcionários foram muito receptivos e, embora tenham acontecido conversas informais acerca dos objetivos da pesquisa que aqui se desenvolve e do próprio Colégio Objetivo com duas atendentes do Curso pré-vestibular e três secretários do Colégio de educação básica, nenhum deles se sentiu a vontade para disponibilizar informações. Aconselharam a entrar em contato com o Departamento de Apoio Pedagógico do Grupo Objetivo e disponibilizaram materiais institucionais e de propaganda, os quais não são muito diferentes daqueles encontrados nos endereços eletrônicos do próprio Grupo Empresarial Objetivo.

Com ajuda de Pamela Michelle Greco Bertrão, aluna do curso de graduação em Pedagogia da Unicamp, contatou-se o proprietário dos colégios Objetivo da cidade de Campinas e um encontro foi agendado. Rômulo Castanho recebeu a pesquisadora de iniciação científica Roberta Cristina Gobi e a mim e autorizou a gravação da entrevista. Ele relatou um pouco do seu trabalho e da origem dos colégios Objetivo em Campinas, mas pouco pôde informar acerca do Sistema Objetivo Municipal de Ensino – SOME –, alegando que ele mesmo não tinha informações a esse respeito.

Tendo em vista as dificuldades para obter informações por meio das entrevistas, os dados referentes à atuação do Grupo Empresarial Objetivo nos municípios paulistas por meio do Sistema Objetivo Municipal de Ensino que são apresentados neste trabalho são provenientes, sobretudo, dos endereços eletrônicos institucionais, de notícias divulgadas na mídia de abrangência nacional, com ênfase no período de 2001 a 2010 e dos depoimentos de segmentos ligados à escola conveniada privada.

#### **2.4- Apontamentos sobre a constituição do Grupo Empresarial Objetivo**

Difícil discorrer sobre a história do Grupo Empresarial Objetivo sem falar de João Carlos Di Genio, dono da rede de Colégios Objetivo, da Universidade Paulista, de fazendas, redes de rádio e televisão. De acordo com matéria publicada em 1º de setembro de 1999 pela *Veja*, um pequeno fato foi o responsável para que o empresário tomasse a decisão de montar seu negócio educacional (MANSO; OYAMA, 1999).

Segundo a revista, Di Genio passou em primeiro lugar em todos os vestibulares para o curso de Medicina, optou pela Universidade de São Paulo – Usp – e ficou aguardando a recompensa prometida pelo pai: um DKW branco. Três anos se passaram e só então o carro chegou, mas o modelo era na cor verde. O pai não aceitou que o filho realizasse a troca e, assim, Di Genio decidiu “ganhar o próprio dinheiro” (MANSO; OYAMA, 1999, p.98). Ele já dava aulas particulares de Física quando recebeu o convite para trabalhar como professor de um cursinho; “o talento didático e a oratória entusiasmada” (MANSO; OYAMA, 1999, p. 98) deixavam as classes lotadas. Seguindo este caminho, quando estava no último ano da faculdade, decidiu abrir um cursinho em sociedade com três colegas de turma. Não demorou muito para que o cursinho “fizesse sucesso”. Di Genio largou a área médica e decidiu dedicar-se integralmente ao negócio educacional. Ainda nessa matéria, o empresário afirmou que essa foi a decisão mais difícil da sua vida (MANSO; OYAMA, 1999).

Adrião (2009), ao discorrer sobre a constituição do Grupo Empresarial Objetivo apresentou a criação deste cursinho pré-vestibular:

Em 1965, os estudantes de Medicina João Carlos Di Genio e Dráuzio Varela e os médicos Roger Patti e Tadasi Itto fundaram um pequeno curso preparatório para as faculdades de Medicina, na região central da cidade de São Paulo. O sucesso alcançado nos exames daquele ano pelos alunos por eles preparados fez com que em 1966, o Curso Objetivo fosse um dos maiores da cidade. (ADRIÃO, 2009, p. 176)

Esta informação também foi encontrada em publicação de 14 de maio de 2003 na *ISTOÉ Dinheiro*. Nela consta que o cursinho iniciou-se na rua da Glória, no centro de São Paulo, e que dois anos após sua criação já contava com cinco mil alunos. Desfeita a sociedade, Di Genio decidiu continuar investindo no negócio (PARAJARA, 2003).

Como consta nos endereços eletrônicos institucionais do Grupo Objetivo, o Colégio Objetivo foi criado em 1970 e tinha currículo de Ensino Médio. Dois anos depois, foram implantadas as Faculdades Objetivo, que dariam origem à Universidade Paulista – Unip. Em 1974, foi criado o Colégio Objetivo Júnior que abrange a educação infantil e o ensino fundamental. Em 1982, foi instituído o Centro de Pesquisa e Tecnologia Objetivo, atual CPT – Unip/Objetivo. (COLÉGIO OBJETIVO, 2011m). Este é responsável pela implementação de diversas atividades educacionais como atualizações de conteúdo, pedagógica, tecnológica, gráfica e visual do material didático. (OBJETIVO, 2011m). Em 2000, com o intuito declarado de atender às necessidades da educação pública, o Grupo Empresarial Objetivo desenvolveu o Sistema Objetivo Municipal de Ensino – SOME. (COLÉGIO OBJETIVO, 2011d).

Ainda de acordo com a matéria da *ISTOÉ Dinheiro* (PARAJARA, 2003), o faturamento do Grupo Empresarial Objetivo, em 2003, chegou a R\$ 2 bilhões. O próprio Di Genio afirmou “ter ganhado mais dinheiro do que poderia gastar” (PARAJARA, 2003, s/p), entretanto, continua aumentando seu “império”. A reportagem discorreu sobre a criação da chamada Escola da Natureza. Na verdade, um barco-escola que percorre o Rio Negro, na Amazônia, favorecendo aos alunos das escolas próprias e conveniadas privadas o contato direto com a natureza. Funciona também como um laboratório itinerante para que pesquisadores da Unip, coordenados pelo médico, diretor científico da universidade e ex-sócio, Drauzio Varella, façam estudos sobre plantas medicinais. Além disso, o proprietário do Grupo não descarta a possibilidade de ter patentes de substâncias descobertas na Amazônia, e aí é possível perceber, segundo a matéria, o professor dando lugar ao atento empreendedor. (PARAJARA, 2003, s/p)

Em busca da expansão de seu “império”, Di Genio, em 2003, já era dono de cinco geradoras de televisão e de 100 retransmissoras. Afirmou nessa mesma reportagem, que seu próximo empreendimento seria levar o Objetivo e todo seu conteúdo didático para a TV digital com a ajuda dos laboratórios tradicionais da Unip

(PARAJARA, 2003). Acreditando na importância de investir em tecnologia, o empresário afirmou: "Investir em tecnologia é a única forma de se manter na liderança. Fui o primeiro a usar apostilas, o pioneiro no uso de tevê e computador em sala de aula. Agora, tenho certeza que a tevê digital vai revolucionar o setor". (DI GENIO apud PARAJARA, 2003, s/p). A matéria apontou que, em 2003, houve um gasto médio de 8% das receitas anuais do Grupo com materiais didáticos como lousas digitais e equipamentos de realidade virtual. A expectativa era que, em quatro anos, os alunos pudessem acessar o banco de dados do Objetivo pelo controle remoto da televisão<sup>26</sup>. Segundo o proprietário do Grupo, isto não significaria que as aulas convencionais seriam extintas, mas que seriam mescladas com aulas à distância. O empresário desejava, também, criar novas unidades no exterior, sobretudo em países com grande número de imigrantes brasileiros, sendo que uma filial já existe no Japão. (PARAJARA, 2003).

Na Revista *Veja* de 27 de fevereiro de 2002, há outra referência ao Grupo Empresarial Objetivo. Dessa vez o foco era na preparação para o vestibular. Segundo a matéria, as marcas como Positivo, COC e Objetivo tornaram-se sinônimo de sucesso no vestibular e, é provável, portanto, que essa seja uma explicação para a venda dos sistemas pedagógicos e, conseqüente, expansão das franquias escolares. (CARELLI, 2002). Essa relação foi também encontrada em pesquisa coordenada por Adrião (2009):

Estas três empresas [Positivo, COC e Objetivo] têm trajetórias semelhantes: originaram-se de cursinhos pré-vestibulares bem sucedidos, no sentido de conseguirem aprovar parte de seus alunos em cursos superiores de alta disputa no país, depois criaram escolas próprias que foram ampliadas em vários estados brasileiros por meio de franquias para redes privadas e, mais recentemente, para as redes públicas. (ADRIÃO, 2009, p. 136)

Ainda segundo a mesma matéria de *Veja*, escolas como essas operam em escala industrial e por isso têm recursos para investir em equipamentos e professores, mas justamente por apresentar esse caráter industrial, não há qualquer preocupação com a formação cultural, cívica ou religiosa dos alunos, a preparação é exclusivamente voltada

---

<sup>26</sup> Não foi possível, âmbito deste trabalho, apreender se essa expectativa de Di Genio realizou-se.

para o vestibular. Desse modo, há uma uniformização do ensino, já que estudantes de todo o Brasil têm o mesmo conteúdo, as mesmas aulas, seguindo o mesmo material didático, sobretudo as apostilas. (CARELLI, 2003)

Segundo Adrião et al (2009) há, nessas instituições privadas de ensino, tentativa de padronização dos conteúdos escolares e até mesmo do trabalho realizado nas escolas:

As instituições privadas que oferecem os sistemas de ensino, com algumas exceções e variações, tendem não só a determinar os conteúdos a serem desenvolvidos pelos professores, mas também os tempos de trabalho, as rotinas e a metodologia de ensino. Também a assessoria prestada, com variações de regularidade e de práticas, atua monitorando a implementação do material comprado. (ADRIÃO et al, 2009, p. 811).

O Grupo Empresarial Objetivo é integrado também pela Universidade Paulista (Unip). Esta, como já indicado anteriormente, surgiu em 1972 a partir das Faculdades Objetivo. (COLÉGIO OBJETIVO, 2011m; CURSO OBJETIVO, 2011c). Segundo informações contidas no endereço eletrônico da universidade, a Unip foi reconhecida pela Portaria nº 550/88 e iniciou suas atividades em 9 de novembro de 1988. Foi constituída a partir do Instituto Unificado Paulista – IUP –, o qual foi autorizado a funcionar em 1972 com os cursos de Comunicação Social, Letras, Pedagogia e Psicologia; do Instituto de Ensino de Engenharia Paulista – IEEP –; e do Instituto de Odontologia Paulista – IOP. Em 1992, cursos de pós-graduação foram implantados. (UNIVERSIDADE PAULISTA, 2011b)

Segundo Oliveira (2009), em 2008 a *Apollo International*<sup>27</sup> fez uma oferta de aproximadamente 2,5 bilhões de reais para aquisição da UNIP. Essa informação foi também encontrada no *Portal Exame* de 18 de junho de 2008, e consta que Di Genio é constantemente abordado por interessados em se associar ao Grupo e por bancos de investimento que querem induzir uma possível abertura de capital da empresa

---

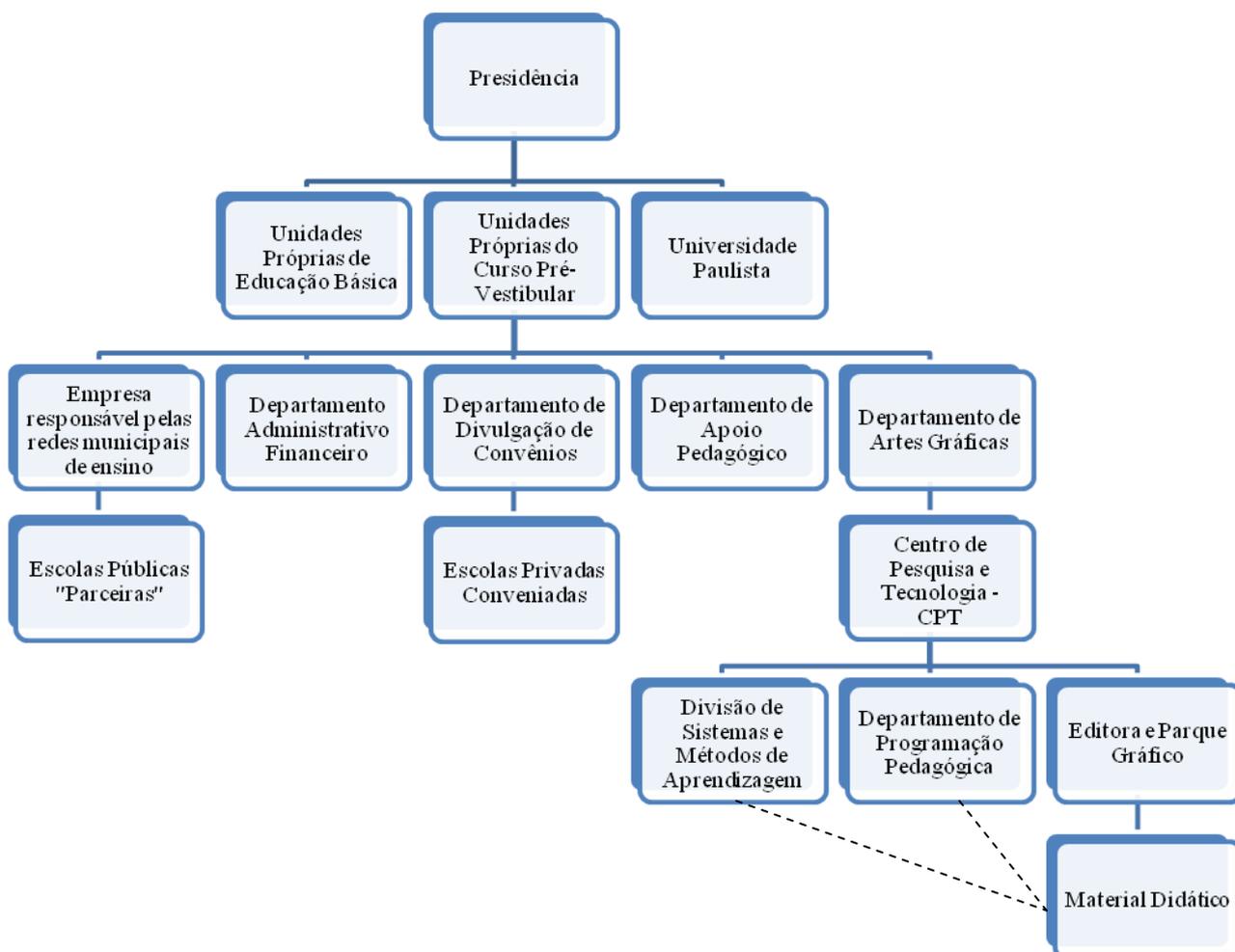
<sup>27</sup> O grupo *Apollo* foi fundado em 1976 e, em 2009, contava com 150.000 alunos (OLIVEIRA, 2009). De acordo com matéria publicada na revista EXAME on line, o Grupo possui universidades e escolas em 40 estados americanos, seu faturamento em 2007 foi de 2,7 bilhões de dólares e, nesse mesmo ano, firmou uma parceria com o fundo de *private equity* americano *Carlyle* com o intuito de investir na compra de empresas de educação fora dos Estados Unidos. (LETHBRIDGE, 2008)

(LETHBRIDGE, 2008).

### 3.4- A estrutura organizacional do Grupo Empresarial Objetivo

O organograma busca ilustrar o funcionamento do Grupo e foi elaborado a partir de informações coletadas durante a pesquisa, de modo que apenas representa o que foi possível apreender e não pretende ser reproduzível de seu funcionamento.

**Figura 1: Organograma do Grupo Empresarial Objetivo**



Fonte: A autora com base em COLÉGIO OBJETIVO, 2011j; OBJETIVO, 2011f, 2011g, 2011h, 2011i, 2011m.

Como é possível verificar no organograma, o Grupo Empresarial Objetivo é composto pelas unidades próprias de educação básica, do curso pré-vestibular e pela

Unip. Conta com quatro departamentos principais – Departamento de Divulgação de Convênios, Departamento de Apoio Pedagógico, Departamento Administrativo Financeiro e Departamento de Artes Gráficas. A descrição de cada um deles dar-se-á do seguinte modo: primeiramente apresentação de suas ações desenvolvidas no setor privado, posteriormente, na esfera pública.

O Departamento de Divulgação de Convênios é responsável pela realização de visitas programadas<sup>28</sup> às escolas privadas com intuito de estabelecer novos convenios. O Sistema Objetivo de Ensino é apresentado à mantenedora da escola, aos seus diretores, coordenadores e professores, abordando proposta educacional, estrutura do Centro Educacional Objetivo, editoras, material didático, elaboração e atualização, organização, conteúdos programáticos, materiais de apoio, aspectos operacionais do convênio, requisições de material, pagamentos, transporte e forma de entrega, contrato, vantagens e benefícios (OBJETIVO, 2011h).

Não foi possível apreender se o Departamento de Divulgação de Convênios também é responsável pelo contato com os municípios paulistas para estabelecimento de “parcerias” com as escolas públicas. Castanho (2010) afirmou acreditar que o responsável pelos convênios do Grupo Objetivo seja o mesmo tanto para as instituições privadas quanto para as públicas, embora não tenha certeza dessa informação.

Além das visitas mencionadas, o Grupo Objetivo oferece um contato *online* para que escolas públicas e privadas demonstrem seu interesse para o convênio. Basta que a escola se cadastre preenchendo um formulário *online* no qual conste nome da instituição, endereço, CNPJ, contato, número de alunos, cargo daquele que entrou em contato, modalidade de ensino (educação infantil, ensino fundamental 1ª a 4ª série, ensino fundamental 5ª a 8ª série, ensino médio ou curso pré-vestibular) e tipo de estabelecimento (público ou particular) (OBJETIVO, 2011c).

O Departamento Administrativo Financeiro é responsável pela orientação do mantenedor da escola conveniada privada em relação aos aspectos administrativos, financeiros, contábeis, fiscais e trabalhistas do convênio e também pela consultoria de gestão e de sistemas administrativos integrados como secretaria, tesouraria e contabilidade. (OBJETIVO, 2011f).

---

<sup>28</sup> Informações sobre datas e frequência dessas visitas não foram encontradas.

Para efetivação do convênio com escolas privadas, a mantenedora e o Departamento Administrativo Financeiro firmam contrato elaborado pelo Grupo Empresarial Objetivo, sendo possível optar entre **duas modalidades**: contrato de licença para uso de marca, prestação de serviços e outras avenças ou contrato de fornecimento de material e prestação de serviços. Ambos têm vigência de um ano e são prorrogáveis automática e sucessivamente pelo mesmo período. A documentação necessária é composta de ficha cadastral, contrato social ou estatuto social (incluindo a ata de eleição da atual diretoria), cartão do CNPJ/MF e autorização de funcionamento expedida pelo órgão competente. (grifos nossos. OBJETIVO, 2011f).

Referente ao material didático, este deve ser solicitado de acordo com cada modalidade de ensino: semestralmente para educação infantil, bimestralmente para ensino fundamental, bimestralmente para 1ª e 2ª séries do ensino médio, mensalmente para 3ª série do ensino médio e mensalmente para curso pré-vestibular. A solicitação deve ser feita com até 30 dias de antecedência do início do mês de uso, e a escola pode, se necessário, encaminhar pedidos complementares em qualquer tempo. O transporte é feito pela transportadora indicada pela escola sendo esta a responsável pelas despesas com frete e seguro. (OBJETIVO, 2011f).

O pagamento é efetuado segundo número de alunos/quantidade de material requisitado, podendo ser parcelado em até 10 vezes para educação infantil, ensino fundamental e 1ª e 2ª séries do ensino médio, em até 11 vezes para a 3ª série do ensino médio, em até 10 vezes para o curso pré-vestibular extensivo, em até cinco vezes para o semi-extensivo e em até oito vezes para as turmas de maio. A tabela de preços<sup>29</sup> é enviada ao fim de cada ano letivo para que vigore no ano seguinte ou no decorrer do ano, se necessário. (OBJETIVO, 2011f).

O Departamento de Apoio Pedagógico responsabiliza-se pela fase de implantação e orientação permanente aos diretores, professores e coordenadores das escolas conveniadas. Durante a fase da implantação do convênio, há uma equipe (coordenadores gerais, coordenadores regionais, coordenadores pedagógicos e assistentes pedagógicos) que apresenta a proposta pedagógica, a estrutura de funcionamento, a programação, o material didático e os diversos departamentos e

---

<sup>29</sup> Não foi possível ter acesso à tabela de preços.

serviços que compõem a estrutura organizacional do Grupo Empresarial Objetivo. (OBJETIVO, 2011g).

Na fase de orientação ocorrem encontros pedagógicos, visitas e plantões. Tais encontros<sup>30</sup> apresentam-se em duas categorias: um encontro inicial para as escolas que estão começando o convênio, cujo objetivo é apresentar o material didático e capacitar os professores para sua utilização, e os encontros regionais que são abertos a todas as escolas conveniadas a fim de atualizar e aperfeiçoar por meio de palestras e oficinas que são ministradas pelos coordenadores pedagógicos e autores do material didático. As visitas<sup>31</sup> acontecem tanto às escolas para observação e orientação quanto das escolas ao Centro Educacional Objetivo como forma de capacitação profissional através de observação das aulas e do funcionamento dos diversos departamentos e das escolas próprias do Objetivo. Por fim, os plantões consistem no atendimento pessoal, por telefone, *e-mail* ou fax feito pelos coordenadores pedagógicos aos conveniados com o intuito de propiciar assistência imediata na solução de dúvidas e elaboração de projetos educacionais (OBJETIVO, 2011g).

O Departamento de Artes Gráficas edita, confere e revisa as informações presentes no material didático e também o ilustra e diagrama. (OBJETIVO, 2011i) O CPT é o responsável pelas atualizações de conteúdo, pedagógica, tecnológica, gráfica e visual do material didático, havendo uma separação de tarefas: a Divisão de Sistemas e Métodos de Aprendizagem elabora e atualiza o conteúdo, a metodologia de ensino e as práticas pedagógicas; o Departamento de Programação Pedagógica estrutura os cursos, os horários e as demais atividades; a Editora e o Parque Gráfico do Objetivo imprimem e distribuem o material para as escolas próprias e conveniadas privadas. (OBJETIVO, 2011m). Este parque abrange uma área de 19 mil metros quadrados e produz anualmente cerca de 9,5 milhões de livros e cadernos de atividades totalmente coloridos, além de imprimir todo o material de apoio. (OBJETIVO, 2011i).

No caso do curso pré-vestibular, há também presença de um Corpo Docente que analisa os exames e inclui as questões mais significativas, ano após ano. (CURSO OBJETIVO, 2011b). Para além do material didático, a criação e desenvolvimento de

---

<sup>30</sup> Informações detalhadas estão disponíveis na seção 3.3.

<sup>31</sup> As datas e frequência de tais visitas não foram encontradas.

aparelhos originais pelo CPT auxiliam na demonstração experimental de fenômenos estudados em disciplinas como Física, Química, Biologia e Geografia, com o intuito de consolidar a assimilação de conceitos teóricos. (CURSO OBJETIVO, 2011a).

Em relação às “parcerias” com o setor público, em endereço eletrônico institucional encontra-se uma breve apresentação da Proposta Técnica do Sistema Objetivo Municipal de Ensino. Nela há referência a uma empresa especializada na implantação e acompanhamento dos projetos educacionais para a rede municipal de ensino. Entre as ações desenvolvidas estão o suporte técnico e pedagógico às equipes diretivas e aos docentes de todos os segmentos de ensino e a confecção e distribuição de material didático. Entretanto, essa informação carece de detalhes. (COLÉGIO OBJETIVO, 2011j).

### **3.4. Atuação do Grupo Empresarial Objetivo junto ao setor privado educacional**

Referente à educação básica – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio –, o Grupo possui 12 unidades próprias: Alphaville, Cantareira, Granja Viana, Luís Goes, Marquês de São Vicente, Morumbi, Paz, Paulista, Pinheiros, Tatuapé, Teodoro Sampaio, Vergueiro – todas localizadas na cidade de São Paulo. (OBJETIVO, 2011q). Também conta com uma rede de mais de 700 escolas conveniadas<sup>32</sup> (COLÉGIO OBJETIVO, 2011k) que atuam em mais de 450 municípios, sendo mais de 200 somente em São Paulo, num total de aproximadamente 430 mil alunos. (OBJETIVO, 2011n).

Além das escolas privadas no Brasil, segundo consta em matéria publicada pela *Folha de S. Paulo* também em 14 de janeiro de 2002, o Grupo Empresarial Objetivo bem como outros grandes grupos – COC, Pitágoras e Positivo – passaram a atuar no Japão. Representantes do COC e do Pitágoras disseram que a necessidade de criação dessas escolas se deu pelo fato de que filhos de brasileiros residentes naquele país e filhos nascidos no Brasil de imigrantes japoneses que retornaram ao Japão precisavam

---

<sup>32</sup> O termo “convênio” é aqui adotado de acordo com o uso do próprio Grupo Empresarial Objetivo, isto é, para designar as escolas privadas que adotam o Sistema de Ensino Objetivo.

de um sistema de ensino que fosse compatível com o brasileiro e com o japonês. (FOLHA DE S. PAULO, 2002b).

O Grupo Objetivo atua também no curso pré-vestibular, sendo 10 as unidades próprias: Paulista, Santo Amaro, Alphaville, Pompéia, Pinheiros, Santana, Tatuapé, Ipiranga, Santo André, São Bernardo do Campo (CURSO OBJETIVO, 2011d).

Segundo informações presentes nos endereços eletrônicos institucionais, o que diferencia o material didático do Objetivo, com seus Cadernos de Atividades e os livros da Coleção Objetivo é a constante atualização efetuada pelo Centro de Pesquisa e Tecnologia (OBJETIVO, 2011m). Os Cadernos de Atividades começam a ser usados no segundo ano do Ensino Fundamental (OBJETIVO, 2011l) e prevalecem até o curso pré-vestibular, no qual são utilizados também os livros da Coleção Objetivo (OBJETIVO, 2011e). Além desse material, também são oferecidos às escolas próprias e às conveniadas itens como fichas-resumo, cadernos de Informática, resoluções comentadas de vestibulares e cadernos de laboratórios (OBJETIVO, 2011m).

Como apoio didático pedagógico são oferecidos caderno de programação anual, caderno com orientações didáticas para cada disciplina (fundamentação teórica e metodológica, sugestões de atividades, leituras complementares de apoio, suporte teórico para ampliação dos temas e indicações bibliográficas), cartões ilustrados e coloridos de Inglês para a Educação Infantil e 2º ano 5º ano do Ensino Fundamental, CDs de História e Geografia anuais para o 2º ano 5º ano do Ensino Fundamental, CD de Inglês semestrais para o 1º e o 2º ano do Ensino Fundamental, CD de Música anual para o 1º ano e semestral para 2º ao 5º anos do Ensino Fundamental (OBJETIVO, 2011b)

Para além desse material palpável, as escolas próprias e conveniadas têm acesso ao chamado *Tarefanet* e a todo conteúdo do *site* do Objetivo, permitindo que os alunos estudem de modo interativo. (OBJETIVO, 2011d)

Os professores recebem o Caderno do Professor, que contém a resolução de todos os exercícios e orientação para condução das aulas. Também contam com auxílio do Departamento de Apoio Pedagógico para esclarecer dúvidas sobre o conteúdo e a metodologia das aulas (OBJETIVO, 2011p). Além do apoio pedagógico, as escolas conveniadas do Objetivo recebem orientação sobre questões financeiras, contábeis, fiscais e trabalhistas (OBJETIVO, 2011d).

O Grupo Objetivo auxilia na estratégia publicitária do conveniado, fornecendo

material e suporte de criação, além de investir no fortalecimento da própria marca através de campanhas nacionais em TV, rádio, jornais, revistas, *outdoors*, beneficiando assim os conveniados do Sistema Objetivo de Ensino. (OBJETIVO, 2011a). Além disso, apóia e participa de congressos e feiras relacionados à educação, o que é estrategicamente vantajoso, pois permite maior visualização da marca e integração das escolas conveniadas. (OBJETIVO, 2011g).

Há também encontros pedagógicos, os quais só são realizados se houver um número mínimo de inscrições, mas a exatidão desse número não é fornecida nos endereços eletrônicos institucionais. O número de vagas é limitado e as inscrições são realizadas via internet, sendo válidas somente após o preenchimento completo de uma ficha cadastral e depois de gerado o comprovante de inscrição, o qual deve ser assinado e apresentado na recepção no dia do encontro. Todos os comunicados são feitos via internet. (OBJETIVO, 2011j).

No ano de 2010 foram realizados dez encontros pedagógicos, sendo seis na cidade de São Paulo (OBJETIVO, 2011k) e, em 2011, no endereço eletrônico institucional há referência a pelo menos um realizado em São Paulo no primeiro semestre e dois em Ribeirão Preto e em São José do Rio Preto no segundo semestre. (OBJETIVO, 2011o).

Nesses encontros são oferecidos cursos de capacitação<sup>33</sup>. Os professores de Educação Infantil, de Ensino Fundamental (6º ao 9º anos), de Ensino Médio e os coordenadores pedagógicos podem escolher apenas um curso a ser ministrado durante todo o período (manhã e tarde). E os professores do Ensino Fundamental (2º ao 5º anos) devem escolher duas oficinas, sendo realizada uma em cada período (das 9h às 12h e das 13h30 às 16h30). (OBJETIVO, 2011j).

Em relação à educação superior, o Grupo atua por meio da Universidade Paulista, a qual oferece cursos de graduação e pós-graduação, sendo a oferta de cursos à distância cada vez maior. Os dados institucionais indicam que há mais de 741 mil metros quadrados de área construída, espalhados em 27 Campi que englobam 65 unidades; e no ano de 2009 o número de matriculados alcançou os 200 mil. (UNIVERSIDADE PAULISTA, 2011a)

---

<sup>33</sup> Detalhes sobre tais cursos de capacitação não foram encontrados.

A partir das informações apresentadas, é possível apreender que o Grupo Empresarial Objetivo atua no setor privado por meio das suas unidades próprias e, principalmente, pelos convênios com escolas de todo Brasil, sendo sua maioria no estado de São Paulo. As modalidades de ensino ofertadas neste âmbito vão da educação infantil à pós-graduação. (CURSO OBJETIVO, 2011c).

Os dados expostos permitem afirmar que o Grupo Empresarial Objetivo preocupa-se com a elaboração de um material didático e de apoio que seja padrão para todas as escolas conveniadas. Além disso, por assessorá-las por meio de encontros pedagógicos, de ferramentas disponíveis *online* e do auxílio oferecido pelo Departamento de Apoio Pedagógico, demonstra uma tentativa de uniformizar conteúdos e práticas, com o intuito de, segundo a instituição, oferecer uma educação de qualidade para todas as escolas conveniadas. Essa preocupação pode ser comprovada a partir da leitura do seguinte trecho, retirado de endereço eletrônico da própria instituição:

O conveniado, além de contar com os serviços e a assessoria do Sistema Objetivo de Ensino, tem a seu dispor todos os instrumentos necessários para garantir a uniformidade da proposta pedagógica, oferecendo educação de qualidade aos seus alunos. (OBJETIVO, 2011p)

Em entrevista concedida pelo proprietário dos colégios Objetivo da cidade de Campinas<sup>34</sup>, Rômulo Castanho, em janeiro de 2011, indagou-se sobre o funcionamento dos convênios com a rede privada. Ele afirmou:

Nós compramos o material didático né? Do sistema. É... Uma escola... ahn... A parte pedagógica né? Como que é a parte pedagógica de uma escola? É independente do material. A gente tem uma diretriz né? Mas a escola depende muito dos professores e da direção, de pessoas, enfim né? Então, muita gente usa o termo franquía pra escola, eu acho esse termo é um

---

<sup>34</sup> Segundo as informações disponibilizadas na entrevista, a cidade de Campinas já possuía duas unidades do Colégio Objetivo, uma no distrito de Barão Geraldo e uma no bairro Cambuí, mas estas eram vinculadas ao próprio Di Genio. Em 2004, Rômulo Castanho e seu sócio assumiram ambos os colégios e iniciaram a expansão no setor educacional chegando, em 2011, a 12 unidades de ensino que utilizam os “sistemas” do Objetivo ou do Anglo.

termo errado né? Que não se pode usar pra escola, porque é diferente de um Mcdonald's, por exemplo, onde a gente tem toda uma receita lá, pega o hamburguer, deixa 15 segundos de um lado, 5 do outro. A escola não, a escola depende fundamentalmente de pessoas, então a relação... E é por isso que existem diversas escolas da mesma rede né? Umas que são muito boas e outras que são péssimas, e isso pra todos os sistemas. Existem escolas da rede Objetivo que são excelentes né? E existem escolas da rede Objetivo que são péssimas, que são muito ruins. E existem escolas do Anglo que são excelentes, existem escolas do Anglo que são ruins, e do COC a mesma coisa né? Então, porque escola depende de pessoas. A relação é uma relação de compra de material. O que nós vamos fazer aqui dentro da escola, se a escola vai ser boa ou ruim... é... Não tem muito como São Paulo controlar. São 700 escolas da rede Objetivo, são mais 700 escolas da rede Anglo. Então, não é porque é Objetivo que é bom ou ruim, não é porque é Anglo ou COC que é bom ou ruim. Depende! Depende muito do que, de como cada um trabalha né? É... O que é pago pra eles é só o material. Não paga mais nada né? (trecho inaudível) Marketing, de uso de marca... Nada! Tá tudo embutido no material, na compra de material. (CASTANHO, 2011).

A leitura deste fragmento permite apreender que, embora exista uma tentativa de padronização por parte do Grupo Empresarial Objetivo, nem sempre ela acontece. Segundo Castanho (2011), a relação estabelecida entre o Grupo e as escolas conveniadas é referente à compra de material e, portanto, faz-se necessário que as próprias escolas, com seus diretores, professores e demais pessoas que as compõem façam um trabalho de qualidade.

Na sequencia, o entrevistado relatou:

Não tem [controle por parte do Grupo Empresarial]. O que tem é um apoio na área pedagógica né? Assim, principalmente pra professor... Começo de ano, assim, professores contratados que nunca usaram o material, então vão pra São Paulo pra, pros coordenadores lá que escrevem o material, pra explicar como funciona, mostrar né? Sempre quando a gente precisa de alguma coisa, algum professor quer fazer algum treinamento sobre o material né? A gente entra em contato com São Paulo. Isso existe tá? Mas é muito mais... Eu acho... A escola precisa também ser pró-ativa em estar buscando isso e existem alguns encontros, que são marcados né? Normalmente no começo do ano, mas fora isso, a relação é dessa forma que eu te falei,

entendeu? Se a gente necessitar, a gente bate lá na porta, se não necessitar, a gente usa o material e tenta fazer um bom trabalho e pronto. (CASTANHO, 2011).

Neste trecho, Castanho (2011) argumentou que a tentativa de controle por parte do Grupo em relação as escolas privadas resume-se ao apoio na área pedagógica, sendo que as próprias escolas devem buscar esse auxílio, se necessário, seja durante os encontros pedagógicos oferecidos pelo Grupo ou em situações fora desse ambiente.

### **3.4- Atuação do Grupo Empresarial Objetivo junto ao setor público educacional**

O Grupo Empresarial Objetivo iniciou sua atuação no setor público a partir de 2000, quando foi desenvolvido o Sistema Objetivo Municipal de Ensino – SOME – (COLÉGIO OBJETIVO, 2011d), que atende toda a educação básica (COLÉGIO OBJETIVO, 2011f). O “sistema” tem como intuito declarado “levar para a escola pública a mesma qualidade de educação oferecida às escolas particulares” (COLÉGIO OBJETIVO, 2011d; 2011l).

A adoção dos “sistemas de ensino” pelos municípios paulistas faz com que seja estabelecida uma “parceria” entre o poder público e a esfera privada. Este termo é entendido, neste trabalho, da seguinte maneira: “A expressão parceria público-privada (...) implica também na capacidade de intervenção que o setor privado passa a dispor junto à administração pública, por meio da assunção total ou parcial de responsabilidades até então atribuídas ao poder público em sua totalidade” (BEZERRA, 2008, p. 62 – 63).

#### **Sistema Objetivo Municipal de Ensino – SOME**

O SOME é composto por material didático constantemente atualizado, capacitação e atualização das equipes de coordenadores, professores e orientadores para uso do material didático, formação continuada de professores, encontros pedagógicos regionais, atendimento local através de equipe própria de docentes, atualização e capacitação tecnológica (COLÉGIO OBJETIVO, 2011d; 2011l).

O acesso à sua proposta pedagógica completa, a qual está presente no endereço eletrônico institucional, é permitida apenas àqueles que possuem vínculo com a empresa, ou seja, é um conteúdo de uso exclusivo de alunos e professores cadastrados (COLÉGIO OBJETIVO, 2011a). Nesse sentido, os *links* para acessar os documentos completos referentes ao Referencial Teórico Curricular, à Proposta de Atendimento

Pedagógico e à Proposta Técnica, pouco ajudaram; havia apenas uma breve apresentação de cada um deles, as quais sempre se utilizam de expressões como construção de conhecimentos e posições, não oferecimento de receitas, valorização do conhecimento prévio, formação do pensamento autônomo, estímulo ao processo participativo, fortalecimento e inovação da prática educativa. (COLÉGIO OBJETIVO, 2011j).

Conforme noticiado pelo Grupo, o material didático é atualizado constantemente em relação aos aspectos pedagógicos, tecnológicos, gráficos e visuais, seguindo os Referenciais Curriculares da Educação Infantil e os Parâmetros Curriculares Nacionais. (COLÉGIO OBJETIVO, 2011f) Como objetivo principal desse material, encontra-se o seguinte:

Propiciar a formação integral do educando por meio do desenvolvimento harmônico de todas as suas potencialidades, estimulando, desde a infância, a inteligência, a criatividade, o espírito de iniciativa, a capacidade de liderança e perseverança, preparando o educando para enfrentar desafios em um mundo em constante e rápida transformação. (COLÉGIO OBJETIVO, 2011f).

Para acompanhar as aulas, os alunos recebem cadernos de atividades bimestrais, semestrais ou anuais. Esses são divididos por etapa de escolaridade – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – e contam com certa quantidade de tarefas dosadas adequadamente, segundo a instituição, que tem como finalidade a fixação dos conteúdos e a verificação da aprendizagem. (COLÉGIO OBJETIVO, 2011f). Há também um material opcional – o diário do aluno – sendo este semestral para a educação infantil e a primeira etapa do ensino fundamental e anual para a segunda etapa do ensino fundamental. (COLÉGIO OBJETIVO, 2011h)

Além do material específico para uso dos alunos, há material de apoio para os professores e para as escolas. (COLÉGIO OBJETIVO, 2011g; 2011h; 2011i)

De acordo com o diretor-geral do Grupo Empresarial Objetivo, José Augusto Nasr, o material didático oferecido à rede pública não é o mesmo oferecido à rede particular. Essa informação consta em matéria publicada pela *Folha de S. Paulo* em 30 de janeiro de 2006; nela o diretor-geral declarou que o número de atividades presentes

no material da rede pública é menor, ainda que a maioria das propostas permaneça como sugestão no caderno do professor. (TÓFOLI, 2006).

A mesma informação foi encontrada em fragmento da entrevista realizada com Rômulo Castanho. Ao ser indagado sobre o material do Sistema Objetivo Municipal de Ensino, ele afirmou: “Eu sei é que é um material diferente daquele material que a gente compra [as escolas privadas]. É um material, se não me engano, com 20 aulas... Uma coisa assim”. (CASTANHO, 2011).

Sobre essa diferenciação, segundo Cain (2009), inicialmente o mesmo material era fornecido tanto para a rede privada quanto para a pública, somente depois foi criado um material diferenciado para esta:

A representante da instituição privada relatou que, inicialmente, o Sistema Objetivo de Ensino fez parceria com a rede municipal fornecendo o mesmo material utilizado pela rede particular. Em 2001, alguns municípios como, por exemplo, Santana de Parnaíba e Sete Barras, fizeram algumas considerações com relação ao material, dizendo que algumas atividades poderiam ser suprimidas, que a linguagem e as imagens deveriam estar mais adequadas à rede pública, porém que se mantivesse a mesma programação dos conteúdos proposta no material do particular. Então, criou-se um material adequado à realidade pública. (CAIN, 2009, p. 197).

Ainda sobre o material didático, segundo notícia publicada em 24 de novembro de 2010 no sítio *Portal abcRede*, a Escola Municipal de Ensino Fundamental e Infantil de São João do Pau D’Alho, município do Estado de São Paulo, foi escolhida para ser capa das apostilas do Sistema Objetivo Municipal de Ensino. A assessora pedagógica e educacional, Creusa Maria Berbel Lírio Rondina, assinou um Termo de Cessão de Direitos Autorais cedendo à Editora Sol Soft’s e Livros Ltda a utilização da imagem da escola com a finalidade específica de divulgação do “sistema” de ensino. (FERNANDES; UNGARI, 2010).

O SOME oferece também formação de profissionais e acompanhamento pedagógico. Há uma equipe que planeja e organiza cursos e oficinas utilizando-se da metodologia de resolução de problemas. Estes espaços têm a intenção de que os participantes possam levar a vivência e aprendizado adquiridos para todo o conjunto de sua instituição educacional (COLÉGIO OBJETIVO, 2011e).

Os cursos acontecem durante os encontros pedagógicos<sup>35</sup> que são realizados na cidade de São Paulo e são ministrados por coordenadores das disciplinas e suas equipes responsáveis pela produção do material didático da Educação Infantil ao Ensino Médio do Sistema Objetivo. Esses encontros, cujo objetivo, segundo informações institucionais, é possibilitar a extensão cultural, a troca de experiências e o intercâmbio entre os educadores dos municípios “parceiros”, têm duração de aproximadamente 6 horas e reúne educadores dos municípios que adotam o Sistema Objetivo Municipal de Ensino. Dentre os temas abordados estão novas propostas educacionais, práticas cotidianas em sala de aula, metodologias do material didático do Objetivo, sua organização e filosofia e o papel coordenador no universo da escola. (COLÉGIO OBJETIVO, 2011e).

O quadro a seguir sintetiza os produtos e serviços oferecidos às redes públicas pelo SOME:

**Quadro 1: Produtos e serviços oferecidos pela empresa Objetivo/SOME às redes públicas**

<b>Produtos e Serviços</b>	<b>Sistema Objetivo Municipal de Ensino – SOME</b>
Material didático para estudantes e professores	Material oferecido em módulos semestrais, anuais ou bimestrais, de acordo com a etapa de ensino. Há materiais para Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e de apoio para a equipe escolar. Trabalha-se por “metodologia de resolução de problemas”.
Formação continuada	Assessora a organização de laboratórios nas unidades e promove encontros pedagógicos, com duração de seis horas, entre profissionais das escolas públicas e sua equipe técnica.
Avaliação/Monitoramento	Não há referência
Portal para acesso a conteúdos, propostas de atividades, vídeos e outras formas de apoio	Portal para consulta e esclarecimento de dúvidas sobre conteúdos e uso do material.

Fonte: **GALZERANO**, com base em GARCIA, ADRIÃO, BORGHI, BERTAGNA E CORREIA, 2011.

<sup>35</sup> Informações sobre datas e frequência com que ocorrem esses encontros não foram encontradas.

### 3.5- Abrangência do Grupo Empresarial Objetivo na oferta educacional paulista

Referente à abrangência do Grupo Empresarial Objetivo junto à educação pública paulista consta em publicação da *Folha de S. Paulo* de 14 de janeiro de 2002 que a primeira experiência aconteceu na cidade de Dourado e a segunda em Igarapava, ambas no interior de São Paulo (FOLHA DE S. PAULO, 2002a). De acordo com informações disponibilizadas no endereço eletrônico institucional, o SOME atende cerca de 100 mil alunos de escolas municipais, distribuídas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (COLÉGIO OBJETIVO, 2011b).

A tabela a seguir apresenta a relação de municípios paulistas que adotam ou adotaram o SOME oferecido pelo Grupo Objetivo, o ano de início e término dessas “parcerias” e a modalidade de ensino atendida:

**Tabela 3.1: Municípios que adotam/adotaram o Sistema Objetivo Municipal de Ensino no período de 2001 a 2006**

Início da parceria	Municípios	Número de Habitantes (Censo 2010)	Modalidade de Ensino <sup>36</sup>	Término da parceria <sup>37</sup>	Parceria em vigor até 2010
2001	Sete Barras	13.005	EI	2006	-
2002	Américo de Campos	5.706	EI, EF e EM	-	Em vigor
	Charqueada	15.085	EI e EF	-	Em vigor
	Jumirim	2.798	EI e EF	-	Em vigor
	Saltinho	7.059	EI e EF	2008	-
2003	Santana de Parnaíba	108.813	EI, EF e EM	-	Em vigor
	Sebastianópolis do Sul	3.031	EI e EF	-	Em vigor
2004	Pedra Bela <sup>38</sup>	5.780	EF	2007	-
	Santa Gertrudes	21.634	EI e EF	2005	-
2005	Ipeúna	6.016	EI e EF	2009	-
	Joanópolis	11.768	EF	-	Em vigor
	Ribeirão Bonito	12.135	EF (em 2005) e EI (em 2010)	-	Em vigor
	Tapiratiba	12.737	EI e EF	-	Em vigor
2006	Biritiba-mirim	28.575	EF	2008	-
	Caconde	18.538	EI e EF	-	Em vigor
	Cananéia <sup>39</sup>	12.226	EI e EF	2008	-

<sup>36</sup> As modalidades de ensino foram abreviadas do seguinte modo: Educação Infantil (EI), Ensino Fundamental (EF) e Ensino Médio (EM).

<sup>37</sup> O término da parceria aconteceu ao final dos anos indicados.

<sup>38</sup> Apesar de o município ser um daqueles cujas informações não foram disponibilizadas, os dados apresentados na Tabela 2 já estavam presentes no Banco de Dados Parcerias Público-Privadas (GREPPE, 2011).

Poá	106.013	EI e EF	2009	-
-----	---------	---------	------	---

**Tabela 3.2- Municípios que adotam/adotaram o Sistema Objetivo Municipal de Ensino no período de 2007- 2010**

Início da parceria	Municípios	Número de Habitantes (Censo 2010)	Modalidade de Ensino	Término da parceria	Parceria em vigor até 2010
2007	Araçoiaba da Serra	27.299	EI e EF	-	Em vigor
	Itapeçerica da Serra	152. 614	EF	-	Em vigor
	São João do Pau d'Alho	2.103	EF	-	Em vigor
	São Pedro	<b>31.662</b>	EI e EF	-	Em vigor
	São Sebastião	73.942	EI e EF	2008	-
2008	Eldorado	14.641	EF	2008	-
	Guzolândia	4.754	EI e EF	-	Em vigor
	Monte Castelo	4.063	EI	-	Em vigor
2009	Alambari	4.884	EF	-	Em vigor
	Barbosa	6.593	EI	2009	-
	Borá	805	EI e EF	-	Em vigor
	Catiguá	7.127	EI e EF	-	Em vigor
	Iporanga	4.299	EI e EF	-	Em vigor
	Pedrinhas Paulista	2.940	EI e EF	-	Em vigor
	Presidente Alves	4.123	EI e EF	-	Em vigor
2010	Laranjal Paulista	25.251	EI e EF	-	Em vigor
	Vargem Grande do Sul	39.266	EI e EF	-	Em vigor
Entre 2001 e 2004	Dourado	8.609	*	*	*
*	Igarapava <sup>40</sup>	27.952	*	*	-
*	Taquaritinga	53.988	EM	*	-

Fonte: Galzerano, L. com base em Banco de Dados Parceria Público privado e municípios paulistas, 2011. Obs: (-) “Parceria” ainda vigora em 2011.

Sobre a ampliação da atuação das instituições privadas de ensino junto ao setor público, Rômulo Castanho afirmou:

Olha só... Eu não tenho dúvida que o futuro dos sistemas é vender pra rede pública. Isso aí tá claro. Até as últimas movimentações que tiveram ali com a Person comprando o SEB né? A Editora Abril comprando o Anglo. Eles não estavam só interessados nas escolas conveniadas, em vender material, daí tá

<sup>39</sup> Idem 5.

<sup>40</sup> Quando o contato com a Secretaria de Educação de Igarapava foi realizado não foi referenciada qualquer “parceria” deste município com o Grupo Empresarial Objetivo, mas segundo consta em publicação da *Folha de S. Paulo*, Igarapava foi a segunda experiência do Grupo com o SOME (CRESCIMENTO...,2002a).

muito claro que essa compra existe pro setor público, pras prefeituras, sem dúvida né? E vai crescer muito. Eles vão... O único grupo grande aí que não se movimentou nesse sentido foi o Objetivo né? A compra do Anglo e a compra do COC sinalizou claramente que a intenção de quem tá por trás não somos nós as escolas, é as escolas públicas né? É a rede do governo. Expansão dessa prática que hoje é muito pequena, com o potencial que tem. Eles vão ganhar muito dinheiro com isso. (CASTANHO, 2011).

O fragmento apresentado permite afirmar que a expansão para o setor público educacional é uma tendência apresentada não apenas pelo Grupo Empresarial Objetivo, mas também pelas demais instituições privadas de ensino, como o COC e o Anglo. Confirmando, a tendência auferida por Adrião, Garcia, Borghi e Arelaro (2009) e Adrião (2010)

A tabela a seguir apresenta os municípios paulistas que adotaram o SOME em determinados anos:

**Tabela 2: Municípios paulistas e início da “parceria” com o Grupo Empresarial Objetivo em anos determinados**

<b>ano de início da “parceria”</b>	<b>Municípios Paulistas</b>
<b>Antes de 2001</b>	Itapetininga
<b>2001</b>	Sete Barras
<b>2005</b>	Ipeúna Joanópolis Ribeirão Bonito Tapiratiba
<b>2010</b>	Laranjal Paulista Vargem Grande do Sul

Fonte: Galzerano, L. com base em Dados Parceria Público-privado e municípios paulistas, 2011.

A escolha dos anos justifica-se pelo início da Lei de Responsabilidade Fiscal<sup>41</sup> em 2001, pois, segundo projeto de pesquisa ao qual esta investigação se vincula, a instauração desta lei parece ter contribuído para o aumento das parcerias entre os municípios e o setor privado; pela ampliação significativa da adoção dos chamados

<sup>41</sup> Lei Complementar nº 101/2000, que regulamentou a Emenda Constitucional nº19, de 04 de junho de 1998, delimitando os gastos do poder público ao fixar o gasto com Pessoal em 60% dos orçamentos públicos.

“sistemas privados de ensino”<sup>42</sup> a partir de e, principalmente, em 2005, comprovado pelo mapeamento referente aos anos de 1996 a 2006 realizado por Adrião et all.(2009), o qual aponta um total de 48 municípios paulistas que adotaram “sistemas” em 2005. (ADRIÃO, 2009, p.282); por fim, pelo ano em que se iniciaram os estudos para desenvolvimento desta pesquisa, em 2010.

Destaca-se que, embora pesquisa anterior (ADRIÃO, 2009) tenha comprovado um aumento do número de “parcerias” estabelecidas entre os municípios paulistas e os grupos empresariais privados em seu conjunto para o ano de 2005, analisando o indicado nas *Tabelas 1 e 2* deste item, nota-se que no caso do Grupo Empresarial Objetivo a ampliação de sua presença junto aos municípios é constatada nos anos de 2009 e 2007, com nove novos municípios e cinco respectivamente.

#### Referências:

ADRIÃO, T. (coord.). *Estratégias municipais para a oferta da educação básica: uma análise das parcerias público-privado no estado de São Paulo*. 2009. 366p. Relatório de Pesquisa – Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro.

ADRIÃO, T. et al. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n.108, p. 799-818, out. 2009.

GARCIA, T., ADRIÃO, T. BERTAGNA, R. H.; BORGHI, R. e CORREA, B. A atuação de grupos empresariais na área educacional e sua inserção em redes públicas de ensino: reflexões iniciais. In: **XI Congresso Estadual Paulista sobre formação de professores**, 2011, São Pedro. XI Congresso Estadual Paulista sobre formação de professores e I Congresso Nacional de formação de professores, 2011. v. 1. p. 1-15..

BEZERRA, E. P. *Parceria público-privada nos municípios paulistas de Brotas e Pirassununga: estratégias para a oferta do ensino?* 2008. 205p. Dissertação de mestrado – Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro.

BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 05 de maio de 2000.

CAIN, A. A. *O atendimento ao ensino fundamental: análise de parcerias de dois municípios paulistas e o setor privado na aquisição de sistemas apostilados de ensino*. 2009. 272p. Dissertação de mestrado – Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro.

---

<sup>42</sup> “Sistemas privados de ensino”, termo utilizado por Adrião (2009), possui o mesmo significado de “sistemas apostilados de ensino”, utilizado neste trabalho.

- CARELLI, G. Os novos donos da educação. *Veja*, São Paulo, n. 1740, p. 92-95, fev. 2002. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>>. Acesso em: 12 dez. 2010.
- CASTANHO, Rômulo. *Entrevista de Rômulo Castanho concedida em janeiro de 2011*. [jan. 2011]. Entrevistadores: Luciana Sardenha Galzerano e Roberta Critina Gobi. Campinas: jan. 2011, mimeo.
- COLÉGIO OBJETIVO. *Acesso Restrito*. Disponível em: <<http://www.objetivo.br/bloqueado.asp>>. Acesso em: 03 jun. 2011a.
- COLÉGIO OBJETIVO. *Certeza de resultados na Prova Brasil*. Disponível em: <<http://www.objetivo.br/noticias.asp?id=3351>>. Acesso em: 03 jun. 2011b.
- COLÉGIO OBJETIVO. *Contato*. Disponível em: <<http://www.objetivo.br/some/contato.asp>>. Acesso em: 01 jun. 2011c.
- COLÉGIO OBJETIVO. *Editorial*. Disponível em: <<http://www.objetivo.br/some/>>. Acesso em: 01 jun. 2011d.
- COLÉGIO OBJETIVO. *Formação de profissionais e Acompanhamento Pedagógico*. Disponível em: <[http://www.objetivo.br/some/formacao\\_profissionais\\_acompanhamento\\_pedagogico.a.sp](http://www.objetivo.br/some/formacao_profissionais_acompanhamento_pedagogico.a.sp)>. Acesso: 01 jun. 2011e.
- COLÉGIO OBJETIVO. *Material Didático*. Disponível em: <[http://www.objetivo.br/some/material\\_didatico.asp](http://www.objetivo.br/some/material_didatico.asp)>. Acesso em: 01 jun. 2011f.
- COLÉGIO OBJETIVO. *Material Didático – Educação Infantil*. Disponível em: <[http://www.objetivo.br/some/material\\_didatico\\_infantil.asp](http://www.objetivo.br/some/material_didatico_infantil.asp)>. Acesso em: 01 jun. 2011g.
- COLÉGIO OBJETIVO. *Material Didático – Ensino Fundamental*. Disponível em: <[http://www.objetivo.br/some/material\\_didatico\\_fundamental.asp](http://www.objetivo.br/some/material_didatico_fundamental.asp)>. Acesso em: 01 jun. 2011h.
- COLÉGIO OBJETIVO. *Material Didático – Ensino Médio*. Disponível em: <[http://www.objetivo.br/some/material\\_didatico\\_medio.asp](http://www.objetivo.br/some/material_didatico_medio.asp)>. Acesso em: 01 jun. 2011i.
- COLÉGIO OBJETIVO. *Proposta Pedagógica*. Disponível em: <<http://www.objetivo.br/some/propostas.asp>>. Acesso em: 03 jun. 2011j.
- COLÉGIO OBJETIVO. *Quem Somos*. Disponível em: <[http://www.objetivo.br/some/quem\\_somos.asp](http://www.objetivo.br/some/quem_somos.asp)>. Acesso em: 01 jun. 2011k.
- COLÉGIO OBJETIVO. *Sobre*. Disponível em: <<http://www.objetivo.br/some/sobre.asp>>. Acesso em: 01 jun. 2011l.
- COLÉGIO OBJETIVO. *Um pouco da história do Objetivo*. Disponível em: <<http://189.2.156.236/institucional/index.asp>>. Acesso em: 03 jun. 2011m.
- CURSO OBJETIVO. *CPT – Centro de pesquisa e tecnologia*. Disponível em: <[http://www2.curso-objetivo.br/suporte/departamentos\\_apoio/cpt.aspx](http://www2.curso-objetivo.br/suporte/departamentos_apoio/cpt.aspx)>. Acesso em: 02 jun. 2011a.
- CURSO OBJETIVO. *Material Didático*. Disponível em: <[http://www2.curso-objetivo.br/suporte/material\\_didatico.aspx](http://www2.curso-objetivo.br/suporte/material_didatico.aspx)>. Acesso em: 02 jun. 2011b.
- CURSO OBJETIVO. *Histórico*. Disponível em: <<http://www2.curso-objetivo.br/curso/historico.aspx>>. Acesso em: 02 jun. 2011c.
- CURSO OBJETIVO. *Unidades*. Disponível em: <<http://www2.curso-objetivo.br/curso/unidades.aspx>>. Acesso em: 02 jun. 2011d.
- FERNANDES, V. D. P.; UNGARI, D. F. EMEFEI de São João do Pau D'Alho é

- destaque do Sistema Objetivo Municipal de Ensino. *Portal abcRede*, 24 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.abcrede.com.br/noticias/noticias-regionais/emefei-de-sao-joao-do-pau-d039alho-e-destaque-do-sistema-objetivo-municipal-de-ensino/>>. Acesso em: 20 mar. 2011.
- FOLHA DE S. PAULO. Crescimento de grupos educacionais chega ao setor público. *Folha Online*, São Paulo, 14 jan. 2002a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u7931.shtml>>. Acesso em: 19 mar. 2011.
- FOLHA DE S. PAULO. Escolas abrem “filiais” no Japão. *Folha Online*, São Paulo, 14 jan. 2002b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u7933.shtml>>. Acesso em: 17 mar. 2011.
- GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS. *Banco de dados parcerias público-privadas*. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/grepe/bd/pesquisas/pesqdados.php>> Acesso em: 27 jan. 2011.
- LETHBRIDGE, T. Americanos oferecem R\$2,5 bilhões pelo Objetivo. *Exame*, São Paulo, 18 jun. 2008. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/americanos-oferecem-r-2-5-bilhoes-pelo-objetivo-m0162280>>. Acesso em: 12 dez. 2010.
- MANSO, B. P.; OYAMA, T. O dono do ensino. *Veja*, São Paulo, n.1613, p.92-98, set. 1999. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>>. Acesso em: 12 dez. 2010.
- OBJETIVO. *Apoio ao Marketing*. Disponível em: <[http://189.2.156.236/convenios/apoio/apoio\\_marketing.asp](http://189.2.156.236/convenios/apoio/apoio_marketing.asp)>. Acesso em: 03 jun. 2011a.
- OBJETIVO. *Apoio Didático e Pedagógico*. Disponível em: <[http://189.2.156.236/convenios/ensino/apoio\\_didatico\\_pedagogico.asp](http://189.2.156.236/convenios/ensino/apoio_didatico_pedagogico.asp)>. Acesso em: 03 jun. 2011b.
- OBJETIVO. *Cadastro de Interesse para Convênio*. Disponível em: <<http://189.2.156.236/convenios/parceria/cadastro.asp>>. Acesso em: 03 jun. 2011c.
- OBJETIVO. *Convênios*. Disponível em: <<http://189.2.156.236/convenios/>>. Acesso em: 03 jun. 2011d.
- OBJETIVO. *Curso Pré-Vestibular*. Disponível em: <[http://189.2.156.236/convenios/ensino/curso\\_prevestibular.asp](http://189.2.156.236/convenios/ensino/curso_prevestibular.asp)>. Acesso em: 03 jun. 2011e.
- OBJETIVO. *Departamento Administrativo Financeiro*. Disponível em: <[http://189.2.156.236/convenios/apoio/depto\\_adm\\_financeiro.asp](http://189.2.156.236/convenios/apoio/depto_adm_financeiro.asp)>. Acesso em: 03 jun. 2011f.
- OBJETIVO. *Departamento de Apoio Pedagógico*. Disponível em: <[http://189.2.156.236/convenios/apoio/depto\\_apoio\\_pedagogico.asp](http://189.2.156.236/convenios/apoio/depto_apoio_pedagogico.asp)>. Acesso em: 03 jun. 2011g.
- OBJETIVO. *Departamento de Divulgação de Convênios*. Disponível em: <[http://189.2.156.236/convenios/apoio/depto\\_divulgacao\\_parcerias.asp](http://189.2.156.236/convenios/apoio/depto_divulgacao_parcerias.asp)>. Acesso em: 03 jun. 2011h.
- OBJETIVO. *Editora e Gráfica*. Disponível em: <[http://189.2.156.236/convenios/apoio/editora\\_grafica.asp](http://189.2.156.236/convenios/apoio/editora_grafica.asp)>. Acesso em: 03 jun. 2011i.

- OBJETIVO. *Encontro Pedagógico – Inscrição*. Disponível em:  
<<http://189.2.156.236/convenios/encontros/inscricao.asp>>. Acesso em: 03 jun. 2011j.
- OBJETIVO. *Encontros Pedagógicos Realizados – 2010*. Disponível em:  
<[http://189.2.156.236/convenios/encontros/encontros\\_realizados\\_2010.asp](http://189.2.156.236/convenios/encontros/encontros_realizados_2010.asp)>. Acesso em: 06 jun. 2011k.
- OBJETIVO. *Ensino Fundamental*. Disponível em:  
<[http://189.2.156.236/convenios/ensino/ensino\\_fundamental.asp](http://189.2.156.236/convenios/ensino/ensino_fundamental.asp)>. Acesso em: 03 jun. 2011l.
- OBJETIVO. *Material Didático*. Disponível em:  
<[http://189.2.156.236/convenios/ensino/material\\_didatico.asp](http://189.2.156.236/convenios/ensino/material_didatico.asp)>. Acesso em: 03 jun. 2011m.
- OBJETIVO. *Nossa História*. Disponível em:  
<<http://189.2.156.236/convenios/ensino/historia.asp>>. Acesso em: 03 jun. 2011n.
- OBJETIVO. *Programação de 2011 – Próximos Encontros*. Disponível em:  
<<http://189.2.156.236/convenios/encontros/programacao.asp>>. Acesso em: 03 jun. 2011o.
- OBJETIVO. *Um convênio com sucesso*. Disponível em:  
<[http://189.2.156.236/convenios/apoio/parceria\\_sucesso.asp](http://189.2.156.236/convenios/apoio/parceria_sucesso.asp)>. Acesso em: 03 jun. 2011p.
- OBJETIVO. *Unidades Próprias*. Disponível em:  
<[http://189.2.156.236/convenios/ensino/unidades\\_proprias.asp](http://189.2.156.236/convenios/ensino/unidades_proprias.asp)>. Acesso em: 03 jun. 2011s. – q
- OLIVEIRA, R. P. de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.
- PARAJARA, F. A equação Di Genio. *ISTOÉ Dinheiro*, São Paulo, n. 298, maio 2003. Disponível em: <[http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/11291\\_A+EQUACAO+DI+GENIO](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/11291_A+EQUACAO+DI+GENIO)>. Acesso em: 12 dez. 2010.
- TÓFOLI, D. Prefeituras de SP terceirizam a educação. *Folha Online*, São Paulo, 30 jan. 2006. Disponível em:  
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18312.shtml>>. Acesso em 19 mar. 2011.
- UNIVERSIDADE PAULISTA. *Dados Institucionais*. Disponível em:  
<[http://www3.unip.br/universidade/dados\\_institucionais.aspx](http://www3.unip.br/universidade/dados_institucionais.aspx)>. Acesso em: 02 jun. 2011a.
- UNIVERSIDADE PAULISTA. *Histórico*. Disponível em:  
<<http://www3.unip.br/universidade/historico.aspx>>. Acesso em: 02 jun. 2011b.

#### **4- A presença do Grupo Positivo na educação de municípios paulistas<sup>43</sup>**

*Kátia Tamara Luiz*

*Theresa Maria de Freitas Adrião (orientadora)*

---

<sup>43</sup> Segmentos deste trabalho foram apresentados no Congresso de IC da UNICAMP 2011, no III Seminário Internacional do GREPPE – 2011 e no Simpósio do LAGE também em 2011.

## **Apontamentos sobre a constituição do Grupo empresarial até 2010**

Este item busca apresentar um histórico do Grupo Positivo destacando sua origem e seus mecanismos de expansão. Para tanto foram utilizados os endereços eletrônicos do grupo, imprensa escrita e informações do campo<sup>44</sup>.

Como verificado em pesquisa anterior Adrião (2009a), o Grupo Positivo, como a maioria dos grandes grupos que trabalham com sistemas de ensino, teve sua origem a partir dos cursos preparatórios para o vestibular. Neste caso específico, em Curitiba – Paraná no ano de 1972. (GRUPO POSITIVO, 2011a):

As empresas com maior presença junto aos municípios [...] são conhecidas como Positivo, COC e Objetivo. Estas três empresas têm trajetórias semelhantes: originaram-se de cursinhos pré-vestibulares bem sucedidos, no sentido de conseguirem aprovar parte de seus alunos em cursos superiores de alta disputa no país, depois criaram escolas próprias que foram ampliadas em vários estados brasileiros por meio de franquias para redes privadas e, mais recentemente, para as redes públicas. (ADRIÃO (coord), 2009a, p. 136).

Em 1972, segundo o *site* institucional, Oriovisto Guimarães e outros professores criaram o primeiro curso pré-vestibular de Curitiba. Estes fundadores escreveram, organizaram e imprimiram o material apostilado com “metodologia própria” e para sua impressão inauguraram “uma pequena gráfica” situada em uma garagem também na “capital paranaense”. Em seu primeiro ano, o Curso Positivo contava com mais de 3.000 alunos. Em 1975, inaugurou-se a segunda unidade do Curso Positivo e a gráfica foi transferida para uma nova sede e três anos após este ano foi inaugurada sua terceira unidade. (GRUPO POSITIVO, 2011a).

O Colégio Positivo Ângelo Sampaio, criado em 1976, foi destinado aos alunos do

---

<sup>44</sup> Vale ressaltar que nenhum funcionário ou representante da Editora Positivo concedeu entrevista gravada. A visita à editora ocorreu informalmente.

ensino médio. O ensino fundamental e a educação infantil foram contemplados com a inauguração do Colégio Positivo Junior em 1977. As demais escolas particulares receberam material próprio quando se criou o Sistema Positivo de Ensino (SPE) em 1979. Neste mesmo ano foi inaugurada a Distribuidora Positivo que, em 2004, passou a integrar a Editora Positivo. (GRUPO POSITIVO, 2011a).

O Grupo expandiu sua atuação para o ensino superior com a criação das Faculdades Positivo em 1988, cujos cursos oferecidos eram: Comércio Exterior, Informática, Pedagogia, Administração Rural e Administração de Empresas e, segundo o *site* institucional do Grupo, foi identificada a possibilidade do Grupo iniciar a montagem de microcomputadores para o mercado, em 1989, a partir do curso de Informática da Faculdade Positivo. Fundou-se, neste mesmo ano, a Positivo Informática a fim de comercializar computadores para Escolas Positivo e demais escolas conveniadas. (GRUPO POSITIVO, 2011a).

Para além dessa negociação com escolas, a Positivo Informática começou a vender serviços de informática e equipamentos eletrônicos “para empresas e instituições do poder público” em 1990. No ano seguinte o número de alunos do Sistema Positivo de Ensino (SPE) dobrou com relação aos quatro anos anteriores: “em 1987 eram 100 mil e em 1991 já são 200 mil alunos”. (GRUPO POSITIVO, 2011a).

No ano de 1998, o Grupo abriu o Centro de Línguas Positivo (CLP), as Faculdades Positivo se transformam no Centro Universitário Positivo (Unicemp) e o SPE foi adotado por escolas do Japão. (GRUPO POSITIVO, 2011a). Em 1999, inaugurou-se o Colégio Positivo Jardim Ambiental para atender desde a Educação Infantil ao Ensino Médio em Curitiba. Neste mesmo ano, 400 mil alunos estudavam em escolas conveniadas ao SPE no Brasil e no exterior. (GRUPO POSITIVO, 2011a).

O Unicemp foi transferido para uma área de 415 mil m<sup>2</sup>, em 2000, e a divisão de Tecnologia e Informática da Positivo lançou o Portal Educacional, cujo objetivo seria “complementar o Sistema Positivo de Ensino” (GRUPO POSITIVO, 2011a). Em 2001, a Escola Internacional das Nações Unidas em Nova York adotou o SPE da língua portuguesa para filhos de diplomatas e colaboradores da ONU. Registram-se, neste mesmo ano, 500 mil alunos vinculados ao SPE em 2.200 escolas conveniadas no Brasil e exterior. (GRUPO POSITIVO, 2011a).

No ano seguinte, o SPE “ganhou” o Portal Positivo<sup>45</sup> direcionado aos alunos das unidades próprias e aos alunos de escolas conveniadas ao SPE, cuja função seria a mesma do Portal Educacional<sup>46</sup>: “complementar o Sistema Positivo de Ensino”. O Portal Universitário<sup>47</sup>, lançado em 2003, destinou-se ao ensino superior e o Grupo passou a deter “os direitos de edição, distribuição e comercialização” do Dicionário Aurélio. Em 2004, a Positivo Informática iniciou a venda de seus computadores em “grandes redes de varejo” e a exportação de mesas E-Blocks<sup>48</sup> e Alfabeto para Portugal e Estados Unidos. (GRUPO POSITIVO, 2011a).

O Sistema Aprende Brasil de Ensino (SABE), o qual é objeto desta investigação, foi criado em 2005 destinando-se à rede pública brasileira de ensino. Em 2008, o Colégio Positivo Jardim Ambiental e o Colégio Positivo Junior passaram a atender crianças de quatro a cinco anos de idade. Ainda neste ano, ocorreu o credenciamento do Unicemp junto ao MEC como universidade transformando-se na Universidade Positivo.

Dando continuidade a essa ampliação do oferecimento da educação infantil o Colégio Positivo ofereceu o Maternal II para crianças a partir de três anos de idade, em 2009. (GRUPO POSITIVO, 2011a; COLÉGIO POSITIVO, 2011a).

Segundo a notícia “*Escolas abrem ‘filiais’ no Japão*”, publicada em 14 de janeiro de 2002 na Folha de São Paulo *on line*, o principal cliente do Grupo no exterior é o Japão. O Grupo possui “parcerias com escolas [...] que atendem a filhos de brasileiros residentes no Japão”. Na maioria dos casos, são filhos de imigrantes japoneses que foram para aquele país com seus filhos nascidos no Brasil, mas com planos de voltar no futuro. (DA FOLHA DE SÃO PAULO, 2002)

Em 2010, pode-se dizer que o Grupo Positivo se auto-intitula a maior corporação do país quando se trata de educação e tecnologia possuindo a maior gráfica editorial do Brasil e uma das maiores da América Latina, segundo o site da própria gráfica Posigraf.

---

<sup>45</sup> [www.portalpositivo.com.br](http://www.portalpositivo.com.br)

<sup>46</sup> <http://www.educacional.com.br/>

<sup>47</sup> [www.portaluniversitario.com.br](http://www.portaluniversitario.com.br)

<sup>48</sup>“A Mesa Educacional E-Blocks é composta por blocos codificados com letras, palavras, números e figuras, os quais são encaixados em um módulo eletrônico interagindo com um software especialmente desenvolvido para as Mesas Educacionais. Contem animações, vídeos e recursos sonoros.”(GRUPO POSITIVO, 2011 a)

(POSIGRAF, 2011). O Grupo expandiu-se para todos os níveis educacionais, do maternal II até a Universidade contando com centros de línguas e cursos pré-vestibulares. (COLÉGIO POSITIVO, 2011a;). Em 2011, entretanto, perde seu lugar no mercado nacional de venda de computadores para a empresa americana HP segundo notícia divulgada em 20 de maio deste mesmo ano na Revista ISTOÉ *on line*. (GALO, B. 2011).

#### **4.1-Atuação Junto ao Setor Privado**

Objetiva-se aqui apresentar a atuação do Grupo no setor privado por meio do Sistema Positivo de Ensino (SPE) destinado às escolas privadas “parceiras” e às unidades próprias do Grupo Positivo.

O Grupo se expandiu para quase todos os níveis educacionais, desde o maternal II até a Universidade, contando ainda com centros de línguas e cursos pré-vestibulares. Possui escolas próprias e mantém parcerias com escolas privadas que levam seu “logo”. A respeito disto, a notícia “Redes de Ensino crescem até 35% com ‘franquias’”, de 2002, da Folha.com afirmava que:

Na maioria dos casos, essas escolas aproveitam as campanhas de marketing veiculadas pelos grupos e podem ostentar a marca dos parceiros, desde que não deixem de divulgar o nome do colégio, para deixar claro que se trata de uma parceria. Além da venda do material didático para as escolas, os grandes grupos prometem ajudar, por meio de cursos para professores e visitas às instituições, a melhorar a didática e o projeto pedagógico dessas instituições. (GOIS, A. 2002).

O SPE é destinado à rede privada de ensino e às Escolas Positivo de Curitiba. Quando a escola adquire este sistema passa a ter acesso ao Livro Didático Integrado, ao *CD-ROM* que possui conteúdo complementar e ao portal educacional. O Portal Educacional é totalmente restrito para conveniados, condição que nos veta o acesso. (GRUPO POSITIVO, 2011c). Segundo o Portal Positivo:

A escola que adquire o material didático do Sistema Positivo de Ensino tem vantagens como: apresentação do material contendo, para cada área do conhecimento, um projeto pedagógico, estruturado em unidades; atividades propostas, acompanhadas de comentários e, conforme a situação, com soluções e respostas; cursos regionais de atualização e aperfeiçoamento; cursos de atualização, por área de conhecimento, para professores. (PORTAL POSITIVO, 2011b).

Acessando a página inicial deste portal encontra-se um espaço para preencher nome de usuário e senha. (PORTAL POSITIVO, 2011a). Assim como o Portal Aprende Brasil este também é dividido em seções: Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Educadores. Essas senhas, segundo o material impresso, "são fornecidas a todos os alunos, professores e equipes técnicas das secretarias que utilizam os Livros Didáticos Integrados." (EDITORA POSITIVO, 2010<sup>a</sup>, p.21).

Os *links* encontrados no portal são: “pesquisa”, “acontece no portal”, “conteúdo” e “referência”, “atualidades”, “colunistas”, “seções mirins”, “almanaque”, “jogos educativos”, “para ensino médio”, “para educadores”, “para sua escola”, “acessórios”, “administrador”, “quem somos” e “contatos”. (PORTAL POSITIVO, 2011a).

#### **4.2- Atuação Junto ao Setor Público**

Busca-se apresentar neste item a atuação do Grupo na educação de municípios paulistas e indicar os produtos oferecidos nesta parceria. Vale ressaltar que o termo “parceria” é utilizado e compreendido aqui conforme Bezerra quando afirma que:

A expressão parceria público-privada (...) implica também na capacidade de intervenção que o setor privado passa a dispor junto à administração pública, por meio da assunção total ou parcial de responsabilidades até então atribuídas ao poder público em sua totalidade. (BEZERRA, 2008, p. 62 – 63).

O Grupo atua com a venda de sistemas apostilados para os municípios e além do “Livro Integrado”<sup>49</sup> traz em sua cesta outros serviços como cursos preparatórios para os professores, serviços de monitoramento do trabalho realizado nas escolas e o portal Aprende Brasil<sup>50</sup> o qual, segundo o site institucional do Grupo, tem por finalidade complementar os conteúdos das apostilas. (GRUPO POSITIVO, 2011b).

---

<sup>49</sup> Segundo a funcionária “A” da Editora Positivo as apostilas são apenas para os cursos pré-vestibulares, pois o termo “apostila” traz a idéia de padronização e revisão de conteúdos já vistos. No caso da educação básica o Grupo utiliza o termo “livro integrado”. Não se identifica a funcionária por pedido da mesma. A funcionária “A” foi quem nos apresentou a Editora. As funcionárias “B” e “C” cederam o material impresso institucional.

<sup>50</sup> <http://www.aprendebrasil.com.br/>

A atuação do Grupo junto aos governos não termina com a venda de apostilas acrescentando-se a isto a venda de microcomputadores para o MEC. No próprio *site* institucional da Positivo Informática existe uma seção direcionada para “Governo”<sup>51</sup>, que dispõe uma lista de produtos vendidos para o Governo. Acerca dessa parceria, em relatório anual disponível no endereço eletrônico da Positivo Informática<sup>52</sup>, encontra-se o seguinte:

No passado recente, a empresa conquistou os pregões do Ministério da Educação (MEC) em 2006 e 2007, para o fornecimento de computadores para as escolas públicas, e a licitação do Ministério das Comunicações (Minicom) em 2007, para entrega de computadores para centros de inclusão digital. No final de 2008, foi vencedora da maior licitação de computadores já realizada no país, de 214 mil máquinas e 404 mil monitores para o MEC, com a concentração de entregas no ano de 2010. Ao longo do ano, diversos estados realizaram programas de subsídio à aquisição de computadores por parte dos professores, com o objetivo de ampliar o acesso à tecnologia desses educadores, de forma a contribuir no aprimoramento da qualidade do ensino público. A Positivo Informática teve participação destacada nestes editais, valendo citar aqueles promovidos pelos estados de Pernambuco e São Paulo, bem como pelo Distrito Federal. Espera-se que o setor público continue firmemente em seus programas de informatização de escolas, disponibilização de centros de inclusão digital e projetos de capacitação de professores. A Positivo Informática está unicamente posicionada para capturar o crescimento do mercado de governo e de educação, dada sua experiência e origem de um grupo educacional, o que proporciona uma expertise diferenciada para projetos deste segmento. (POSITIVO INFORMÁTICA, 2011b)

Com relação a estas vendas para o setor público, em uma notícia da *Folha.com* de maio de 2010, a Positivo Informática anunciou lucro líquido de 37,8 milhões no primeiro trimestre do mesmo ano e a respeito disso: (POSITIVO INFORMÁTICA, 2011a). Segundo a Positivo Informática, essa “performance” de vendas:

[...] foi influenciada pelo maior ritmo de entregas a clientes de governo, que registrou crescimento de 109,7% em relação ao 1º trimestre de 2009, bem como pelo desempenho das vendas ao

---

<sup>51</sup> <http://www.positivoinformatica.com.br/www/governo/>

<sup>52</sup> [http://ri.positivoinformatica.com.br/positivo/web/arquivos/POSITIVO\\_RA2009.pdf](http://ri.positivoinformatica.com.br/positivo/web/arquivos/POSITIVO_RA2009.pdf)

varejo, cujo crescimento foi de 25,9% na comparação anual. (DA REPORTAGEM LOCAL, 2010).

#### **4.1. Sistema Aprende Brasil de Ensino (SABE)**

Visto que um dos objetivos deste trabalho é conhecer a atuação do Grupo Positivo junto aos municípios paulistas se faz pertinente apresentar o sistema de ensino oferecido às redes públicas de ensino. Pretende-se neste item realizar uma breve apresentação do Sistema Aprende Brasil de Ensino (Sabe) e dos produtos e serviços oferecidos por este sistema privado de ensino.

Vale ressaltar que o termo “sistema” é utilizado aqui segundo o verbete do Dicionário: Trabalho, Profissão e Condição Docente que afirma:

O termo sistema pressupõe uma opção coordenada e integrada de partes em “um todo que articula uma variedade de elementos que, ao se integrarem ao todo, nem por isso perdem a própria identidade” (SAVIANI, 197, p.206). No mesmo sentido, para Carlos Roberto Jamil Cury, um sistema de educação supõe uma rede que agrega órgãos, instituições escolares, ordenamento jurídico, finalidades e bases comuns. Esses quatro elementos devem coexistir como “conjunto organizado sob um ordenamento com finalidade comum (valor) sob a figura de um direito”. (CURY, 2008, p.1204). Para Cury, no Brasil, não há sistemas privados de ensino, mas sistemas públicos de ensino que incluem redes privadas, tendo em vista principalmente a exclusividade do Estado para validar certificados e diplomas; autorizar o funcionamento de instituições e estabelecimentos escolares e estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional (CURY, 2008, p.1196). Ainda que a expressão “sistema de ensino” seja teórica e juridicamente inapropriada para nomear o fenômeno aqui destacado, seu uso tem sido recorrente para designar uma “cesta de produtos e serviços” voltados para a educação básica e ofertados aos gestores públicos. (ADRIÃO, T.; GARCIA, T. 2010)

Segundo notícia da Folha Notícias *on line* de 15 de setembro de 2010, a qual traz por título: "*Sistema de Ensino 'Aprende Brasil', que atende a rede pública, está no Saber 2010*" o Sistema Aprende Brasil, neste mesmo ano, estava presente em 1.900 escolas públicas brasileiras e em mais de 160 municípios, atendendo 285 mil alunos da rede pública de ensino, os quais fazem parte dos mais de 10 milhões de alunos atendidos pelo Grupo Positivo (SANTO ANTÔNIO DE POSSE, 2010). Segundo a

funcionária “A” o Sistema Aprende Brasil de Ensino atende 18 estados da federação. No entanto, no site da Editora Positivo, visitado em 14 de outubro de 2010, afirma-se que “21 das 27 Unidades Federativas brasileiras utilizam o Sistema de Ensino Aprende Brasil”. (EDITORA POSITIVO, 2011a)

Este sistema foi criado a partir da metodologia dos professores da Positivo para atender a rede pública de ensino. Em questionário enviado por e-mail à Editora Positivo questionou-se que tipo de carências do Poder Público essa iniciativa do Grupo teria ajudado a suprir. A resposta foi:

O Sistema de Ensino Aprende Brasil surgiu para atuar com o poder público, no propósito de efetivar o direito de todas as crianças e jovens à educação pública de qualidade até 2022, bicentenário da Independência do Brasil, como proposto pelo Governo Federal e sociedade civil no pacto **Compromisso Todos pela Educação**. (Editora Positivo, 2011b, grifo da Editora).

Acerca da constituição do Departamento Aprende Brasil, a funcionária “A” contou que a montagem do quadro de trabalho deste setor em 2004, ano anterior ao lançamento desse sistema de ensino, foi praticamente voluntária, pois os funcionários que tiveram contato com escola pública (fosse dando aulas fosse gerenciando) optaram pela migração para o SABE identificando-se com o trabalho.

Com o lançamento do Sistema Aprende Brasil de Ensino, as secretarias municipais que adquiriram tal sistema tiveram acesso aos “Livros Integrados” que tem seu conteúdo complementado no Portal Aprende Brasil; à Assessoria Pedagógica que reúne cursos para a equipe docente e técnico-pedagógica das escolas municipais e da Secretaria de Educação e atendimento pedagógico (0800); ao Sistema de Monitoramento Educacional do Brasil (SIMEB). Este último serviço é disponibilizado ao município para monitoramento dos resultados obtidos com o material apostilado:

[...] uma ferramenta que permite aos gestores [da cidade] acompanharem os resultados e o desempenho do município nas questões educacionais [...] ajudando o prefeito e o secretário de educação [da cidade] a traçarem planos de ação e estratégias para melhoras cada vez mais o ensino da rede pública. (EDITORA POSITIVO, 2010b)

Para melhor visualização segue tabela com tais informações sintetizadas:

### QUADRO 3.1 – Produtos e Serviços Oferecidos pelo POSITIVO.

Produtos e Serviço	Descrição
Material didático para estudantes e professores (Livro Integrado)	O material é designado como Livro Didático Integrado. Oferecido para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Segundo a empresa, de acordo com todas as orientações curriculares do MEC.
Formação continuada (Assessoria Pedagógica)	Oferece assessoria pedagógica a docentes e equipes técnicas das secretarias de educação.
Avaliação monitoramento (SIMEB)	Anuncia uma ferramenta - o Sistema de Gestão de Informações Educacionais, e monitoramento da qualidade do ensino, sem esclarecer como é realizada a avaliação.
Portal para acesso a conteúdos, propostas de atividades, vídeos e outras formas de apoio.(Portal Aprende Brasil)	Portal Aprende Brasil-disponível para estudantes e professores cadastrados no sistema

**Fonte: LUIZ, K. T. com base em GARCIA, ADRIÃO, BORGHI, BERTAGNA E CORREA, 2011.**

Tais informações confirmam resultado de pesquisas anteriores:

A “cesta” que compõe os contratos firmados entre as prefeituras municipais e a iniciativa privada é integrada por atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas equipes pedagógicas dos órgãos da administração pública e das escolas: formação continuada de educadores, efetivo acompanhamento das atividades docentes; investimento na produção e distribuição de materiais didáticos aos alunos; processos de avaliação externa e interna, entre as principais encontradas. Por essa razão, para além dos problemas pedagógicos derivados da adoção de material instrucional, em alguns casos desde a pré-escola, o que é importante destacar é o fato de que as empresas privadas passam, ao vender os chamados “sistemas de ensino”, a interferir na gestão do próprio sistema escolar público local. (ADRIÃO *et al*, 2009, p. 806).

A respeito do início das parcerias com os municípios a funcionária “A” informou que, inicialmente, o movimento foi dos municípios, mas em 2010 já eram os Departamentos: Comercial e o Jurídico da Editora Positivo que contatavam os municípios quando estes abriam processo de licitação. A funcionária foi evasiva não respondendo mais nada a respeito deste processo e afirmando que estas informações poderiam ser adquiridas por telefone com os departamentos Jurídico e Comercial. Tais informações não foram coletadas, pois os departamentos: Comercial e Jurídico sequer atenderam aos telefonemas. Toda ligação feita era encaminhada diretamente para o

Departamento de *Marketing*, no qual era negado qualquer contato com os demais departamentos.

A seguinte tabela apresenta o início e término das parcerias, bem como as modalidades de ensino para quais foram destinadas o sistema de ensino.

**Tabela 4.1 - Municípios que adotam/adotaram o Sistema Aprende Brasil de Ensino no período de 2001 a 2010.**

Municípios	Ano de início da "parceria"	Ano de término da "parceria"	Modalidade de Ensino	
Cabreúva	2002	2004	EI e EF <sup>53</sup>	
Ilha Comprida		2007	EF	
Patrocínio Paulista	2004	2004	EF	
Buritizal	2005	2008	EI e EF	
Catiguá		Não Informado	EF	
CAjobi		vigora	EI e EF	
Itapuú		Não Informado	EI e EF	
Jarinu		Não Informado	EI e EF	
Jaú		2008	EI e EF	
Lorena		2008	EI e EF	
Bocaina				
Macatuba	2005	Vigora	EI e EF	
Monte Alegre do Sul		2010	EF	
Murutinga do Sul		Vigora	EI e EF	
Ribeira		Vigora	EI e EF	
Santo Antônio de Posse		Vigora	EI e EF	
Uchoa		2008	EI e EF	
Guapiara*		2006	2008	EI e 2008 EF
Itajú			Vigora	EI e EF
Itapeva	Vigora		EF	
Itirapina	Vigora		EI e EF	
Monte Mor	Vigora		EF	
Novais	Vigora		EI e EF	
Panorama	2006		EI	
Porangaba	Não Informado		EI e EF	
Zacarias	2010	EI e EF		
Catanduva	2006	Vigora	EI e EF	
Guatapará		2010	EI e EF	
Iepê		2007	EF	

<sup>53</sup> As modalidades de Ensino foram abreviadas a fim de facilitar a visualização. Educação Infantil: EI; Ensino Fundamental: EF e Educação Especial: EE.

Lencóis Paulista	2007	Vigora	EI e EF
Santa Bárbara d' Oeste		2009	EI e EF
Tarabaí		2007	EI, EE e EF
Torre de Pedra		2009	EI e EF
Cosmorama	2008	Vigora	EF
Itaóca		Vigora	EI e EF
São Simão		Vigora	EI e EF
Teodoro Sampaio	2008	Vigora	EF
Álvares Machado	2009	Vigora	EI e EF
Birigui		2009	EF
Birigui		Vigora	EI
Campo Limpo Paulista		Vigora	EF
Mongaguá		Vigora	EI e EF
Olímpia		Vigora	EI e EF
Palmital		Vigora	EI e EF
Piquete		Não Informado	EI e EF
Pirapora do Bom Jesus		Não Informado	EF
Potirendaba		Vigora	EF
Santa Isabel		Vigora	EI e EF
São Lourenço da Serra		2009	EF
Taquaritinga		Vigora	EI e EF
Candido Mota		2010	Vigora
Embu-Guaçú	Vigora		EI
Gavião Paixoto	Vigora		EI e EF
Guarací	Vigora		EI e EF
Ibirarema	Vigora		EI e EF
Itú	Vigora		EI e EF
Jaguaiúna	Vigora		EI e EF
Maracaí	Vigora		EI e EF
Nuporanga	Vigora		EI e EF
Poá	Vigora		EI e EF
Santa Adélia	Vigora		EI e EF
Suzanápolis	2010	EI e EF	
Tarumã	2010	Vigora	EF
Votuporanga		2010	EF

Fonte: LUIZ, K. T e ADRIÃO, T. com base no Banco de Dados Parcerias Público-Privadas, 2011.

Legenda: (Vigora )em 2011 \* O município adquiriu o sistema privado para EI em 2006 e EF em 2008.

A tabela a seguir apresenta o início da parceria entre os municípios paulistas e o Grupo Positivo nos anos de 2001, 2005 e 2010.

**Tabela 4.2 – Municípios que iniciaram suas “parcerias” nos anos 2001- 2005 e 2010:**

<b>Ano de início da “parceria”</b>	<b>Municípios Paulistas</b>
<b>2001</b>	--
<b>2005</b>	Bocaína
	Buritizal
	Cajobi
	Catiguá
	Itapuí
	Jarinu
	Jaú
	Lorena
	Macatuba
	Monte Alegre do Sul
	Murutinga do Sul
	Ribeira
	Santo Antônio de Posse
	Uchoa
<b>2010</b>	Candido Mota
	Embu-Guaçú
	Gavião Paixoto
	Guarací
	Ibirarema
	Itú
	Jaguaiúna
	Maracá
	Nuporanga
	Poá
	Santa Adélia
	Suzanápolis
	Tarumã
	Votuporanga

Fonte: LUIZ, K. com base no Banco de Dados Parceria Público –privado e municípios paulistas.

Legenda: (--) Nenhuma parceria

A escolha destes anos, conforme indicado na apresentação deste item, corresponde ao período de duas gestões municipais: a primeira com início em 2001, coincidindo com o primeiro ano de vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). até o ano de 2010 que foi o ano de início desta pesquisa.

Analisando a tabela 4.1 é possível observar um crescimento significativo no ano

de 2005, ano de criação do Sistema Aprende Brasil de Ensino e sua adoção por municípios paulistas. Enquanto em 2002 havia apenas três parcerias entre municípios e o Grupo empresarial Positivo, em 2005 o Grupo liga-se a 14 novos municípios, totalizando 17 convênios. Verifica-se o mesmo na Tabela 4.2, pois em 2001 não se observou nenhuma parceria, quatro anos depois o Grupo ganhou 14 novas licitações. Em 2007 o Grupo concretizou sete novas parcerias somando 27 convênios e totalizando 44 no ano de 2010.

Verifica-se um crescimento constante na adoção de sistemas apostilados de ensino pelos municípios paulistas, confirmando tendência já percebida em pesquisas anteriores e indicada no projeto matriz ao qual se vincula está IC. (Adrião, 2010)

### Referências

- ADRIÃO, T. (coord). *Relatório Final da Pesquisa: Estratégias municipais para a oferta da educação básica: uma análise de parcerias público privado no estado de São Paulo*. 2009a
- ADRIÃO, T. et al, *Uma Modalidade Peculiar de Privatização da Educação Pública: A Aquisição de "Sistemas de Ensino" por Municípios Paulistas*. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009b
- ADRIÃO, T; GARCIA, T. *Sistema Apostilado de ensino*. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.C.; VIEIRA, L.F. (orgs.). *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte, UFMG: 2010. CD ROM.
- BEZERRA, E. P. *Parceria público-privada nos municípios paulistas de Brotas e Pirassununga: estratégias para a oferta do ensino?* 2008. 205p. Dissertação de mestrado – Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro.
- BORGHI, R. F.; BERTAGNA, R. H. *Sistemas apostilados de ensino: caracterização de três empresas privadas com inserção em redes municipais paulistas*. 2011. Mimeo
- BRASIL. Constituição (1988). [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#). Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm) Último Acesso em: 09 jun. 2011
- BRASIL. [Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#). *Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências*. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm) Acesso em: 08 jun. 2011
- COLÉGIO POSITIVO. História. Disponível em:**  
[http://www.colegiopositivo.com.br/colégio\\_historia.asp](http://www.colegiopositivo.com.br/colégio_historia.asp) Último Acesso em 06/05/2011
- DA FOLHA DE SÃO PAULO. *Escolas abrem "filiais" no Japão*. Folha de São Paulo online. São Paulo. 14 de janeiro de 2002. Disponível em:  
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u7933.shtml> Último Acesso em: 06/05/2011
- DA REPORTAGEM LOCAL. *Positivo Informática tem lucro de R\$ 37,8 mi no 1º tri, alta de 344%*. Folha.com. São Paulo. 11 de maio de 2010. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u733668.shtml> Último Acesso em: 06/05/2011

EDITORA POSITIVO. *Um mundo mais positivo começa pela sua cidade*. Curitiba: Editora Positivo 2010a. Panfleto.

EDITORA POSITIVO. *Um mundo mais positivo começa pela educação de seu filho*. Sistema Brasil de Ensino. Curitiba: Editora Positivo. 2010b. Panfleto

EDITORA POSITIVO. *Sistema de Ensino Aprende Brasil*. Disponível em:

<http://www.editorapositivo.com.br/editora-positivo/sistemas-de-ensino/aprende-brasil.html> Último Acesso em: 06/05/2011a

EDITORA POSITIVO. Entrevista - RESPOSTAS [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <katia-tamara@hotmail.com; denise\_cva@hotmail.com; theadriao@gmail.com em 23 fev. 2011b

**GALO, B.** Quem vai rir por último? Com ações e lucros em queda, a Positivo perde a liderança no mercado nacional de PCs para a rival HP. Agora, a empresa aposta na diversificação de negócios para reverter esse quadro. **Revista ISTOÉ**. Ed. 711. 20 de maio de 2011. Disponível em:

[http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/57862\\_QUEM+VAI+RIR+POR+ULTIMO](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/57862_QUEM+VAI+RIR+POR+ULTIMO)

**GARCIA, T., ADRIÃO, T. BERTAGNA, R. H.; BORGHI, R. e CORREA, B.** A atuação de grupos empresariais na área educacional e sua inserção em redes públicas de ensino: reflexões iniciais. In: **XI Congresso Estadual Paulista sobre formação de professores**, 2011, São Pedro. XI Congresso Estadual PAulista sobre formação de professores e I Congresso NAcional de formação de professores, 2011. v. 1. p. 1-15

**GOIS, A.** *Redes de ensino crescem até 35% com "franquias"*. Folha.com. Rio de Janeiro. 14 de janeiro de 2002. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u7930.shtml> Último Acesso em: 06/05/2011

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS (GREPPE). *Banco de dados parcerias público-privadas*. Disponível em: <<http://www.fe.com.br/lage/educacao/greppe/>> Acesso em: 20/04/2011.

GRUPO POSITIVO. *Nossa História*. Disponível em:

<http://www.positivo.com.br/portugues/grupo/historia.htm> Último Acesso em 06/05/2011a

GRUPO POSITIVO. Educacional. *Sistema de Ensino Aprende Brasil*. Disponível em: <http://www.positivo.com.br/portugues/educacional/sabe.htm> Último Acesso em: 06/05/2011b

GRUPO POSITIVO. Educacional. *Sistema Positivo de Ensino*. Disponível em: <http://www.positivo.com.br/portugues/educacional/spe.htm> Último Acesso em: 06/05/2011c

PORTAL POSITIVO. *Sistema Positivo de Ensino*. Disponível em:

[http://www.educacional.com.br/material\\_didatico/tour/default.asp?Referer=pp](http://www.educacional.com.br/material_didatico/tour/default.asp?Referer=pp) Último acesso em: 06/05/2011b

POSIGRAF. *Institucional*. Disponível em: <http://www.posigraf.com.br/internas/?id=1> Último Acesso em: 06/05/2011

- PORTAL POSITIVO. *Portal Positivo*. Disponível em:  
<http://www.portalpositivo.com.br/> Último Acesso em: 06/05/2011<sup>a</sup>
- POSITIVO INFORMÁTICA. *Governo*. Disponível em:  
<http://www.positivoinformatica.com.br/www/governo/> Último Acesso em:06/05/2011a
- POSITIVO INFORMÁTICA. Relatórios Anuais. Disponível em:  
[http://ri.positivoinformatica.com.br/positivo/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=3718](http://ri.positivoinformatica.com.br/positivo/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=3718) Último Acesso em: 08/06/2011b
- REY, B. *Condicionamento Docente*. Revista Educação. São Paulo. Ed. 160. Agosto/2010.  
Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos.asp?codigo=12955> Acesso em: 26/10/2010
- RIBEIRO, M. *Uso de apostilas melhora resultado de alunos paulistas na Prova Brasil, diz pesquisa*. O Globo. Rio de Janeiro. 29/06/2010. Disponível em:  
<http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2010/06/29/uso-de-apostilas-melhora-resultado-de-alunos-paulistas-na-prova-brasil-diz-pesquisa-917009891.asp> Último Acesso em: 08/06/2011
- SANTO ANTÔNIO DE POSSE. *Sistema de Ensino 'Aprende Brasil', que atende a rede pública, está no Saber 2010*. Folha Rede Folha Notícias. Santo Antônio de Posse. 15 de setembro de 2010. Disponível em:  
<http://portal.folhanoticias.com.br/noticia.php?id=4942> Último Acesso em: 06/05/2011
- TÓFOLI, Daniela. *Prefeituras de SP terceirizam a educação*. Da Folha de S.Paulo online. São Paulo. 30 de janeiro de 2006  
Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18312.shtml>>  
[Acesso em 16/08/2010](http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18312.shtml)

## 5- A ATUAÇÃO DE GRUPOS EMPRESARIAIS NA ÁREA EDUCACIONAL E SUA INSERÇÃO EM REDES PÚBLICAS DE ENSINO: REFLEXÕES INICIAIS<sup>54</sup>

GARCIA, T; ADRIÃO, T; BORGHI, R.; BERTAGNA, R e CORREA, B

### Introdução

Este estudo apresenta uma caracterização de três grupos empresariais - COC, Objetivo e Positivo -, e sua inserção na educação pública, por meio da venda de sistemas de ensino apostilados para prefeituras. O trabalho integra a pesquisa interinstitucional intitulada “Sistemas apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local” que objetiva produzir mapeamento, caracterização e análise sobre a presença do setor privado na educação pública municipal paulista (ADRIÃO, 2010).

<sup>54</sup> Trabalho apresentado no Congresso de Formação de Professores, 2011.

O estudo decorre de dados obtidos e analisados em pesquisa anterior<sup>1</sup>, quando se verificou a expansão de parcerias entre os setores privado e público para a oferta educacional no período compreendido entre os anos de 1996 e 2006. Dentre as diversas formas por meio das quais instituições privadas atuam na educação pública especialmente no Estado de São Paulo, registrou-se a tendência ao crescimento na oferta de sistemas apostilados de ensino a redes municipais, sobretudo a municípios de pequeno porte populacional, isto é, com até 50.000 habitantes, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (ADRIÃO *et al*, 2009)

O quadro abaixo evidencia o número de municípios paulistas que firmaram contratos com instituições privadas especificamente para a compra de sistemas privados apostilados de ensino, objeto da reflexão aqui apresentada.

QUADRO 1 – Municípios paulistas que declararam ter adquirido algum sistema apostilado de ensino no período de 1994 a 2007.

<b>Município/porte</b>	<b>Número total de municípios no estado de São Paulo</b>	<b>Total de municípios que declararam adotar algum sistema de ensino no período</b>
Municípios muito pequenos: até 10.000 habitantes	295	79
Municípios pequenos: de 10.001 a 50.000 habitantes	234	71
Municípios médios: de 50.001 a 100.000 habitantes	54	05
Municípios grandes: de 100.001 a 500.000 habitantes	54	06
Municípios muito grandes: mais de 500.001 habitantes	8	--
<b>Total</b>	<b>645</b>	<b>161</b>

**Fonte:** Adrião *et al* (2009)

Até 2007, 161 municípios do total de 645 municípios paulistas haviam adquirido “sistemas privados de ensino”, sendo que o primeiro contrato data de 1998. (ADRIÃO *et al*, 2009) Tais “sistemas” consistem mais propriamente em uma cesta de produtos e serviços.

integrada por atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas equipes pedagógicas dos órgãos da administração pública e das escolas: formação continuada de educadores, efetivo acompanhamento das atividades docentes; investimento na produção e distribuição de

materiais didáticos aos alunos; processos de avaliação externa e interna, entre as principais encontradas. Por essa razão, para além dos problemas pedagógicos derivados da adoção de material instrucional, em alguns casos desde a pré-escola, o que é importante destacar é o fato de que as empresas privadas passam, ao vender os chamados “sistemas de ensino”, a interferir na gestão do próprio sistema escolar público local. (Adrião *et al*, 2009, p.806)

Estudos anteriores indicaram alguns fatores explicativos para a adoção, por parte das gestões públicas, de parcerias público-privadas (ADRIÃO *et al*, 2009): o acelerado processo de municipalização desencadeado após a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, FUNDEF<sup>ii</sup>; as alterações no marco legal, derivadas da reforma do Estado brasileiro que induzem as parcerias com o setor com ou sem fins lucrativos; a estagnação das matrículas nos estabelecimentos privados e, no caso específico aqui destacado, a necessidade de o capital privado vinculado a empreendimentos educacionais expandir-se para outros espaços. Dentre esses espaços situam-se as administrações municipais (ADRIÃO *et al*, 2009).

Na perspectiva de compreender a ampliação dos “sistemas privados de ensino” como opção de política educacional, este texto caracteriza três grandes grupos empresariais que atuam junto a municípios paulistas: COC/Sistema Educacional Brasileiro; Grupo Objetivo e Grupo Positivo.

Os dados apresentados decorrem de consulta realizada pelas autoras ao Banco de Dados - Municípios paulistas e parcerias com o setor privado (1996-2008), desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional, GREPPE; informações obtidas junto às instituições privadas e à imprensa escrita, bem como em pesquisas desenvolvidas por bolsistas de iniciação científica vinculadas a este projeto.

O quadro 2 indica as dimensões da opção tomada pelos grupos empresariais:

QUADRO 2 - Perfil de atuação de empresas privadas junto à educação básica segundo informações dos próprios grupos empresariais

	Nº de estabelecim	Nº de estabeleci	Nº de instituições	Nº de municípios	Nº de estabelecimen
--	-------------------	------------------	--------------------	------------------	---------------------

Empresas	entos de ensino próprios em São Paulo	mentos de ensino próprios no Brasil	privadas que adotam seu material no Brasil*	brasileiros que adotam seu material*	tos públicos que adotam seu material*
COC**	04	7	204	80	–
POSITIVO	0	03	2500	–	600
OBJETIVO	12	–	550	30	–

Fonte: ADRIÃO, 2010.

Obs: a tabela foi construída com base em informações institucionais veiculadas pelas respectivas empresas.

\* Os dados são aproximados, pois as informações divulgadas pelas empresas não são exatas.

\*\* Os Grupos COC e Positivo informam em seus *sites* possuírem escolas conveniadas também fora do Brasil.

(–) Dado não disponível.

### **Grupos COC, Objetivo e Positivo: breve histórico e atividades desenvolvidas**

Ainda que breve, uma incursão sobre a trajetória dos três grupos empresariais com maior presença junto à rede pública paulista auxilia no entendimento do processo de expansão e diversificação de suas atividades junto ao setor público. Optou-se por uma apresentação cronológica da performance dos grupos.

A expansão das atividades dos grupos segue um percurso semelhante: origens em cursos pré-vestibulares, abertura de unidades de ensino e, posteriormente, diversificação de atividades, introdução dos sistemas de ensino por meio de parcerias com outros empresários e criação de sistemas de ensino específicos para atender redes públicas. (Adrião, 2009)

A entrada de capital internacional ilustra tendência identificada inicialmente no ensino superior privado (Sguissardi, 2008; Oliveira, 2009), capital este que identifica o campo educacional como um mercado promissor para sua expansão.

Tal movimento de expansão, segundo Sthefen Ball ocorre em escala mundial. Para o autor (2004, p.1111) “[...] cada vez mais, o mundo dos negócios enfoca os serviços de educação como uma área em expansão, na qual lucros consideráveis devem ser obtidos”. O autor informava que em 2000, no Reino Unido, a indústria de serviços educacionais cresceu 30% ao ano e indicava, àquela altura, que o setor público estava sendo “repensado” como oportunidade lucrativa.

## **Colégio Osvaldo Cruz - COC**

O Colégio Osvaldo Cruz, COC, segundo informações obtidas em sua página oficial na rede mundial de computadores, foi fundado em 1963 por estudantes de medicina da Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto. Inicialmente suas atividades se restringiam ao oferecimento de curso preparatório para vestibulares em medicina. Uma década depois o grupo implantou o Ensino Médio. Nesse período, O COC já contava com editora própria para produção de materiais didáticos utilizados pelos estudantes matriculados em seus cursos. Em 1986, foi adquirido por Chaim Zaher<sup>iii</sup>, que instituiu o “Sistema Educacional Brasileiro”, agregando novas atividades, como a venda de materiais didáticos para as chamadas escolas conveniadas ao Sistema COC de Ensino. (COC, 2010)

O grupo investe em ensino superior a partir do ano de 2000, com a criação das Faculdades COC, sediadas em Ribeirão Preto. Em 2006, os recursos tecnológicos desenvolvidos pela empresa são utilizados na criação dos cursos superiores à distância: a Faculdade Interativa COC, UniCoc, atualmente com 100 Tele Salas em todo o país (COC, 2010). Na página consultada consta ainda que os “sistemas de ensino” estão em 250 cidades brasileiras e cinco cidades japonesas, atendendo a mais de 250 mil alunos. (COC, 2010).

No ano de 1999, o COC instituiu um projeto especificamente destinado ao atendimento a redes públicas municipais. O Núcleo de Apoio à Municipalização de Ensino, NAME, setor instalado nas dependências da Editora da empresa, em Ribeirão Preto. Os “municípios parceiros” que adquirem o sistema de ensino COC-NAME contam com treinamentos, assessoria presencial e *on-line* e portal para apoio virtual a docentes. (Adrião *et al*, 2009; COC/NAME, 2010)

Em 2007, há uma nova reorganização societária e a empresa abre seu capital por meio da oferta de ações na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo, Bovespa. Em 2008 incorpora-se ao COC o Grupo Dom Bosco, do Paraná, constituído por unidades de Educação Básica e Ensino Superior e por um “sistema de ensino” comercializado em todo o território nacional. No mesmo ano, outras organizações foram adquiridas, dentre elas a Preatorium, empresa especializada em preparação para concursos públicos (SEB, 2010).

As aquisições prosseguiram em 2009, quando foram adquiridos 55% da Empresa Brasileira de Comunicação Multimídia S.A-Unyca, especializada em Educação a Distância, treinamentos e TV corporativa; 100% da Klikc Net, empresa que fornece conteúdo para educação básica e 100% do Grupo Pueri Domus (SEB, 2010). Este último também integrado por unidades de ensino e por outro “sistema privado”:

segundo informações obtidas no site institucional do SEB, são três os modelos oferecidos para as instituições de ensino: o COC, que visa o “método conteudista” (no caso das instituições públicas é oferecido um material diferente do adquirido pelos colégios próprios e conveniados privados e leva a marca NAME); o Dom Bosco, organizado segundo o “método sócio-interacionista”, sendo que não há diferença entre o material utilizado nas franquias privadas e pelas escolas públicas; e por último, o Pueri Domus, que apóia-se no método “sócio-construtivista”, também não diferenciando o material entre as franquias privadas e setor público” (GOBI, 2010, p.12, mimeo)

Em julho de 2010, nova mudança. A imprensa divulga que o grupo inglês Pearson, controlador do Jornal Financial Times, adquiriu por 888 milhões de reais o SEB. Deste valor, cerca de 613 milhões foram destinados aos controladores majoritários. (FUSCO, 2010) Tal composição é apresentada por Marco Flávio Tenuto Rossi, diretor financeiro do SEB, como “parceria estratégica” entre a Companhia e o grupo inglês. (SEB, 2010).

O grupo inglês adquiriu operações logísticas e de distribuição de materiais, gráfica e o portal educacional Klick Net, além dos “sistemas de ensino” COC, Pueri Domus, Dom Bosco e NAME.(SEB, 2010) Logo, é a empresa inglesa que controla todos os sistemas de ensino do SEB<sup>iv</sup>, incluindo os oferecidos às redes públicas de ensino.

Em agosto de 2010, o presidente da Pearson na América Latina declarou ao jornal Folha de São Paulo que se trata de “um mercado de US\$ 2 bilhões, um dos maiores do mundo”. Ainda segundo o jornal, a meta do grupo no Brasil era atender a um milhão de alunos em cinco anos, combinando os sistemas de ensino com recursos tecnológicos e de ensino a distância, já empregados em outros países. (FOLHA DE SÃO PAULO, Mercado, 17/08/2010)

## **GRUPO OBJETIVO**

O grupo Objetivo origina-se da criação de curso pré-vestibular para medicina.

Este cursinho pré-vestibular criado por Di Genio, segundo reportagem publicada em 14 de maio de 2003 na revista *IstoÉ Dinheiro* (PARAJARA, 2003), teve início no ano de 1965, na rua da Glória, no centro de São Paulo, em sociedade com os médicos Drauzio Varella, Roger Patti e Tadasi Itto. Dois anos depois o cursinho já contava com cinco mil alunos e, desfeita a sociedade, Di Genio é que tomou a decisão de continuar investindo no negócio. (GALZERANO, 2010 mimeo)

Em 1970, Di Genio instituiu as primeiras unidades do Colégio Objetivo. Tal como ocorreu com o COC, a oferta na educação Básica foi iniciada pelo Ensino Médio. Em 1972 são criadas as Faculdades Objetivo e, posteriormente, em 1974, as unidades de Ensino Fundamental e de Educação Infantil no Colégio Objetivo Júnior. Em 1982, o Colégio Objetivo passou a contar com um Centro de Pesquisa e Tecnologia responsável pelo desenvolvimento e produção de materiais didáticos. Em 1988, as Faculdades mantidas pelo grupo transformaram-se na Universidade Paulista - UNIP (GALZERANO, BELTRÃO, 2010).

Segundo a página do Grupo, a rede de escolas conveniadas “estende-se a mais de 450 municípios”, dos quais mais da metade no Estado de São Paulo. Incluindo unidades no Japão, atinge “mais de 430 mil alunos” (OBJETIVO, 2010). Todos os materiais didáticos utilizados nas unidades próprias e nas conveniadas são produzidos por Editora e Gráfica próprias.

O Objetivo, tal como o COC, desenvolveu um núcleo específico para atendimento a redes públicas de ensino e um sistema de ensino também específico: o Sistema Municipal de Ensino Objetivo (SOME), instituído em 2000. (Cain, 2009) Tal como seu concorrente, o Objetivo oferece às redes municipais não apenas material didático, mas serviços de assessoria e apoio pedagógico. Além da atuação na área educacional, o Grupo mantém negócios na área de comunicação, controlando o Grupo Mix de Rádio e TV. (PARAJARA, 2003).

## **Grupo Positivo**

O grupo Positivo, criado em 1972 na cidade de Curitiba/PR, anuncia-se como “a maior corporação do segmento de Educação e Tecnologia no Brasil” (POSITIVO, 2010).

Originário também de curso preparatório para vestibulares, para o qual seus fundadores criaram material didático próprio e uma gráfica, a Posgraf. Três anos depois de sua fundação, passou a atender o Ensino Médio, no “Colégio Positivo”. Logo a seguir passa a oferecer Ensino Fundamental e Educação Infantil. Em 1979, o Grupo instituiu o Sistema Positivo de Ensino - SAPE, englobando a produção e distribuição de material didático a parceiros do setor privado.

No início dos anos 1980, cria-se um centro para desenvolvimento de material didático, o Centro de Elaboração do Material Didático – CEMDI, posteriormente denominado Centro de Pesquisas, integrando-se à Editora Positivo. (POSITIVO, 2010)

No ano de 1988, o grupo constitui as Faculdades Positivo e no ano seguinte, a partir do curso superior de Informática, a Positivo Informática, empresa responsável pela venda de computadores para escolas do grupo e conveniadas. Em 1998, o SAPE é adotado por escolas no Japão (POSITIVO, 2010). A Positivo Informática abre seu capital em 2006, quando suas ações passam a ser negociadas na Bovespa (POSITIVO INFORMÁTICA, 2010).

A inserção do grupo na educação pública é mais recente do que as outras empresas analisadas. Somente em 2005 é que o grupo lança um sistema de ensino para o setor público: o Sistema Aprende Brasil de Ensino, SABE, sob a responsabilidade da Editora Positivo. Segundo consta na página oficial da editora, atualmente o SABE está presente em 21 estados brasileiros, em um total de 144 municípios. O sistema é composto por material didático, assessoria pedagógica, recursos tecnológicos e sistema de monitoramento (EDITORA POSITIVO, 2010). Tal sistema, denominado

Sistema de Monitoramento Educacional do Brasil (SIMEB) é apresentado como uma ferramenta de gestão que permite monitorar os resultados alcançados e propicia o desenvolvimento de planos de ação para o avanço na qualidade de ensino em cada Município (Luiz, 2010, p.15)

**A EDUCAÇÃO PÚBLICA É UM BOM NEGÓCIO? UMA SÍNTESE PROVISÓRIA  
SOBRE A ATUAÇÃO DAS TRÊS EMPRESAS**

Numa escala maior, outra forma de aproximação dos três grupos empresariais analisados com as redes públicas de ensino é a oferta de seus serviços por meio do Guia de Tecnologias Educacionais, publicado pelo MEC.

O Guia, segundo o MEC, oferece aos sistemas de ensino uma “ferramenta a mais que os auxilie na decisão sobre a aquisição de materiais e tecnologias para uso nas escolas brasileiras de educação básica pública” (BRASIL, 2009, p. 13). Os produtos indicados por área são avaliados pela Secretaria de Educação Básica/ MEC e pré-qualificados, quando então podem integrar as propostas de ação desenvolvidas pelos municípios para melhoria do ensino. Instituições privadas com ou sem fins lucrativos, além de serviços oferecidos pelo próprio MEC, compõem o catálogo. (BRASIL, 2009)

SEB/Pearson e Positivo integram o Guia de Tecnologia em diferentes atividades. No primeiro caso, por meio dos serviços prestados pela Klick Net. No segundo caso, a Positivo Informática oferece lousa interativa, mesa educacional, softwares educativos e programas para as diferentes áreas de conhecimento. A partir de 2009, o Portal Aprende Brasil também foi incorporado.

O quadro 3 apresenta sinteticamente os produtos e serviços oferecidos pelo Grupos aqui em destaque para as rede públicas:

**Quadro 3 - Produtos e serviços oferecidos pelas empresas COC/NAME; Objetivo/SOME; Positivo/SABE ao setor público.**

<b>Produtos e Serviços</b>	<b>Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino -NAME/COC</b>	<b>Sistema Objetivo Municipal de Ensino - SOME-Centro Educacional Objetivo</b>	<b>SABE- Sistema de Ensino Aprende Brasil- Grupo Positivo</b>
Material didático para estudantes e professores	Material oferecido em módulos bimestrais baseado nos PCNs e Temas Transversais. Docentes das redes parceiras recebem um material de orientação em formato digital. Os materiais são produzidos para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio	Material oferecido em módulos semestrais, anuais ou bimestrais, de acordo com a etapa de ensino. Há materiais para Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e de apoio para a equipe escolar. Segundo o informado, trabalha-se por “metodologia	O material é designado como Livro Didático Integrado. Oferecido para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Segundo a empresa, de acordo com todas as orientações curriculares do

		de resolução de problemas”.	MEC.
Formação continuada	É oferecido treinamento a professores; formação por meio de Tele Salas. Tais formações podem ser adquiridas em diferentes níveis e modalidades: de conferências a cursos de pós-graduação.	Assessora a organização de laboratórios nas unidades e promove encontros pedagógicos, com duração de seis horas, entre profissionais das escolas públicas e sua equipe técnica.	Oferece assessoria pedagógica a docentes e equipes técnicas das secretarias de educação.
Avaliação e monitoramento	Técnicos contratados pela empresa visitam periodicamente as escolas da rede parceira, entrevistando professores e estudantes.	Não há referência.	Anuncia o Sistema de Gestão de Informações Educacionais e monitoramento da qualidade do ensino, sem esclarecer como é realizada a avaliação.
Portal para acesso a conteúdos, propostas de atividades, vídeos e outras formas de apoio.	Portal com conteúdos e sugestões de atividade, disponíveis somente para usuários cadastrados no sistema.	Portal para consulta e esclarecimento de dúvidas sobre conteúdos e uso do material.	Portal Aprende Brasil-disponível para estudantes e professores cadastrados no sistema

**Fonte:** As autoras, com base em dados disponíveis no *site* das empresas COC/NAME (2010); Objetivo/SOME (2010); Positivo/SABE (2010).

O quadro ilustra a “cesta” de serviços e produtos que integram os “sistemas privados de ensino” dos grupos empresariais analisados. Se há semelhanças entre tais cestas, as estratégias de *marketing* para sua oferta aos potenciais clientes variam e focalizam aspectos diferentes

O Grupo Positivo informa acerca da legalidade da compra do sistema privado e frisa a possibilidade de autonomia de gestão e pedagógica por parte das escolas. A empresa oferece um Sistema de Informações aos gestores municipais que, segundo o

grupo, trabalha com mais de 100 indicadores de qualidade educacional e eficiência na gestão. Inclui, ainda, serviços de diagnóstico e subsídios para plano de ações. (EDITORA POSITIVO, 2010, n.p.)

O Centro Educacional Objetivo é a única que apresenta o referencial teórico e metodológico orientador do SOME.

O NAME/COC centra sua oferta numa dada democratização do ensino decorrente da conquista de um mesmo padrão de qualidade pelas escolas tendo em vista a adoção de um mesmo material pelo conjunto da rede. Indica, também, a satisfação de municípios e professores como justificativa para a implantação.

Direcionado aos investidores, a página do Sistema Educacional Brasileiro S/A – SEB afirma que

O SEB acredita que o segmento de parcerias públicas apresenta oportunidade de crescimento, com um mercado potencial de 24,3 milhões de alunos no Brasil, segundo o INEP/MEC. Essas parcerias permitem diluir custos relacionados ao desenvolvimento de material didático da Companhia com a distribuição de suas coleções a um grande número de alunos da rede pública de ensino. (SBE, 2010, n.p.)

As informações aqui apresentadas neste trabalho reafirmam a hipótese que norteia o projeto de pesquisa ao qual este trabalho se vincula:

o aumento da oferta educacional por municípios pequenos e pouco aparelhados, em um contexto de reformas na gestão pública que estimulam a restrição de gastos, a terceirização de serviços e o aumento da responsabilização (*accountability*) dos gestores locais pela qualidade dos serviços prestados apresentou-se como terreno fértil sobre o qual as empresas educacionais privadas, cujo mercado na esfera da educação básica apresenta sinais de estagnação, têm colhido seus dividendos, por meio da venda de sistemas de ensino. (Adrião, 2009, p.7)

As mensagens indicam que: a educação é negócio lucrativo e a padronização é sinônimo de uma dada qualidade.

Observa-se a constituição de um grande mercado no qual a educação pública parece ser impelida para um “redemoinho de mercadorias” (BALL, 2004, p.1119).

## **Referências**

ADRIÃO, T. Considerações sobre a privatização da educação pública paulista: notas sobre o aumento das parcerias entre governos municipais e iniciativa privada. In: SOUZA, Cláudio G.; RIBEIRO, Paulo R.M., orgs. (Org.). Política, Gestão Educacional e Formação de Educadores: contribuições ibero-americanas para a Educação. Araraquara: Editora Cultura Acadêmica/UNESP/Instituto de Estudos Latinoamericanos da Universidad de Alacale y He, 2008, v. 10.

ADRIÃO *et al.* Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de sistemas de ensino por municípios paulistas. **Educação & Sociedade**, v. 30, p. 799-818, 2009.

ADRIÃO, T. M. F. (Coord.) “**Sistemas apostilados de ensino**” e **municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local**. Projeto de pesquisa, 2010.

ADRIÃO, T. M. F (Coord.). **Relatório final da pesquisa: Estratégias municipais para a oferta da educação básica: as parcerias público-privado no estado de São Paulo**. 2009. (Relatório de pesquisa).

BRASIL. **Plano de metas compromisso todos pela educação**. Brasília: MEC/FNDE, 2007.

BALL, S. J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do Bem-Estar. **Educação & Sociedade**. [on-line]. 2004, vol.25, n.89, pp. 1105-1126.

BANCO DE DADOS – Municípios paulistas e parcerias com o setor privado (1996-2008). Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/ib/educacao/grepe>>. Acesso em: 20/11/2010. BARRETTO, E. S. de S.; ARELARO, L. R. G. A municipalização do ensino de 1º Grau: tese controvertida. **Em Aberto**, Brasília, v. 5, n. 29, p. 1-13, 1986.

BEZERRA, E. **Parceria público-privada nos municípios de Brotas e Pirassununga: estratégias para a oferta do ensino?** .2008. UNESP (Dissertação de mestrado). Rio Claro, 2008.

BORGHI, R. F. **A municipalização do ensino fundamental em processo: um estudo de caso em três municípios do interior paulista**. 2000. UNESP (Dissertação de mestrado). Araraquara, 2000.

COC. **Sistema COC de Ensino**. Disponível em: <<http://www.sistemacoc.com.br/>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2010.

COC/NAME. **Sistema COC de Ensino. Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino**. Disponível em: <<http://www.sistemacoc.com.br/name/name.asp>>. Acesso em: (25/11/2010).

EDITORA POSITIVO. Disponível em: <<http://www.editorapositivo.com.br/editora-positivo/sistemas-de-ensino/aprende-brasil.html>> Acesso em: 30 de novembro de 2010.

EDUCAÇÃO BÁSICA RUIM CRIA OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO. **Folha de São Paulo**. 17 de agosto de 2010. Mercado. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1708201015.htm>. Acesso em 30 de novembro de 2010.

FOLHA DE SÃO PAULO. Educação Básica ruim cria oportunidades de negócios. 17 de agosto de 2010, Mercado. Disponível em: [HTTP://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1708201015.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1708201015.htm)

SOTRATTI, L. COC torna-se Centro Universitário em 2011. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 11 de dezembro de 2010, Folha Ribeirão. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri1112201006.htm>. Acesso em: 15 de dez. 2011.

GALZERANO, L.S., BERTRÃO, P.M.G. **O Grupo empresarial Objetivo e a oferta educacional por municípios paulistas**. São Paulo, 2010, mimeo.

GARCIA, T. O. G.; ADRIÃO, T. M. F.; BORGHI, R. A nova gestão pública e o contexto brasileiro. In: Angela Maria Martins. (Org.). **Instituições educacionais: políticas, gestão e práticas profissionais**. Santos: Editora Leopoldianum-Universidade Católica de Santos, 2009, v. 1, p. 9-23.

**OBJETIVO. Sistema de Ensino Objetivo.** Disponível em: <<http://200.136.76.28/convenios/ensino/historia.asp> >. Acesso em: 21 de novembro de 2010.

**GOBI, R. A presença do Sistema COC na oferta da educação municipal em São Paulo.** Relatório de Pesquisa, 2010, 18p.

**LUIZ, K. T. A presença do Grupo Positivo na educação de municípios paulistas,** Relatório de pesquisa, 2010, 26p.

**OBJETIVO/SOME. Sistema de Ensino Objetivo. Sistema Objetivo Municipal de Ensino.** Disponível em: <http://www.objetivo.br/SOME/>. Acesso em: 21 de novembro de 2010.

**PEARSON, DONA DO 'FT', COMPRA PARTE DA SEB E TRIPLICA DE TAMANHO NO Brasil. São Paulo. O Estado de São Paulo.** Disponível em: <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100723/not\\_imp584942,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100723/not_imp584942,0.php)> Acesso em: 23 de julho de 2010.

**OLIVEIRA, R. P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. Educação & Sociedade (Impresso), v. 30, p. 739-760, 2009.**

**PARAJARA, F. A equação Di Genio. Isto é/Dinheiro.** Negócios, 14 de maio de 2003. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/edicoes/364>. Acesso em 18 de novembro de 2010.

**POSITIVO. Grupo Positivo.** Disponível em: <<http://www.positivo.com.br/portugues/grupo/grupo.htm>>. Acesso em: 21 de novembro de 2010.

**SEB - SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO S/A.** Disponível em: <http://www.sebsa.com.br/>. Acesso em: 10 de dezembro de 2010.

**FUSCO, C. Britânicos compram COC por R\$ 888 mi. Folha de São Paulo.** São Paulo, 23 de julho de 2010, Mercado, p.7.

**O DONO DO ENSINO. Educação. Revista Veja.** Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/010999/p\\_092.html](http://veja.abril.com.br/010999/p_092.html)> Acesso em 21 de novembro de 2010.

**SGUISSARDI, V. MODELO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária.** Educação e Sociedade, v. 29/105, p. 991-1022, 2008

**Análise crescimento da oferta sistemas privados de ensino: um processo em expansão<sup>55</sup>.**

**Theresa Adrião**

A comparação dos dados levantados durante a pesquisa nos permite perceber que é o Sistema COC-Name a empresa presente em maior número de municípios, mantendo a liderança entre as três maiores e que por essa razão integraram esta pesquisa, cuja tendência já fora percebida em pesquisa anterior (Adrião, Garcia, Borghi e Arelaro, 2009) também se destaca, que o COC- NAME como empresa a precursora de ações junto aos municípios, processo iniciado em 1998, sendo seguida pelo Grupo Positivo.

<sup>55</sup> As tabelas aqui apresentadas foram elaboradas por Alexandra Damaso.

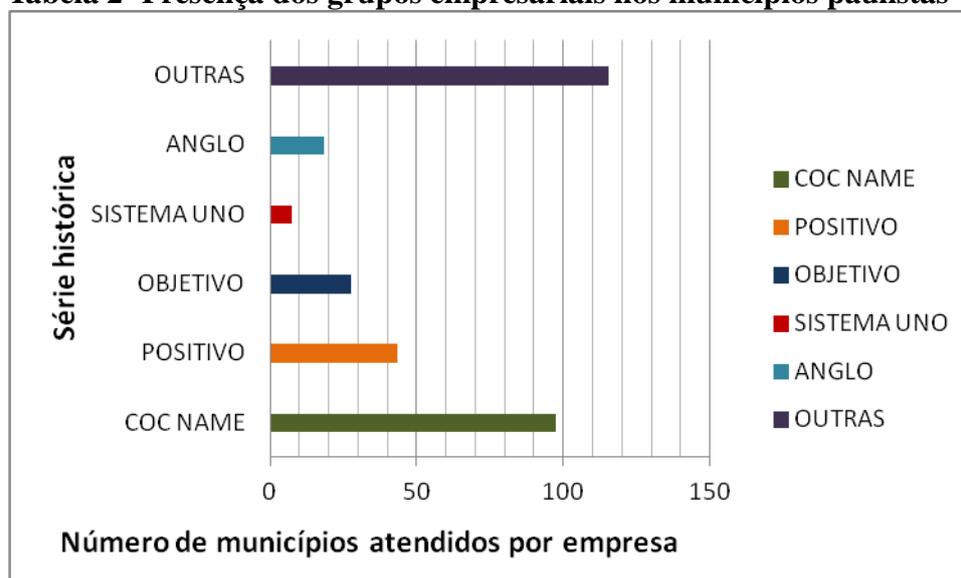
**Tabela 1: Série histórica por empresas - 1998-2010/ Número de municípios atendidos por empresa**

1998-2010	COC NAME	97
2002-2010	POSITIVO	43
2000-2010	OBJETIVO	27
2005-2009	SISTEMA UNO	7
2003-2010	ANGLO	18
2000-2010	OUTRAS	115
	Total	307

Fonte: Banco de Dados Parcerias Público-Privadas disponível em <http://www.fae.unicamp.br/grepe/bd/pesquisas/pesqdados.php>

Ainda que a concentração deste “mercado” em apenas três empresas seja um fato, chama a atenção a pulverização deste tipo de processo para um conjunto diversificado de empresas, responsáveis estas por 37,4 % dos contratos firmados com os municípios., conforme se observa no quadro abaixo.

**Tabela 2- Presença dos grupos empresariais nos municípios paulistas**



Fonte: Banco de Dados Parcerias Público-Privadas disponível em <http://www.fae.unicamp.br/grepe/bd/pesquisas/pesqdados.php>

A tabela 2 nos permite visualizar o crescimento no total de municípios que passaram comprar os “sistemas privados de ensino” no período de 1998, ano de início desta sistemática de privatização até 2010: de um município para 309 municípios em 12 anos. Indica-se ainda uma forte concentração nos anos de 2005; 2007 e 2009, anos em que se

aplicou a Prova Brasil. Ainda que não seja possível, pelo escopo deste trabalho relacionar diretamente a ampliação da compra dos sistemas com a Prova, vale ressaltar essa coincidência, afim de posteriores investigações.

**Tabela 6.2 - Série histórica com o total de municípios paulistas que adotaram sistema privado de ensino 1998-2010.**

Ano de Início	Total de municípios	Vigência	Tipo de parceria
1998	1	EM VIGOR	Sistema apostilado
1999	2	EM VIGOR	Sistema apostilado
2000	7	EM VIGOR	Sistema apostilado
2001	14	EM VIGOR	Sistema apostilado
2002	13	Até 2008	Sistema apostilado
2003	17	Até 2004	Sistema apostilado
2004	16	EM VIGOR	Sistema apostilado
<b>2005</b>	<b>49</b>	EM VIGOR	<b>Sistema apostilado</b>
2006	29	EM VIGOR	Sistema apostilado
<b>2007</b>	<b>49</b>	EM VIGOR	<b>Sistema apostilado</b>
2008	35	EM VIGOR	Sistema apostilado
<b>2009</b>	<b>52</b>	EM VIGOR	<b>Sistema apostilado</b>
2010	13	EM VIGOR	Sistema apostilado
NÃO INF.	8	EM VIGOR	Sistema apostilado

Fonte: Banco de Dados Parcerias Público-Privadas disponível em <http://www.fae.unicamp.br/grepe/bd/pesquisas/pesqdados.php>



Fonte: **Banco de Dados Parcerias Público-Privadas disponível em <http://www.fae.unicamp.br/grepe/bd/pesquisas/pesqdados.php>**

Os municípios que contrataram as três empresas investigadas nesta pesquisa tendem a permanecer com este serviço. No caso do sistema COC/NAME, apenas três municípios encerraram os contratos; no caso do Objetivo este número equivaliu a dois e no caso do Grupo Positivo, apenas quatro municípios suspenderam o contrato. OU seja, dos 167 municípios que declararam adotar o produto oferecido por estas empresas, apenas nove não renovaram os contratos.

Não temos como aferir as razões de tais rompimentos, mas é possível perceber que o sistema privado uma vez adotado, tende a permanecer como política educacional.

Tabela 6.3- Série Histórica Municípios paulistas que adotaram sistemas do COC NAME – 1998-2010

Início	Empresa	Nº. de municípios	Vigência	Etapa de ensino atendida *
1998	COC NAME	1	Em vigor	EI
1999	COC NAME	2	Em vigor	EF
2000	COC NAME	5	Em vigor	EI e EF
2001	COC NAME	8	Em vigor	EI, EF e EE

2002	COC NAME	3	Até 2008	EI, EF
2003	COC NAME	11	Ate´2004	EI
2004	COC NAME	9	Em vigor	EI, EF
2005	COC NAME	20	Em vigor	EI
2006	COC NAME	8	Em vigor	EI, EF
2007	COC NAME	10	Em vigor	EI, EF
2008	COC NAME	8	Em vigor	EI,EF
2009	COC NAME	11	Em vigor	EI, EF
2010	COC NAME	0	Em vigor	EI, EF
NÃO INF.	COC NAME	1	Em vigor	EI, EF

Fonte: **Banco de Dados Parcerias Público-Privadas** disponível em <http://www.fae.unicamp.br/grepe/bd/pesquisas/pesqdados.php>

**Legenda: EI- Educação Infantil; EF= Ensino fundamental**

**Em vigor no ano de 2011**

Tabela 6.4- Série Histórica Municípios paulistas que adotaram sistemas do POSITIVO – 1998-2010

<b>Início</b>	<b>Empresa</b>	<b>Nº. de municípios</b>	<b>Vigência</b>	<b>Etapa de escolaridade atendida I</b>
2002	Positivo	3	Até 2008	EI, EF
2004	Positivo	1	Em vigor	EI, EF
2005	Positivo	11	Em vigor	EI
2006	Positivo	6	Em vigor	EI, EF
2007	Positivo	8	Em vigor	EI, EF
2008	Positivo	3	Em vigor	EI,EF
2009	Positivo	6	Em vigor	EI,EF
2010	Positivo	4	Em vigor	EI,EF
NÃO INF.	Positivo	1	2005	EI, EF

Fonte: **Banco de Dados Parcerias Público-Privadas** disponível em <http://www.fae.unicamp.br/grepe/bd/pesquisas/pesqdados.php>

**Legenda: EI- Educação Infantil; EF= Ensino fundamental**

**Em vigor – no ano de 2011**

Tabela 6.5- Série Histórica Municípios paulistas que adotaram sistemas do OBJETVO – 1998-2010

Início	Empresa	n. de municípios	Vigencia	Etapa de escolaridade atendida
2000	Objetivo	1	Em vigor	EF
2001	Objetivo	2	Em vigor	EI, EF
2002	Objetivo	2	Em vigor	EI, EF
2003	Objetivo	2	Em vigor	EI, EF
2004	Objetivo	2	2007	EF
2005	Objetivo	4	Em vigor	EI
2006	Objetivo	4	Em vigor	EI, EF
2007	Objetivo	2	Em vigor	EI, EF
2008	Objetivo	2	Em vigor	EI, EF
2009	Objetivo	4	Em vigor	EI, EF
2010	Objetivo	1	Em vigor	EI, EF
NÃO INF.	Objetivo	1		EM

Fonte: **Banco de Dados Parcerias Público-Privadas disponível em <http://www.fae.unicamp.br/grepe/bd/pesquisas/pesgdados.php>**  
**Legenda: EI- Educação Infantil; EF= Ensino fundamental, EM = Ensino Médio Em VIGOR para ao ano de 2011.**

Por fim, vale frisar que as empresas aqui analisadas encontram-se presentes nas redes públicas de ensino, tanto por meio da venda de sistemas ao ensino Fundamental, quanto por sua presença na Educação Infantil e em um caso também para escola de EM. No caso do COC/NAME, 32 municípios adquiriam sistemas privados para a EI; 11 no caso do Positivo e quatro no caso do Objetivo, perfazendo um total de 47 municípios que adotaram este tipo de produto para a Educação Infantil, reafirmando tendência percebida em pesquisa anterior segundo a qual a inserção das empresas privadas na EI municipal se dava em consequência de sua presença no Ensino Fundamental.

<sup>i</sup> Pesquisa coordenada pela Prof<sup>a</sup> Theresa M. F. Adrião, financiada pela FAPESP e concluída em 2009.

<sup>ii</sup> Em 2007, o Fundef foi extinto e substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, FUNDEB.

<sup>iii</sup> Chaim Zaher iniciou suas atividades como empresário da área educacional como franqueado do grupo Objetivo. Chegou a ser sócio da empresa, antes de adquirir, em 1986, o Colégio Osvaldo Cruz (ATUCH, 2009).

<sup>iv</sup> A parte da Companhia que se manteve sob controle acionário de Zaher (unidades de ensino de Educação Básica e Superior) passou a ser designada como Nova SEB.